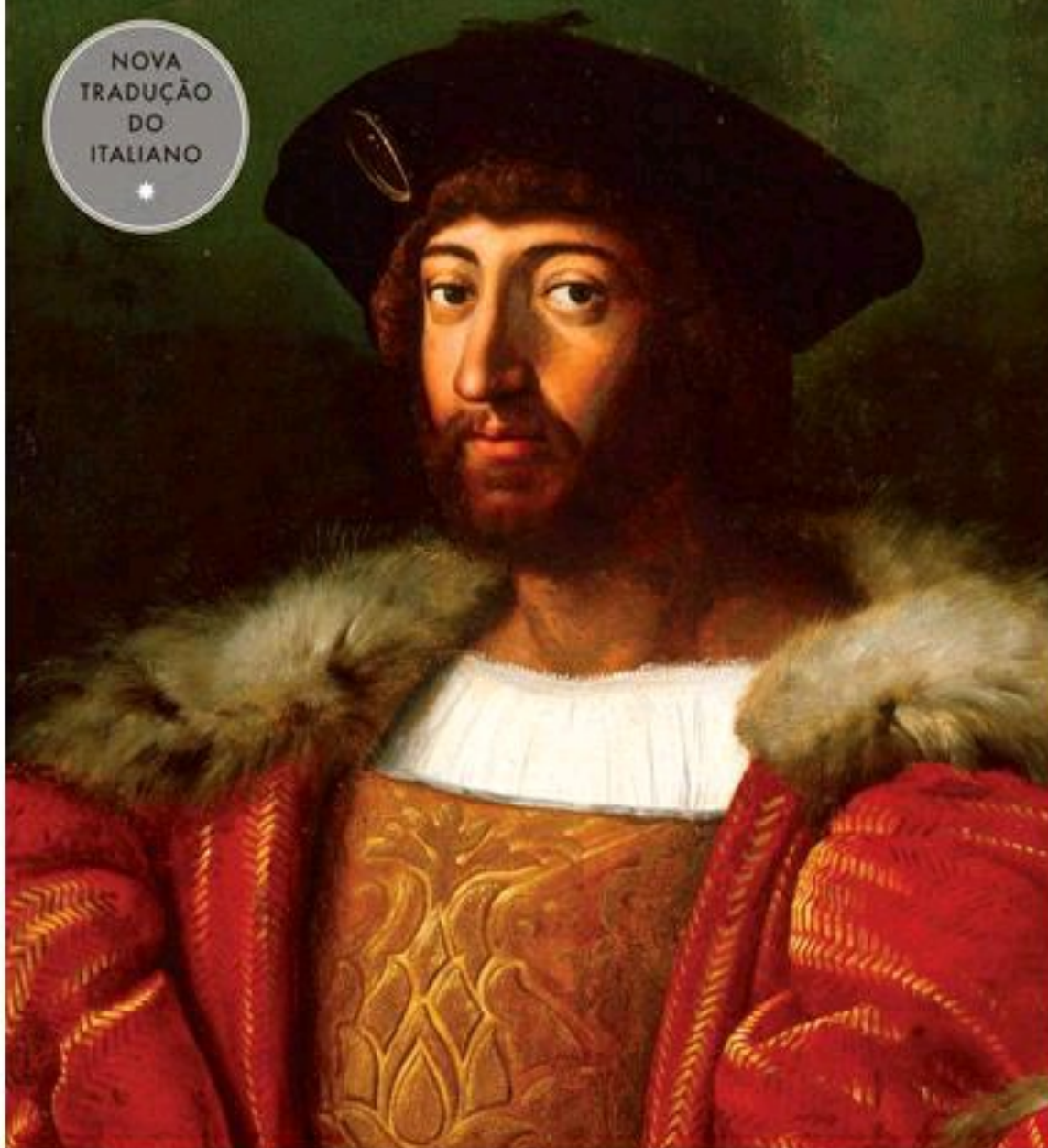



NOVA
TRADUÇÃO
DO
ITALIANO



PENGUIN  COMPANHIA

CLÁSSICOS

NICOLAU MAQUIAVEL

O príncipe

Prefácio de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Maquiavel eterno

Fernando Henrique Cardoso

É mais do que banal a referência a alguns livros, como *O príncipe*, dizendo que são “clássicos”, pois o tempo passa e sua contemporaneidade permanece. Que um livro se mantenha nesta condição por algumas décadas, já é uma façanha. Atravessar os séculos, então, é proeza para poucos autores. Mas o que os faz permanecer vivos?

Na belíssima introdução deste volume, Anthony Grafton contraria algumas interpretações sobre os propósitos e mesmo sobre o significado de *O príncipe*. Ele mostra com abundância de argumentos que Maquiavel escreveu seu tratado muito menos como um filósofo — alguém que busca as regras universais de comportamento, explicações abrangentes e “verdadeiras” — do que como um ser humano imerso nas lutas e na cultura política de seu tempo. Quase ao modo da apresentação de um filme, Grafton inicia o texto com um close citando Savonarola e não Maquiavel. Os termos são de tal modo parecidos com o que se atribui ao pensamento de Maquiavel que à primeira vista o leitor se confunde e pensa que saiu da pena do grande florentino e não de um “profeta desarmado”, como foi o fanático ditador republicano que derrubou os Médici e quatro anos depois foi queimado em praça pública. Maquiavel, além de ter sido testemunha desses fatos, serviu ao governo do sucessor de Savonarola, Soderini.

Não bastasse isso, o autor da Introdução mostra que Maquiavel escreveu um livro que, se não foi “de circunstância”, estava referenciado a episódios históricos específicos. A publicação de *O príncipe* — dedicado ao neto de Lourenço de Médici, o Magnífico — poderia ter sido motivada até mesmo pelo desejo do autor de ser readmitido nas funções públicas depois que seu protetor Soderini foi substituído novamente por um Médici. Suas análises demonstram familiaridade com as brigas palacianas florentinas e de outras cortes. Nada disso obscurece, no entanto, que suas conclusões se apoiam em imenso saber livresco de tal forma que utiliza na argumentação fatos ocorridos na Antiguidade grega, na Roma da República ou em episódios contemporâneos, assim como recorre a intérpretes dessas várias épocas. Michael White, no mais recente livro sobre Maquiavel, *Machiavelli, a man misunderstood*, ressalta que das duas qualidades que tornaram *O príncipe* obra notável, a primeira foi precisamente a comparação entre situações dispersas no tempo, sendo a segunda o realismo da análise.

A clave milagrosa para dotar o texto de “eterna juventude” terá sido a capacidade demonstrada por Maquiavel para interpretar uma experiência pessoal, datada, sem descuidar do olhar reflexivo, ampliado pela cultura histórica, para tirar de sua vivência ensinamentos que vão além do tempo e do espaço? Sem dúvida estes fatores, além da genialidade do autor, contribuíram para o êxito da obra. Mas há algo mais. O livro trata de modo aparentemente pouco pretensioso de grandes temas: a mudança de uma época e a ruptura de paradigmas de interpretação. Não foi por acaso, portanto, que *O príncipe*

se tornou um marco. Ele exemplifica, de certa maneira, a díade famosa da virtude e da fortuna. Maquiavel, não tendo alcançado a relevância política que almejava, teve a sorte de viver em uma época de forte transição — a passagem do século XV ao XVI, do fortalecimento de estruturas governamentais pós Idade Média — e lançou um olhar novo sobre a política. Se não dispunha de uma das condições que prognostica como chaves do êxito político, pois não teve a fortuna de provir das grandes famílias da época nem dispor de recursos materiais ou bélicos para alcançar o poder, teve a audácia intelectual de romper paradigmas de interpretação — agiu nesse sentido como um leão. E teve a astúcia para, ao fazê-lo, não se dar ares de grande renovador; dissimulou seus objetivos como uma raposa. Neste sentido, aplicou em sua vida intelectual o que pregou no capítulo XXVIII como qualidades dos príncipes na vida política.

Que foi um renovador ninguém duvida. Como seus antecessores intelectuais, partiu do que é inerente ao ser humano. Não viu na natureza humana, entretanto, a vocação para o exercício do bem, senão que notou impulsos com motivações egoísticas. O interesse próprio, a ambição, a inveja, a vontade de domínio, motivam a ação dos homens:

Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros [...] os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer [...]. (p. 102)

Largados a seus impulsos, os homens são os inimigos dos homens, dirá Hobbes mais de um século depois. Sem algo que os ordene e domine, reinará o conflito e a anarquia, dirá Maquiavel. A arte da política consiste precisamente em organizar a cidade — o Estado e a sociedade — para evitar que os instintos destruidores prevaleçam. Assim, a própria dominação é “um bem” e nada mais grandioso para alguém do que exercer o poder político e ter capacidade para se manter no mando. Na ausência de príncipes com esta capacidade, haveria o conflito sem regras. O poder em si mesmo é o objetivo da ação política. Esta visão se afasta das interpretações dos filósofos da Grécia Antiga, que viam na construção da “felicidade”, do “bem comum”, os fundamentos da boa política. E também dos romanos, como Cícero, que via a vida pública baseada na cooperação entre homens livres e de boa vontade, movidos pela intenção de bem servir e de obedecer as leis. Estamos mais longe ainda da ideia cristã de ver como virtuoso quem faz o bem ou da utopia posterior, do século XVIII, de que o homem é puro por sua natureza. A visão de Rousseau não deriva dos caminhos abertos por Maquiavel.

O olhar novo sobre a política não discrepa das interpretações anteriores apenas porque Maquiavel tem uma visão “pessimista” sobre a motivação humana, mas principalmente porque nosso autor se propõe a analisar a vida política “tal como ela é”, e não como “deveria ser”. Não o preocupam ditames morais, mas formas efetivas de comportamento. Buscava colocar a nu a verità effettuale, como escreveu em italiano. Ao rejeitar o idealismo de Platão, Aristóteles ou de Santo Tomás, rompia com poderosa tradição milenar e, sem o dizer, com tudo que a Igreja Católica havia endossado até então. Só muito mais tarde, Maquiavel já morto, o Santo Ofício descobriu o quão

revolucionária foi a ruptura epistemológica feita por ele e colocou suas obras no Index. Antes disso nosso personagem influenciara monarcas, cardeais e mesmo papas com seus conselhos políticos e não se pejava de tomar como modelo um dos piores príncipes da época, o arquitecido César Bórgia, de quem se dizia ser amante da própria irmã, Lucrecia, sendo ambos filhos do papa Alexandre VI.

A relação entre Maquiavel e César Bórgia, o temido duque Valentino, foi complexa e ilustrativa de sua capacidade para julgar homens e situações, assim como do modo pelo qual transformava essas experiências em regras do poder. Maquiavel e César Bórgia conviveram em várias ocasiões. Primeiro quando Maquiavel foi enviado como diplomata à corte de Urbino, em 1501, onde César Bórgia se instalara. Outra vez tiveram contato por alguns meses em Ímola, em 1502. Nas duas ocasiões o famigerado Bórgia invadia cidades, ducados e principados vizinhos a Florença ou cuja posição estratégica poderia abalar a autonomia da cidade. Os florentinos buscavam havia longo tempo a proteção de Luís XII, da França. Maquiavel servira como emissário diplomático na corte francesa e lá estabelecera bom diálogo com o influente cardeal D'Ambroise, sempre visando manter nas acrobacias do poder espaço para que Florença sobrevivesse como república independente. Florença, cidade sem exércitos, em pugna com Pisa, buscava equilibrar-se entre os poderosos para resguardar seus interesses. Maquiavel era o mais astuto dos diplomatas florentinos da época. Na grande cena, França, Espanha, mais tarde o imperador do Sacro Império Germânico, contracenavam com o Vaticano e os Estados por ele controlados na disputa pelo domínio na península. Em 1503, quando do assassinato de Alexandre VI em Roma, César Bórgia voltou a participar das reuniões do Sacro Colégio em sua qualidade de cardeal e influenciou na escolha do sucessor de seu pai. Na ocasião, Maquiavel também estava presente em Roma, espiando as tratativas como enviado de Florença.

O contraste produzido no espírito de Maquiavel pela maneira como o duque Valentino — título que César Bórgia obtivera graças à influência de seu pai e às proezas na dominação para o papado da Romanha italiana — se comportou nas duas ocasiões é ilustrativo de como nosso autor elaborava intelectualmente as experiências de vida. Nos encontros em Urbino e Ímola, ambos inconclusivos quanto à disposição de César Bórgia para estabelecer uma relação de paz estável com Florença, viu no condottiere as qualidades do verdadeiro líder. No primeiro encontro, o duque Valentino apresentou-se rude aos emissários florentinos. Senhor da situação, blasonava ter maiores contatos e melhores informações sobre as intenções francesas, desdenhando o que poderia ganhar aliando-se aos florentinos e não acreditando na fidelidade francesa a Florença, como os emissários apregoavam. Poder militar já o tinha, conquistara a Romanha e várias outras regiões. Sabia que precisava criar amigos submissos para conquistar terras e cidades. Para tanto sabia usar o suborno, as negações, a chantagem e o crime, ou, em caso de insuficiência desses meios, eliminar quem se opusesse a seus propósitos.

Na segunda visita de Maquiavel, quando se encontraram em Ímola, Bórgia já havia estado em negociações com o rei francês que ocupara Milão. Conhecia melhor, portanto,

suas intenções e se sentia mais seguro sobre o que mais convinha à França para conter os espanhóis ao sul. Mais seguro, mostrou-se mais cordial, menos arrogante, soube dissimular sua força e seus instintos. Sabia que dentre chefes de outras cidades, que também se apressaram a visitar Luís XII buscando alianças, e até mesmo entre seus capitães, corria solta a conspiração contra seu poder. Temiam a aproximação de Bórgia com os franceses. Antes mesmo de regressar a Florença, pouco convencido de conseguir as alianças pretendidas, Maquiavel pôde assistir aos massacres ordenados por Bórgia para eliminar os chefes das outras famílias que buscaram Luís XII. Procedera da forma como atuara depois da dominação e pacificação da Romanha quando mandou matar seu braço direito, o homem que o havia ajudado a conquistar aquela província para sua glória, Ramirro d'Orco, que também fora cruelíssimo na ocupação e era odiado pelo povo. Orco teve o corpo esquartejado e exposto. Assim, as crueldades da ocupação feitas por ordem do duque Valentino poderiam ser percebidas pela população como de responsabilidade de um mau ministro, e não do príncipe.

Todas as referências de Maquiavel a essas ações de César Bórgia foram de gabo. No capítulo VII deste livro estão registradas as palavras justificadoras do comportamento de um príncipe resoluto, cruel, sagaz, dissimulador, mas, ao mesmo tempo, apesar de temido pelo povo, capaz de entender que a boa administração e a atenção aos sentimentos da população ajudavam-no a se perpetuar no poder. Não que o respeito do povo e o bom governo fossem a razão principal da permanência no poder. Essa depende sempre da força e das qualidades de quem governa, desde que os fados não despejem muitos raios que impeçam o êxito. Já ao analisar o comportamento do cardeal Bórgia na sucessão do papa, Maquiavel não tem senão palavras de condenação. Dada sua força, habilidade e prestígio, havendo sido assassinado seu pai, Alexandre VI, e ele próprio envenenado, embora não letalmente, poderia ter manobrado para eleger um papa que se não fosse amigo, pelo menos não lhe fosse hostil nem o temesse. Entre os três cardeais italianos candidatos ao papado, nenhum serviria. Melhor seria outro papa espanhol, como fora Alexandre. Na pior das hipóteses, o francês, D'Ambroise. Mas não. César Bórgia consentiu na eleição do cardeal Giuliano della Rovere, que assumiu a posição sob o nome de Júlio II. Adversário tradicional dos Bórgia, César acreditou, ingenuamente, que seu favorecimento para a assunção ao alto posto abrandaria antigos ódios. Equivocou-se. Em pouco tempo estava preso, mais tarde exilado e logo assassinado.

Diante de tantos desastres, Maquiavel não hesitou: tudo que glorificou no duque Valentino virou admoestação para o cardeal Bórgia. No elogio ao duque, Maquiavel se excedeu:

Portanto, ao recolher e examinar todas as ações do duque [isto é, sua violência, matreirice etc.], eu não saberia em que censurá-lo; ao contrário, me parece justo — e já o fiz — apresentá-lo como comparável a todos aqueles que, por fortuna ou com armas alheias, ascenderam ao poder imperial [...] seus desígnios só foram frustrados

pela brevidade da vida de Alexandre e por sua própria doença [seu envenenamento]. (pp. 71-2)

Na crítica ao procedimento do cardeal Bórgia, foi menos duro: "Pode-se apenas censurá-lo pela má escolha que fez ao eleger Júlio II ao pontificado" (p. 72).

Essas breves considerações mostram bem no que consistia a *verità effettuale* para Maquiavel. O julgamento do príncipe não é moral, depende de sua capacidade efetiva para obter resultados. Esta, por sua vez, é um jogo entre boas e más circunstâncias e as virtudes. Na Introdução, Anthony Grafton mostra que Maquiavel considerava como virtudes as qualidades necessárias para a perpetuação do Estado e do poder nas mãos do príncipe. É certo que Maquiavel não prega a esmo que os fins justificam os meios; assim como tampouco dá seus conselhos aos homens comuns. Só aos príncipes, em momentos decisivos, caberia "fazer o mal" quando ele fosse necessário para salvar a república ou a si mesmo. Por não haver agido conforme esses preceitos na sucessão de Alexandre, Maquiavel condenou César Bórgia; por tê-los seguido nas manobras contra seus amigos ou inimigos nas outras circunstâncias descritas, coube o elogio.

Em qualquer caso, entretanto, joga também a fortuna, seja como excusa pela falha (César Bórgia estava enfermo, daí fazer o mau julgamento, ou morrera o pai prematuramente, impedindo-o de seguir na trajetória virtuosa do conquistador), seja como fator que coopera com as qualidades do príncipe. Neste jogo entre "destino" — que não é sobrenatural — e ação deliberada, portanto, responsável, dos homens, de novo se vê Maquiavel inovador. Existem as circunstâncias e os fados — a fortuna — que intervêm nas chances de os príncipes obterem e manterem o poder. Mas não há uma predestinação, uma ordem emanada da natureza ou da divindade: é a ação humana, embora contingenciada, que define o curso das coisas. Sendo assim, a ordem política, como a social, é histórica, não está dada para sempre. Qual a dinâmica dessa ordem? Aqui, Maquiavel inova mais uma vez: imagina uma dialética constante entre "os poderosos", os grandes, e o povo, como mostrou Maria Tereza Sadek de maneira didática em seu manual sobre Maquiavel: a política como ela é (São Paulo, FTD, 1966). Disso decorre ser importante que o príncipe, além de ter boa fortuna, possua *virtù*, pois se ele falha, pode cair, e novos poderosos ocupam seu lugar. Há ciclos no poder que não decorrem da determinação divina, afirmava Maquiavel muito antes do tratado de Hugo Grocio, que no início do século XVII rompia com as explicações sobre o "direito divino" ao mando, ou de Hobbes e mesmo de Locke, que, já mais para o fim do mesmo século, pensaram as relações entre os homens como constituídas por eles próprios, e não pela divindade ou por uma ordem natural imutável.

Algumas palavras finais sobre o momento de transição vivido por Maquiavel. Os autores que melhor analisaram sua obra sublinham a importância de ele ter vivido e escrito em um período de transição para uma nova era. Em sentido restrito e em sentido amplo. No primeiro caso porque as mudanças de clima político na península italiana foram variadas e drásticas. Em Florença mesmo, no espaço de poucas décadas, houve o predomínio dos Médici, o termidor de Savonarola, a república dos notáveis de Soderini e demais patrícios, a volta dos Médici e assim por diante. Tudo isso em um momento no

qual o papado ora avançava em poder territorial, ora recuava; os ducados, como os de Milão, onde imperavam os Sforza, se viam em constante ameaça; Veneza e outras poucas cidades mais tentavam manter suas repúblicas oligárquicas; os espanhóis avançavam sobre Nápoles e Sicília para assegurar o predomínio da casa de Aragão; os franceses, como vimos, jogavam papel de primeira linha na definição dos destinos de várias cidades e regiões que guerreavam entre si. No conjunto, tudo isso atuava como um laboratório de formas de governo e modos de dominação para o olhar atento de Maquiavel. Enriquecia sua visão sobre os processos políticos e aumentava suas preocupações com o destino de Florença e da Itália. Sumarizando, Michael White escreveu:

Maquiavel tinha desfrutado o privilégio de testemunhar o entrelaçamento de duas eras. O poder dos Bórgia na Itália se esmagara com facilidade chocante. Os florentinos foram compreensivelmente aliviados com a queda inesperada do duque Valentino, embora Maquiavel se mantivesse justificadamente cauteloso. A transição entre épocas era um tempo perigoso, cheio de instabilidade política e incertezas. (Machiavelli, a man misunderstood, p. 99)

Em sentido mais amplo, delineava-se a formação dos Estados nacionais. O príncipe era, frequentemente, não apenas o déspota que arrasava inimigos para gáudio próprio, mas, sabendo-o ou não, o instrumento da unificação de vários territórios em um só mercado: o capitalismo se expandia com força no século XVI. No meio desse torvelinho, Maquiavel percebia a inconstância do poder. Patriota, queria que a Itália se unificasse; florentino, desejava manter a independência e a forma republicana de governo de Florença; realista, sabia que essas formas eram mutáveis — principados, novos e antigos, repúblicas de formato variável, e assim por diante. Não reconhecia, pois não era seu prisma, as ligações entre as formas políticas, o desempenho dos príncipes e os movimentos da economia. Política, para ele, era um mundo que se explicava por si mesmo, pelas ambições, forças e fraquezas humanas. Essas forças moviam a vida política. Entretanto, por mais que tudo girasse, continuaria a haver dois tipos de gente, os poderosos e os que obedeciam. Uns podiam galgar ao poder, outros decair, mas ou se dava continuidade à existência do poder organizado, embora mudando os personagens no comando, ou o conflito levaria ao caos. Não é certo que desprezasse a força dos conflitos, inclusive a dos provocados pelo povo. Tampouco é certo que preferisse o despotismo e a crueldade do príncipe às formas mais organizadas de gerir o conflito permanente entre uns e outros: estas dependeriam do amadurecimento do que hoje se chama cultura política e do fortalecimento das instituições, bem como da “antiguidade” do poder. Com o tempo, a força usada para instalar um príncipe no poder seria esmaecida, dando margem a mecanismos menos chocantes de preservação da autoridade.

Muitos dos temas e análises nos quais Maquiavel foi pioneiro continuam a desafiar o engenho humano. Não por acaso, no início do século XX, Max Weber recolocou a questão da diferença entre a moral comum e a dos príncipes, isto é, do homem político, do

estadista. Este não pode cingir-se a respeitar valores absolutos, terá de se haver com a responsabilidade de seus atos, mais do que com os fins nos quais crê. Contudo, para Weber — assim como eu penso —, a separação entre uma e outra moral não exclui a crença em valores nem supõem o amoralismo na ação política. Posteriormente, Antonio Gramsci, partindo da tradição marxista, retomou o tema do príncipe, renascido como metáfora do partido, não mais do Estado. E mesmo Isaiah Berlin, ao discutir as decisões que requerem uma escolha dramática entre dois valores que não se combinam, mas convivem no mesmo universo cultural, de alguma maneira dialoga com Maquiavel. Acaso não será essa a prova maior da vitalidade de O príncipe, a de ter colocado questões de uma forma que, por mais que a história as refaça e por mais que os pensadores reelaborem interpretações, dela não se podem livrar?

Introdução

Anthony Grafton

O tirano aterroriza os súditos. Com maleficência, espreita o mundo através de seu palácio solidamente fortificado; domina toda a vida à sua volta, tão sensível à presa ou aos predadores que se avizinham quanto a aranha delicadamente equilibrada no centro da teia. Apodera-se do crédito das realizações de homens mais nobres, que gastam a própria subsistência em projetos cívicos, como grandes igrejas e outras belas edificações. Entretém embaixadores de potências estrangeiras à sua mesa e toma decisões que afetam o bem-estar de todos os súditos, consultando apenas seus favoritos. Transforma o Estado numa máquina em proveito próprio e no de seus amigos. E não vacila em arrebatrar as posses dos homens abastados ou a virtude das donzelas puras. Resiste com ferocidade absoluta a qualquer ameaça à sua autoridade única.

Essa descrição do príncipe — solitário, vicioso, implacavelmente cruel com os que se interpõem em seu caminho — parece à primeira vista uma página perdida de *O príncipe de Maquiavel*, livro que ensina táticas eficazes ao governante absoluto e que muitos leitores encaram como uma pregação da impiedade e até uma glorificação da matança. Mas ela procede de fonte bem diferente: o *Tratado sobre o governo da cidade de Florença* do frade dominicano Girolamo Savonarola, cujos anos de domínio na política florentina, de 1494 a 1498, coincidiram com o início da vida adulta de Maquiavel. Os paralelos entre dois homens tão diferentes chamam a atenção. Tal como Maquiavel, Savonarola teve uma vida cívica ativa, procurando preservar a forma republicana de governo, que julgava ideal para Florença, e escreveu tratados intensos, poderosamente imaginados, sobre política. Tal como Maquiavel, Savonarola cultivou ideais clássicos: acreditava que os romanos haviam criado uma república, se não perfeita, ao menos exemplar — uma república cujas instituições formavam cidadãos virtuosos, fazendo com que eles participassem regularmente da vida cívica. Tal como Maquiavel, Savonarola vivenciou as realidades políticas em seu estado mais brutal. Conhecia as táticas e as psicologias dos tiranos da Itália, assim como as tradições locais da república florentina, como mostra seu retrato do tirano. Pior ainda, sabia o que era perder o apoio daqueles que mais significavam para ele. Quando, ao questionar a autoridade dos papas romanos, levou o interdito aos seus companheiros florentinos, ameaçando-lhes a propriedade e os empreendimentos comerciais, muitos se voltaram contra ele. Um cidadão proeminente observou, numa reunião de emergência, que Savonarola merecia apoio, mas não podia recebê-lo, já que “nós, na Itália, somos o que somos”. A propriedade importava mais que a lealdade — proposição que Maquiavel retomou em *O príncipe* ao notar que os homens esqueciam a perda do pai mais depressa que a da propriedade. Tal como Maquiavel, enfim, Savonarola viu sua carreira política chegar a um fim desastroso. O autor de *O príncipe* sofreu o ostracismo político; o pregador dominicano foi executado publicamente

na Piazza della Signoria e passou a ser, para Maquiavel, o protótipo do profeta desarmado cuja carreira, no mundo real, estava fadada a terminar em desastre.

O príncipe de Maquiavel parece, para quem o lê sem conhecer seu contexto, um manual abstrato cujos princípios se aplicam quase tão bem a um conglomerado moderno quanto a um Estado renascentista. Mas, como sugere o caso de Savonarola, Maquiavel era em muitos aspectos um produto característico de Florença, a cidade em que chegou à maturidade, a cujo governo serviu de 1498 a 1512 e para o qual escreveu a série de livros admiravelmente originais pelos quais é lembrado — sobretudo *O príncipe*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, *História de Florença* e *A mandrágora*. O interesse obsessivo de Maquiavel pelo funcionamento da política, sua paixão pelos mexericos em torno a homens importantes e altos negócios, seu desesperado esforço para enunciar regras capazes de prever a reação dos homens aos desafios e crises políticas — todos esses e muitos outros traços de caráter e intelecto, ele os compartilhava com um grande número de concidadãos. Assim como as experiências políticas que o levaram a se afastar das convicções florentinas mais comuns acerca de alguns pontos vitais. Tanto na forma quanto no conteúdo, *O príncipe* deve muitíssimo à sociedade e cultura peculiares em que seu autor cresceu, trabalhou, pensou e viveu sua própria crise política.

A Florença que Maquiavel conheceu e serviu era uma das duas grandes repúblicas que, nos últimos anos do século xv, ainda floresciam entre os grandes Estados, principalmente Milão, os Estados papais e Nápoles, que avançavam no domínio da península Itálica. Sendo uma das maiores cidades da Europa, sofrera muito durante os anos da peste no século xiv, e a indústria têxtil florentina — espinha dorsal da expansão medieval da cidade — encolheu juntamente com a população europeia que comprava seus produtos. Entretanto, no curso do século xv, a prosperidade voltou a Florença, tanto no âmbito privado como no público, ainda que ela já não rivalizasse com o poder independente da outra grande república, Veneza. Os banqueiros e mercadores florentinos continuaram a acumular grandes fortunas; a nova indústria da seda veio suprir parte da renda perdida em virtude do declínio do negócio da lã. Florença tornou-se o centro de um estado territorial que abrangia cidades anteriormente independentes, como Pisa e Livorno. Desenvolveu uma ampla gama de instituições novas para enfrentar os problemas práticos que surgiam, desde um novo sistema tributário baseado na propriedade, o catasto, até uma frota de galeras fundeada em Pisa.

A cidade passou a ser um dos centros da nova cultura clássica criada pelos humanistas do Renascimento: professores e intelectuais que fomentavam escolas e bibliotecas para o estudo dos clássicos gregos e latinos. Em outras cidades, como Milão, tais estudos dependiam da patronagem dos príncipes. Em Florença, ao contrário, estavam intimamente ligados à elite urbana e ao governo municipal. Florença teve a primeira grande biblioteca pública secular dos tempos modernos, a de San Marco, fundada pelo bibliófilo e nobre especialista Niccolò Niccoli. Desde os últimos anos do século xiv, os chanceleres da cidade — altos funcionários encarregados de escrever a correspondência e a propaganda oficiais —, de Coluccio Salutati em diante, financiaram o estudo dos clássicos. Eles e os jovens intelectuais com os quais trabalhavam, como Leonardo Bruni, recorreram à evidência da história romana para afirmar que Florença era uma

descendente direta e digna da Roma republicana, e lançaram mão do pensamento político de Cícero e Aristóteles para proclamar a qualidade superior da vida ativa dos cidadãos florentinos. Em outras palavras, bem antes do nascimento de Maquiavel, a cidade já era o centro do novo estilo clássico de educação e erudição. Na metade do século xv, os patrícios, assim como os funcionários, citavam regularmente exemplos clássicos nos debates públicos para justificar as opções da política moderna. Até mesmo o cenário da discussão política era mais clássico. A revolução artística do século xv, iniciada em Florença, alterou radicalmente a fisionomia da cidade à medida que as famílias particulares começavam a consolidar grandes propriedades urbanas, nas quais construía austeros e enormes palácios de fachada rústica e pátios com colunata. No lugar das antigas casas de mercadores, com o térreo ocupado por lojas abertas para a rua, ergueram-se gigantescas estruturas clássicas, fechadas e monumentais.

Mas essas discussões políticas florentinas, cercadas do máximo rigor clássico no estilo, tratavam de questões sumamente práticas. Durante o século xv, a cidade sobreviveu a uma série de guerras prolongadas e debilitantes: com Giangaleazzo Visconti de Milão, com Ladislau de Nápoles e outros. Por sua vez, as tensões por elas impostas tornaram-se, pouco a pouco, grandes demais para que a forma republicana de governo da cidade pudesse suportá-las. Em 1433-34, Cosimo de Médici, exilado pelos adversários, voltou a Florença. Não chegou a derrocar a república, mas a transformou mediante manipulações sutis, tomando o controle dos procedimentos empregados na seleção por sorteio dos membros das comissões de governo. Cosimo fazia questão de se dizer um mero cidadão florentino, e mesmo seus panegiristas o chamavam apenas de *pater patriae*, a despeito da extensão de seu poder e da vasta escala de programas de construção que implementou, tornando óbvio seu status na cidade.

Nas duas gerações seguintes, os Médici se alçaram a incontestáveis governantes de Florença, embora as antigas instituições da república ainda sobrevivessem. O neto de Cosimo, Lourenço, o Magnífico, não dava margem a dúvidas quanto à extensão de seu poder. Os embaixadores residentes de outras potências moravam com ele no palácio Médici, e Lourenço negociava pessoalmente para sair das gravíssimas crises públicas que o acometiam, como a guerra de 1478, travada contra Florença pelo papa Sisto IV e o rei Ferrante de Nápoles, depois que os membros de outra grande família, os Pazzi, fracassaram na tentativa de assassinar Lourenço. No século xvi, quando potências estrangeiras assolaram a Itália e se perdeu permanentemente a independência do século xv, os homens passaram a recordar a era de Lourenço como uma idade de ouro, na qual sua habilidade diplomática mantinha o equilíbrio entre as potências em luta da Itália, ao mesmo tempo que sua patronagem e seu apoio estimulavam artistas brilhantes como Botticelli e escritores como Poliziano. O próprio Lourenço escreveu sonetos e músicas de carnaval, inclusive a famosa e inesquecível "Quant'è bella giovinezza".

Em 1494, o rei francês Carlos VIII invadiu a Itália. Lourenço falecera em 1492. Seu filho Pedro, bastante inferior ao pai no trato das ameaças externas ou internas, indispuera-se com muitos cidadãos influentes antes mesmo do advento da crise. Quando os franceses chegaram, Pedro capitulou sem lutar. Ao voltar a Florença, descobriu que boa parte da

cidade se sublevara contra ele. Foi nesse momento crítico que Savonarola passou ao primeiro plano. Ele vinha denunciando os vícios dos italianos e agourando a iminência do desastre havia tempos. Quando Carlos VIII confirmou as previsões de Savonarola, o dominicano adquiriu enorme prestígio, não só por haver antecipado a invasão francesa como por ter convencido Carlos, como acreditavam muitos, a poupar a cidade.

Valendo-se das tradições proféticas florentinas, que circulavam havia séculos, Savonarola começou a prenunciar que a cidade teria um papel importante e criativo na futura reforma da Igreja. Também reiterava que os florentinos, devido à sua energia e paixão políticas, só podiam viver numa república, e jogou todo o seu prestígio na criação de uma nova forma de governo centrada num Grande Conselho, do qual participaria um considerável número de cidadãos. Essa instituição foi criada juntamente com uma casa para suas reuniões, a qual Leonardo e Michelangelo se incumbiram de decorar. Florença entrou numa derradeira e prolongada experiência com o republicanismo, que, apesar da crise de 1498 e da própria queda de Savonarola, duraria até 1512.⁴

Piero Soderini, o gonfaloniere, dominou essa república, tentando desesperadamente reconciliar os grandes patrícios com os comerciantes, que consideravam seus interesses radicalmente opostos. E Maquiavel — que ingressou no serviço dos Dez da Guerra em 1498 — passou toda a carreira política servindo o governo de Soderini. Tornou-se um funcionário público consumado, especialista em procedimentos governamentais e fluente na interpretação e produção de correspondência oficial. Cumpriu missões tanto no interior do estado florentino quanto na qualidade de diplomata no exterior. Trabalhando às vezes em colaboração com Francesco Vettori, um amigo íntimo de berço nobre, conheceu os mais poderosos governantes do seu tempo, na Itália e no Norte: César Bórgia, Luís XII da França, o sacro imperador romano Maximiliano I. Por vezes humilhado pelos representantes das potências maiores, ele se deu conta da insignificância de Florença na nova política e na guerra do início do século XVI. Eternamente curioso, também viu como Florença e outros grandes Estados empreendiam o negócio de se fazerem mais poderosos, e se tornou um crítico articulado e pungente da ação política florentina, cujos memorandos, na tradição da chancelaria da cidade, abundavam em exemplos da história romana, cuidadosamente escolhidos para deitar luz no presente. Convencido de que só um exército de cidadãos lutaria lealmente até o fim, Maquiavel, trabalhando para uma nova comissão, os Nove, criou uma milícia para defender Florença, apenas para vê-la varrida num só dia pelos soldados que destruíram o regime de Soderini e restauraram os Médici no poder em 1512.⁵ Suspeito de conspirar contra os Médici, Maquiavel, depois de preso e torturado, deixou a cidade e se recolheu em sua pequena propriedade rural, a alguns quilômetros, sempre atormentado pelo desejo de voltar à metrópole e à política. Em outras palavras, a vida política de Maquiavel começou e terminou em invasão e revolução. Não admira que ele considerasse a ordem política tão frágil e asseverasse que sua preservação devia se sobrepor aos escrúpulos das delicadas mentes tradicionalistas.

Foi nessas circunstâncias que Maquiavel escreveu cartas e cartas a Vettori, discutindo a interpretação política dos fatos recentes e — já que o amigo insistia na inescrutabilidade dos príncipes — reiterando que ele dominava a arte de ler os atos e

intenções principescos.⁶ Levado ao desespero pela exclusão do mundo da política e agarrando-se à esperança de que sua capacidade o levasse a recuperar a posição de poder perdida, Maquiavel voltou-se para a cultura clássica e a experiência política de sua cidade natal, confiando que nelas havia de encontrar os recursos intelectuais de que precisava. Na mais famosa dessas cartas, relatou longamente que se via obrigado a viver reduzido a mexericos de aldeia, pescarias e jogos, lendo uma edição de bolso, então na moda, de poemas de amor, discutindo com vizinhos pobres e tolos. E tentou converter a tragédia em triunfo mostrando que era capaz de transcender aqueles percalços exercitando sua aptidão de analista do passado e do presente:

Quando a noite cai, eu volto para casa e me encerro em meu escritório; e, na soleira, tiro a roupa de todo dia, sempre coberta de barro e lodo, e ponho vestes régias e curiais; e, vestido de maneira mais adequada, adentro as antigas cortes de homens antigos e por eles sou amavelmente acolhido, e lá saboreio o alimento que é só meu e para o qual nasci; e lá não me envergonho de lhes falar, de indagar as razões de seus atos; e eles, em sua humanidade, respondem; e, durante quatro horas, não sinto nenhum tédio, descarto toda aflição, já não temo a pobreza nem estremeço ante a ideia da morte: passo a fazer parte deles cabalmente. E, como Dante diz que não existe conhecimento sem a sua retenção na memória, venho anotando o que aprendo com sua conversa, e compus um livrinho, *De principatibus*, em que mergulho tão fundo quanto posso em pensamentos sobre esse tema, discutindo o que é principado, que tipos existem, como são adquiridos, como são mantidos, por que se perdem.⁷

Maquiavel voltou-se para o recurso tradicional do erudito — a leitura dos clássicos — não só por distração, mas também por desespero. Assim fazendo, esperava não apenas chegar a entender sua situação, como provar sua habilidade suprema e, desse modo, obter um cargo no novo governo dos Médici, no qual seu talento não enferrujaria no isolamento rural. Conseqüentemente, dedicou a obra a Juliano de Médici, na esperança de que suas ideias fossem bem recebidas por “um novo príncipe”. Em outras palavras, Maquiavel confiava nos recursos da tradição humanística — o conhecimento dos clássicos e a eloquência na expressão — para reconquistar uma posição que lhe permitisse ter a vida política ativa que anelava mais que qualquer outra coisa.

À primeira vista, o livro que Maquiavel escreveu para demonstrar destreza como analista político parece tão tradicional quanto seu método. Antes dele, muitos humanistas, desde Petrarca, abordaram o tema do príncipe ideal. E, tal qual Maquiavel, discutiram como devia ser a educação do príncipe, de que qualidades morais e intelectuais ele mais precisava e de que maneira lidar com os súditos. Assim como a de Maquiavel, suas obras vinham abarrotadas de exemplos clássicos de boa e má conduta, extraídos de antigos biógrafos e historiadores. O título dos capítulos de *O príncipe* — que Maquiavel publicou em latim, não no italiano em que redigiu o texto, e que propunha para discussão tópicos tradicionais, como se convinha ao príncipe desejar ser amado ou temido pelos súditos — oferecia indicações a qualquer pessoa culta: Maquiavel e seus leitores trilhavam um caminho pelo qual muitos já haviam passado.

Mas, desde o início, ele insistia na originalidade de sua abordagem, mesmo das questões mais tradicionais a que se referia. Os tratados humanistas anteriores acerca do príncipe ideal começavam com princípios éticos gerais: a natureza do homem, o propósito do governo, a vinculação de ambos na busca da vida virtuosa. Maquiavel, pelo contrário, teve a audácia de declarar que trataria a política tal como ela realmente era. Dividiu todos os principados em duas categorias, o novo e o consolidado, e, abstendo-se de qualquer juízo de valor, explicou do que o príncipe necessitava, em cada caso, para manter o controle de seu reino.

Os tratados anteriores presumiam que o príncipe precisava acima de tudo ser bom: buscar a virtude, no sentido tradicional. Escritores como Bartolomeo Platina e Francesco Patrizi basicamente ofereciam longas listas das virtudes que convinha ao príncipe cultivar e dos vícios que deveria evitar, todas apoiadas em numerosos casos extraídos de fontes clássicas. Seu tratamento refletia realidades contemporâneas: os escritores humanistas reconheciam que os reis desejavam a fama neste mundo, assim como a vida eterna no outro, elogiavam-lhes o apoio generoso à cultura e à erudição em vez da parcimônia, e às vezes exibiam considerável sagacidade psicológica. Maquiavel também falava em virtude, constantemente. Mas empregava o termo "virtude" em muitos sentidos, inclusive no da necessária e fundamental capacidade, independentemente de quaisquer questões acerca do bem ou do mal, de manter o controle dos súditos e do reino. Em consequência, Maquiavel dizia constantemente ao leitor que as qualidades tradicionalmente consideradas "virtuosas", no sentido cristão ou feudal, nada tinham de virtuosas no príncipe. A liberalidade, por exemplo, era uma das mais bem estabelecidas virtudes principescas. No entanto, se praticada seriamente, arriscava levar à prodigalidade, à ostentação e à dilapidação da riqueza do príncipe e à opressão de seus súditos, e, no fim, ao desprezo e ao ódio destes por ele. O príncipe que compreendesse verdadeiramente a "virtude" — no sentido das qualidades necessárias à perpetuação de seu Estado e poder — preferiria o "vício" da avareza à "virtude" da liberalidade. Repetidas vezes, Maquiavel transformava valores tradicionalmente realçados e louvados nos escritos formais em teoria política.⁸

Ele mesmo chamava a atenção do leitor para as diferenças radicais entre sua abordagem e a de seus predecessores. Outros, escreveu no capítulo xv, discutiam repúblicas que não existiam em nenhum lugar da Terra. Ele, pelo contrário, propunha-se a discutir "a efetiva realidade das coisas": estados, governantes e súditos como realmente eram. Não sugeriria regras de bom comportamento no sentido, por exemplo, cristão. Mais de uma vez, afirmou que o príncipe verdadeiramente cristão que conservasse a fé, enquanto outros príncipes não o faziam, ou que buscasse o amor dos súditos em vez de fazer com que o temessem, acabava inevitavelmente perdendo sua posição. Cícero afirmou em *De officiis*, obra constantemente citada e aplaudida pelos humanistas, que o homem virtuoso devia atingir seus fins mediante a comunicação e a persuasão, não pela força ou pela traição, táticas adequadas aos animais: ao leão e à raposa, respectivamente. Maquiavel, ao contrário, alegava que o príncipe às vezes devia encarnar o leão poderoso e firme, às vezes a raposa astuta e esquiva. Desse modo, sublinhava sua convicção de que o príncipe não podia se deixar constranger pelas

imposições da moralidade normal se quisesse fazer adequadamente seu trabalho.⁹ Em suma, desde o começo, Maquiavel apresentava ao leitor a percepção de que o esforço direto para dominar e aplicar os princípios da moralidade tradicional não produziria um governante eficaz. A política tinha de ter outras normas.

Como mostrou Felix Gilbert,¹⁰ Maquiavel introduziu essas inovações radicais na teoria política, numa extensão considerável, simplesmente transferindo, da esfera privada das discussões governamentais sobre a ação política para a esfera pública da escrita política, a experiência política florentina acumulada. Fazia muito tempo que o governo florentino convocava reuniões dos cidadãos mais influentes toda vez que o Estado enfrentava uma crise grave, e os participantes dessas reuniões invocavam precedentes clássicos e modernos tão regular e realisticamente quanto o próprio Maquiavel. Procuravam formular normas que os auxiliassem a entender tanto as mudanças na esfera política maior, quando grandes potências disputavam a península Itálica, quanto as agitações no seu próprio mundo florentino, já que revoluções contínuas afligiam sua querida cidade. E as exprimiam em termos tão corrosivos e mordazes quanto as mais rigorosas formulações do próprio Maquiavel. Ameaçados por uma potência estrangeira, os florentinos eram capazes de dizer: “Cão que ladra não morde”. Mais genericamente, os patrícios florentinos sabiam que, para ter sucesso, as ações políticas dependiam não da ação divina, e sim do alcance de sua habilidade e dos recursos com os quais eles computavam as possibilidades. Em 1496, quando Florença corria perigo devido à sua política de lealdade com a França, um ilustre cidadão observou que a cidade podia “resistir ou com a força, ou com a inteligência. E não me parece possível que possamos opor resistência a toda a Itália pela força. Mais vale optar pela alternativa da inteligência”. Bem antes que O príncipe chegasse às mãos dos príncipes renascentistas, os quais, à cata dos segredos da ação política eficaz, talvez lessem suas páginas com avidez, os patrícios de Florença já discutiam política de modo cabalmente realista, entendendo que, muito mais do que pelas ideias que eles citavam, seus atos eram dirigidos pelos diversos interesses dos Estados e dos indivíduos. Além disso, a partir da década de 1490, a experiência de lidar com governantes impetuosos como César Bórgia e com os grandes exércitos dos franceses levou os florentinos a compreenderem cada vez mais que a força governava os negócios humanos. Os patrícios de outrora preconizavam a política do adiamento e exortavam à negociação. Na época em que escreveu O príncipe, Maquiavel era apenas um entre muitos “profetas da força” florentinos.¹¹ Em outras palavras, tanto os conceitos como as imagens usados por ele para descrever o governante bem-sucedido provinham, em escala considerável, da linguagem política da elite florentina.

Nenhum capítulo de O príncipe ficou mais famoso, por exemplo, do que aquele em que Maquiavel tentou avaliar o alcance da liberdade de ação humana. Assim como em outras partes, ele argumentou que a fortuna tinha um poder enorme sobre o homem. Às vezes, como o rio Arno, arrastava tudo consigo, destruindo — como a invasão francesa — todas as instituições concebidas pelos homens para se proteger e preservar a ordem. Nesse sentido, os preparativos humanos contra o poder imenso da fortuna — como a engenharia hidráulica — podiam apenas limitar e canalizar o dano resultante, não proteger contra ele. Às vezes, como uma deusa caprichosa, a fortuna simplesmente

alterava a situação no campo de jogo, fazendo do adiamento a tática aconselhável, muito embora o indivíduo na época em questão, amaldiçoado por seu caráter, continuasse a se arrojar contra todos os oponentes, destruindo-se ao fazê-lo. Em geral, reiterou Maquiavel, o ousado tinha mais sucesso que o hesitante. A fortuna, escreveu, recorrendo a uma imagem amiúde citada em sua época e ainda notória hoje em dia, era afinal de contas mulher. Conseqüentemente, favorecia os que tinham a audácia de tratá-la com brutalidade.

O conselho de Maquiavel no trato com a fortuna era próprio dele. Mas, em seu apaixonado interesse pelo poder da condição de transformar os fatos, assim como em sua percepção da fragilidade dos líderes humanos e de seus planos, ele lançou mão dos recursos intelectuais da classe dominante florentina. Os patrícios, cuja proeminência se apoiava não no berço antigo e na destreza militar, e sim nas vendas e nos investimentos, sabiam que podiam perder tudo da noite para o dia. Alguns — como o grande patrono da arquitetura Giovanni Rucellai — mostravam uma preocupação quase obsessiva com o tema. Rucellai tomou por emblema uma vela inflada, indicando que a fortuna, que também podia ser um vento forte, impelia o barco de seu cabedal. Em toda parte, brasonava com ela os grandes projetos de edifícios que financiava, inclusive a fachada da igreja de Santa Maria Novella, com sua incongruente paisagem de velas infladas. E ainda pôs uma imagem da própria fortuna — mulher, nua e difícil de controlar — num belo medalhão no pátio de seu palácio florentino. Escritores como Leon Battista Alberti invocavam regularmente o poder da fortuna de destruir, assim como de favorecer, as grandes famílias. Ao tratar o sucesso e o fracasso como algo não recebido pelo mérito da boa conduta, mas arrebatado ao controle de um cosmo indiferente, Maquiavel usou um consolidado conjunto de imagens e metáforas.

De forma curiosa, para quem tanto proclamava sua capacidade de dar uma explicação verdadeira e profunda da política, Maquiavel às vezes escrevia como se aceitasse outra corrente, divergente, do pensamento político florentino. Tanto Vettori, com quem ele colaborou ativamente no período que levou para escrever *O príncipe*, quanto Francesco Guicciardini, outro amigo íntimo e crítico severo de Maquiavel, o acusavam de excessiva presunção. As intenções políticas eram normalmente inescrutáveis. Via de regra, as ações políticas tinham efeito incalculável. E a maioria das situações — como argumentou Guicciardini em seu famoso *Ricordi* — tinha caráter muito diferente para que se pudessem inferir claramente os fatores comuns que nelas operavam. Em suma, a política não podia ser prevista nem controlada, pelo menos não com a devastadora facilidade prometida pelo autor de *O príncipe*.

Apesar de sua autoconfiança como conselheiro, Maquiavel não discordava totalmente dessas críticas. Os homens, admitia, tinham caráter fixo: valente ou covarde, ousado ou vacilante. As circunstâncias às vezes favoreciam um estilo de ação, às vezes outro. Mas ninguém podia, sempre ou com frequência, adaptar seu caráter aos tempos cambiantes. Nessa medida, todos os políticos estavam fadados a fracassar parte do tempo, mesmo que as políticas ousadas geralmente fossem preferíveis. Maquiavel nunca se mostrou tão florentino como quando perdeu a esperança na possibilidade de encontrar governantes capazes de pôr em prática suas observações políticas.

No entanto, seu livro e seu pensamento político também se distanciavam, em aspectos cruciais, das tradições da linguagem política que tanto lhe ensinaram. E esse distanciamento continua desafiando todos os intérpretes de sua vida e de seu pensamento. Em primeiro lugar, como vimos, Florença era tradicionalmente uma república; o próprio Maquiavel prestara fiéis serviços à república e, na carta prefacial a O príncipe, chegou a afirmar que havia discutido os governos republicanos em outra obra — observação geralmente considerada referente a Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, na qual analisou a experiência da Roma antiga a fim de entender quais instituições eram capazes de preservar uma república. Em O príncipe, ele explicou como um governante absoluto podia assumir e manter o controle de um Estado anteriormente republicano. Em Discursos — obra que, na sua forma final, reflete palestras ministradas por Maquiavel a um grupo de nobres e intelectuais no agradável jardim da família Rucellai, alguns anos depois da queda da república —, ele tentou elucidar o sucesso dos romanos na criação e conservação de um Estado com fortes elementos populares que existiu durante séculos. Embora a análise da política republicana fosse tão rigorosa e pragmática quanto o manual para príncipes, sua obra tardia mostra uma forte preferência pelo governo popular, uma fé na lealdade e virtude gerais do povo aparentemente difícil de conciliar com a análise realista da turba volúvel e fácil de enganar que escorava suas instruções sobre o comportamento principesco eficaz. Muitos estudiosos tentaram, com graus variáveis de sucesso, reconciliar as duas obras, explicar as diferenças entre elas pela evolução do pensamento de Maquiavel ou provar que somente uma delas refletia sua verdadeira opinião. Mas todo esse esforço permanece inconclusivo. A natureza dos ideais pessoais de Maquiavel — assim como a maneira como ele teria comparado ou contrastado as duas obras — continua incerta. Quem quiser se debruçar sobre o pleno desenvolvimento do pensamento de Maquiavel precisa, acima de tudo, explicar o que aquele leal servidor da república pretendia com seu elogio à tirania.

Mesmo no bojo de O príncipe, Maquiavel desafiava os leitores com problemas de interpretação. Reiterou, como todos os leitores desse livro enxergam prontamente, que ao príncipe convinha aplicar quaisquer táticas, até as viciosas, que lhe garantissem o controle sobre seu Estado. Táticas de terror; o emprego de subordinados truculentos que, por sua vez, podiam ser executados com igual truculência quando tivessem levado a cabo sua tarefa; até mesmo o extermínio dos adversários: todos esses expedientes figuravam nas páginas de O príncipe, em geral descritos com aparente equanimidade. Maquiavel chegou a transformar um dos mais temíveis governantes seculares de seu tempo — César Bórgia — numa espécie de herói, não por sua conduta virtuosa, mas pela brilhante combinação de táticas que quase fez dele o senhor absoluto da Itália central. Por vezes, o autor de O príncipe parece se deleitar com a brutalidade que descreve. Alguns leitores — notando que, na vida real, quando foi designado emissário junto a César Bórgia, Maquiavel o havia criticado duramente — foram tão longe em seu desejo de salvá-lo da acusação de imoralidade política que chegaram a alegar que ele pretendia oferecer não um sério relato, e sim uma sátira amarga da vida política contemporânea, passível de ser decodificada por seus leitores. Da época de Maquiavel para cá, a maioria reagiu de modo radicalmente diferente, tratando-o como um deliberado mestre da imoralidade cuja obra

marca o fim de uma forma tradicional de vida e pensamento políticos e o nascimento da modernidade, com todos os seus vícios característicos. Contudo, o próprio Maquiavel, quando com outra disposição de espírito, reconhecia que um governante não tinha o direito de massacrar os concidadãos indiscriminadamente, mesmo que isso se mostrasse eficaz. Agátocles, o tirano de Siracusa, não podia ser considerado "virtuoso", escreveu, por mais bem-sucedida que tivesse sido sua política.

Como mostrou Victoria Kahn, esse foi o modo como Maquiavel ressaltou a complexidade e a fluidez da vida política e do juízo político. Tentou ensinar a seus leitores que não se devem buscar normas rigorosas, e sim aprender a pensar sutilmente seus caminhos e suas exigências em cada situação política diferente. Ao afirmar que nenhuma qualidade isolada pode ser identificada como "virtude" e buscada em toda e qualquer situação, ele passou a ser o mestre político da Europa. Nas cortes e universidades, gerações de leitores aprenderam, com Maquiavel, a esquadrihar a elaboração das decisões políticas com um novo e duro realismo e uma percepção clara de que nenhum governante que espere sobreviver pode se abster de uma ou outra forma de perfídia. Maquiavel emprestou seu nome ao "Maquiavel", o velhaco que manipulava os outros nas tragédias jacobinas, mas também forneceu o núcleo das doutrinas da "razão de Estado", que vieram a ser a educação política fundamental da Europa moderna.¹⁴

Ele detestava os "profetas desarmados" (profeti disarmati) como Savonarola. No entanto, o próprio Maquiavel estava armado apenas de uma pluma quando se tornou o profeta de um novo entendimento da política. Deu uma forma literária permanente e inesquecível à perspicaz, implacável visão da política por tanto tempo cultivada pela elite florentina. Ao mesmo tempo, porém, deixou claros os limites dessa visão herdada, assim como os da visão mais idealista que antes dominara a literatura política. Não admira que seu retrato do príncipe, tal como o de Savonarola, conserve a capacidade de fascinar, assustar e instruir.

O príncipe

Nicolaus Maclavellus

Magnifico Laurentio Medici Iuniori Salutem

Aqueles que desejam conquistar a graça de um príncipe costumam obsequiá-lo o mais das vezes com o que possuem de mais valioso ou que possa deleitá-lo de modo especial; por isso os príncipes são frequentemente presenteados com cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e ornamentos desse gênero, todos dignos de sua grandeza. Desejando por meu turno oferecer-me à Vossa Magnificência com um testemunho da servidão que lhe devoto, não encontrei entre os bens que me são mais caros, ou tanto estime, senão o entendimento das ações dos grandes homens, aprendido por mim numa longa experiência das vicissitudes modernas e no estudo contínuo das antigas: as quais, tendo eu com grande diligência examinado e cogitado demoradamente, agora as condense neste breve volume, que envio a Vossa Magnificência.

E, conquanto julgue esta obra indigna de sua presença, ainda assim muito confio em que, por sua humanidade, ela deva ser acolhida, considerando que de minha parte não lhe poderia ser ofertado maior dom que proporcionar-lhe a faculdade de poder, em brevíssimo tempo, entender tudo o que eu, em tantos anos e por tantas aflições e perigos, conheci e entendi. Não adornei nem recheei esta obra de orações amplas ou de palavras pomposas e magníficas ou de quaisquer outros artifícios ou ornamentos extrínsecos, com os quais muitos soem descrever e adornar suas coisas; porque quis que nada mais a honrasse ou tornasse grata senão a exclusiva amplitude da matéria e a gravidade do assunto. Tampouco pretendo que se considere presunção o fato de que um homem de baixo e ínfimo estado ouse discorrer e ditar regras sobre o governo dos príncipes; isto porque, assim como os desenhistas de paisagem se põem num nível baixo a fim de discernir a natureza dos montes e dos lugares altos, e no topo dos montes para observar as zonas baixas, do mesmo modo, para bem conhecer a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e, para conhecer bem a dos príncipes, é necessário pertencer ao povo.

Aceite, pois, Vossa Magnificência esta pequena oferenda com o mesmo espírito com que lha envio; obra que, se for lida e considerada com diligência, tornará patente meu extremo desejo de que o Senhor alcance a grandeza que a fortuna e outras suas qualidades lhe prometem. E, se do ápice de sua altura Vossa Magnificência por momentos volver os olhos para estes lugares baixos, saberá quanto eu desmerecidamente tenho suportado uma grande e contínua adversidade da fortuna.

Quot sint genera principatuum et quibus
modis acquirantur

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. E os principados são: ou hereditários, nos quais o sangue de seu senhor tenha reinado por longo tempo, ou novos. E, entre os novos, ou são novos de todo, como foi o de Francesco Sforza em Milão, ou são constituídos de membros agregados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o reino de Nápoles submetido ao rei da Espanha. Assim são ordenados tais domínios, uns habituados a viver sob um príncipe, outros acostumados a serem livres; e eles são conquistados ou por armas alheias ou por armas próprias, ou por fortuna ou por virtude.

II De principatibus hereditariis

Deixarei por ora a argumentação sobre as repúblicas, pois já tratei longamente desse tema em outra oportunidade. Concentrar-me-ei apenas nos principados e desenvolverei as linhas supracitadas, discorrendo acerca de como tais principados se podem governar e manter.

Digo, pois, que nos Estados herdados e sujeitos ao sangue de seus príncipes as dificuldades em mantê-los são bem menores que nos Estados novos, porque basta não preterir a ordem sucessória da estirpe e contemporizar com os imprevistos, de modo que, se tal príncipe for dotado de um engenho mediano, sempre se manterá no poder, a menos que uma força desmedida e excessiva o prive dele; e, uma vez privado de seu Estado, ao primeiro revés sofrido pelo usurpador, logo o reconquistará.

Tivemos na Itália o exemplo do duque de Ferrara, que somente suportou os ataques dos venezianos em 1484 e os do papa Júlio em 1510 pela razão de ser antigo naquele domínio. Porque o soberano natural tem menores motivos e menos necessidade de ofender, donde é mais fácil que seja querido; e, se extraordinários vícios não o tornem odiado, é razoável que, naturalmente, ele seja benquisto pelos seus. Ademais, na antiguidade e continuidade do poder se apagam a memória e as demandas por inovações: porque uma mudança sempre lança as bases para a edificação de outra.

III De principatibus mixtis

Mas é no principado novo que consistem as dificuldades. Primeiramente, se ele não for de todo novo, mas um membro agregado a um Estado hereditário — podendo ser incluído entre os Estados mistos, suas modificações derivam sobretudo de uma dificuldade natural, inerente a todos os principados novos, quais sejam: os homens mudam de bom grado de senhor, acreditando que assim melhorarão de estado, e tal crença os faz pegar em armas contra aquele; mas nisso se enganam, pois mais tarde constataam por experiência que sua situação piorou. Disso resulta outra necessidade natural e comum, pois o novo príncipe sempre precisará oprimir os novos súditos, seja com suas tropas, seja com as infinitas violações que uma conquista recente implica: de modo que se transformam em inimigos todos aqueles que o novo príncipe ofendeu ao ocupar aquele domínio, sem que seja possível manter a amizade dos que o ajudaram a conquistá-lo, haja vista que é impossível satisfazer todas as suas pretensões; mas também não se pode lançar mão de medidas enérgicas contra estes, posto que se tem uma dívida com eles; isso porque, ainda que seus exércitos sejam poderosíssimos, sempre será necessário o favor dos provincianos para se entrar numa província. Por estas razões Luís XII, rei da França, ocupou rapidamente Milão e rapidamente a perdeu;¹ e, para perdê-la da primeira vez, bastaram as próprias forças de Ludovico, pois a população que lhe abriu as portas, vendo-se iludida em suas pretensões e frustradas suas esperanças no futuro, não pôde suportar os incômodos de um novo príncipe.

É bem verdade que, reconquistadas uma segunda vez, as províncias rebeldes não são perdidas com tanta facilidade, pois o senhor, aproveitando-se da rebelião, tem menos escrúpulos em assegurar o poder punindo os revoltosos, identificando os suspeitos e fortalecendo-se nos pontos mais vulneráveis. De maneira que, se para perder Milão na primeira vez bastou que o duque Ludovico fizesse estardalhaço nas fronteiras, para perdê-la na segunda foi preciso que o rei da França tivesse contra si todo o mundo, e que seus exércitos fossem subjugados ou expulsos da Itália, em consequência dos motivos citados acima. Mas o fato é que o rei da França perdeu uma primeira e uma segunda vez. As causas gerais da primeira derrota já foram analisadas; resta agora examinar os motivos da segunda e ver quais os recursos de que ele dispunha, e que meios poderia ter alguém que se encontrasse em suas condições, para manter a posse dos territórios conquistados — coisa que a França não fez.

Digo, pois, que esses Estados conquistados e anexados por outro, mais antigo, podem pertencer ao mesmo país e à mesma língua ou não. Quando pertencem, é muito mais fácil dominá-los, sobretudo se não estiverem habituados a viver livres: para possuí-los com segurança, basta extinguir a linhagem do príncipe que os governava, pois, quanto ao resto, preservando-se as antigas condições e não havendo contrastes de costume, os homens vivem pacificamente, como ocorreu na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, que tanto tempo estão sob a Coroa francesa; e, apesar de haver entre elas algumas diferenças de língua, todavia os costumes ali são semelhantes e podem ser facilmente conciliados entre si. E quem os conquistar, se quiser preservá-los, deverá

respeitar duas regras: a primeira é que o sangue do príncipe anterior seja extinto; a segunda, não alterar as velhas leis nem os impostos — e assim, em brevíssimo tempo, o principado novo se tornará um só corpo com o antigo.

Porém, quando se conquistam territórios de uma província com línguas, costumes e leis contrastantes, aqui surgem as dificuldades, e aqui é preciso ter grande sorte e grande engenho para mantê-los. Um dos melhores e mais eficazes meios seria que o conquistador fosse habitar ali; isso tornaria mais seguro e mais durável seu domínio, como fez o grão-turco na Grécia; o qual, apesar das medidas que tomou para manter seu território, não teria sido capaz de preservá-lo se não tivesse ido morar nele. Porque, estando presente o soberano, as desordens são percebidas no nascedouro, e é possível remediá-las a tempo; já em sua ausência os distúrbios só são notados quando não há mais remédio. Além disso, sua presença evitará que os prepostos espoliem a província, e seus súditos poderão satisfazer-se recorrendo diretamente ao príncipe, tendo assim mais motivos para amá-lo, se ele for dócil, e para temê-lo, se não o for tanto; e aqueles que, de fora, quisessem atacar o Estado teriam maior cautela; portanto o soberano que nele habitar só o irá perder com enorme dificuldade.

O segundo melhor remédio é enviar colônias para um ou dois postos estratégicos da província anexada; ou se faz isso, ou será preciso manter ali uma tropa numerosa. Com as colônias não se gasta muito, já que elas podem ser assentadas e mantidas com pouca ou nenhuma despesa; os únicos prejudicados são aqueles a quem tiraram os campos e as casas para dá-los aos novos moradores, que são uma parte mínima de todo o Estado; e aqueles que são ofendidos, estando dispersos e na pobreza, jamais poderão ser nocivos; quanto aos demais, se por um lado permanecem ilesos — e por isso deveriam aquietar-se —, por outro temem incorrer em erro e, deste modo, sofrer a mesma espoliação que coube a outros. Posso então concluir que estas colônias não são custosas, mostram-se mais fiéis e causam menos problemas; e que a parte ofendida, reduzida à pobreza e à dispersão, é inofensiva, como já foi dito. Onde se deduz que os homens devem ser afagados ou exterminados; pois, se eles podem vingar-se das pequenas ofensas, das graves não podem; de modo que a ofensa que se faz ao homem deve ser suficiente para neutralizar qualquer possibilidade de vingança. No entanto, se em lugar das colônias se preferirem as tropas, os gastos serão muito mais elevados, despendendo-se com as milícias todas as receitas do Estado, de maneira que a conquista reverterá em perda; de resto, tal medida é bem mais ofensiva, porque prejudica toda a população com as sucessivas transferências e aquartelamentos do exército, descontentando a cada um e transformando todos em inimigos — e inimigos que podem fazer mal, ainda que batidos na própria casa. Portanto, sob todos os aspectos, as guarnições são inúteis na mesma medida em que as colônias são úteis.

Como já disse, quem ocupa uma província estrangeira deve ainda chefiar e defender os vizinhos menos poderosos, empenhar-se em debilitar os mais potentes e evitar a todo custo a entrada de um estrangeiro tão forte quanto ele; o qual sempre será chamado a intervir pelos que estiverem descontentes, seja por demasiada ambição ou por medo, como se viu ocorrer com os etólios, que introduziram os romanos na Grécia — e estes, em todas as províncias onde entraram, foram postos ali pelos habitantes locais. A ordem

das coisas é que, tão logo um poderoso estrangeiro entre numa província, todos os mais fracos do lugar se unem ao forasteiro, movidos pela inveja que nutrem contra quem exerceu o poder sobre eles; tanto que o invasor não encontrará a menor dificuldade em obter seu apoio, pois todos imediatamente formam de bom grado um só bloco com o Estado que os conquistou. Sua única precaução será evitar que os potentados locais readquiram força e autoridade excessivas, o que será fácil obter com suas próprias forças e alguns favores, mantendo-se assim como único árbitro daquela província; quem não governar deste modo perderá bem rápido aquilo que tiver conquistado — e, enquanto estiver no poder, enfrentará enormes dificuldades e dissabores.

Nas províncias que conquistaram, os romanos respeitaram sempre esta regra: enviaram colônias, obsequiaram os menos poderosos sem permitir que se tornassem mais fortes, submeteram os potentados e não deixaram que forças estrangeiras ganhassem influência no território. Creio que basta tomar como exemplo a província da Grécia: ali os romanos se aliaram aos aqueus e aos etólios, subjugaram o reino dos macedônios e expulsaram Antíoco, sem permitir que os méritos dos aqueus ou dos etólios os levassem a expandir seus domínios, nem que as habilidades de Filipe lhes consentissem angariar sua amizade sem sair enfraquecido, nem que o poder de Antíoco os convencesse a consentir-lhes qualquer autoridade na Grécia. Nesses casos, os romanos fizeram o que todos os príncipes sábios devem fazer: não se concentrar apenas nos distúrbios presentes, mas também nos futuros, fazendo de tudo para evitá-los, pois com a prevenção é possível remediá-los mais facilmente, ao passo que, quando se espera demasiado, o tratamento não chega a tempo, porque a doença já se tornou incurável; é como a tísica, que, segundo os médicos, a princípio é fácil de tratar e difícil de diagnosticar, mas, com o passar do tempo, não tendo sido diagnosticada nem tratada precocemente, se torna fácil de reconhecer e difícil de curar. É o que acontece com os assuntos de Estado: reconhecendo a distância os males que medram nele — o que só é dado ao homem prudente —, é possível saná-los de pronto; porém, se por imprevidência os deixarem crescer a ponto de se tornarem visíveis aos olhos de todos, não haverá mais remédio.

Entretanto, prevendo os inconvenientes a distância, os romanos sempre souberam remediá-los e nunca os deixaram progredir a fim de evitar uma guerra, pois sabiam que guerra não se evita, mas se adia em favor de outrem: por isso entraram em guerra contra Filipe e Antíoco na Grécia para não ter de combatê-los na Itália; e poderiam, naquele momento, ter evitado ambas — mas não o quiseram. Tampouco jamais apreciaram o que hoje está na boca de todos os sábios, ou seja, que se desfrutem os benefícios do tempo, preferindo antes seguir seu valor e prudência: porque o tempo arrasta tudo consigo e pode trazer o bem como o mal, o mal como o bem.

Mas voltemos à França a fim de examinar se ela fez alguma das coisas aqui expostas; não discorrerei sobre Carlos VIII, mas sobre Luís XII, cujos feitos são mais visíveis por haver mantido de modo mais duradouro suas possessões na Itália; e se verá como ele fez o oposto daquilo que se deve fazer para consolidar um Estado numa província estrangeira. O rei Luís foi introduzido na Itália pela ambição dos venezianos, que quiseram tomar para si metade da Lombardia com a sua vinda. Não pretendo reprovar a

decisão tomada pelo rei, o qual, buscando pôr um pé na Itália sem ter amigos nesta província — e encontrando, aliás, todas as portas fechadas devido às atitudes do rei Carlos —, precisou aceitar as amizades que lhe apareceram; e poderia ter se saído bem, caso não tivesse cometido erros em outras manobras. Tendo, pois, conquistado a Lombardia, o rei logo recuperou a reputação que Carlos lhe tirara: Gênova capitulou; os florentinos se tornaram seus aliados; o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, os Bentivogli, a senhora de Forlì, os senhores de Faenza, de Rimini, de Pesaro, de Camerino e de Piombino, os habitantes de Lucca, de Pisa e de Siena, todos foram ao seu encontro para prestar-lhe amizade. Só então os venezianos puderam perceber a temeridade de sua iniciativa: para conquistar um par de terras na Lombardia, fizeram do rei senhor de dois terços da Itália.

Considere-se agora com que facilidade o rei poderia ter preservado sua reputação na Itália caso tivesse seguido as regras descritas acima, defendendo e mantendo em segurança todos os aliados, os quais, por serem numerosos e fracos e temerosos — uns da Igreja, outros dos venezianos —, precisavam estar sempre ao seu lado; e, com o auxílio deles, seria mais fácil resguardar-se dos que continuavam poderosos. Contudo, tão logo chegou a Milão, o rei fez o contrário e ajudou o papa Alexandre a ocupar a Romanha, sem perceber que esta medida o enfraquecia, afastando de si os amigos e todos que contavam com sua proteção, ao mesmo tempo que fortalecia a Igreja, acrescentando à sua força espiritual, que já lhe dá tanta autoridade, grande poder temporal. E, feito o primeiro erro, viu-se obrigado a prosseguir; tanto que, para pôr fim à ambição do papa e evitar que ele se tornasse senhor da Toscana, foi constrangido a vir à Itália.

Mas não lhe bastou fortalecer a Igreja e perder os amigos, pois, por cobiçar o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei da Espanha; e, se antes era o único árbitro da Itália, agora tinha ali um companheiro, permitindo que os ambiciosos daquela província e os descontentes com ele tivessem a quem recorrer; e, se antes podia deixar naquele reino um soberano que lhe fosse obediente, substituiu-o por outro capaz de expulsá-lo dali. O desejo de conquista é algo realmente muito natural e comum, e aqueles que têm êxito na empreitada serão sempre louvados, ou pelo menos não criticados; porém, quando não têm força para tanto e querem realizá-lo a qualquer custo, aí reside o erro, daí decorre a crítica. Portanto, se a França podia atacar Nápoles com suas próprias forças, devia tê-lo feito; se não podia, não devia dividi-lo; e, se a divisão da Lombardia com os venezianos se justificava, já que lhe permitiu pôr um pé na Itália, a divisão de Nápoles não teve nenhuma necessidade que a justificasse, merecendo por isso mesmo a crítica.

Portanto o rei Luís cometeu cinco erros: enfraqueceu os menos poderosos; aumentou na Itália o poderio de uma potência; introduziu nela um estrangeiro poderosíssimo; não veio habitar no território conquistado; não assentou colônias aqui. No entanto, todos esses erros poderiam não ter sido tão nocivos ao rei em vida, caso ele não houvesse cometido um sexto: apoderar-se dos domínios venezianos. Com efeito, se ele não tivesse fortalecido a Igreja nem trazido a Espanha para a Itália, seria razoável e necessário diminuir o poder de Veneza; mas, uma vez tomadas aquelas duas ações, jamais deveriater consentido em sua ruína, porque, sendo os venezianos poderosos,

sempre manteriam os demais afastados de um possível ataque à Lombardia, seja porque Veneza não lhós teria permitido a menos que se apoderasse inteiramente dela, seja porque os outros não pretenderiam tirá-la à França para dá-la aos venezianos — e ninguém ousaria enfrentar a ambos.

E, se alguém objetasse que o rei Luís cedeu a Romanha⁹ a Alessandro e o reino de Nápoles à Espanha para evitar uma guerra, eu responderia com as mesmas razões expostas acima: que jamais se deve deixar que um distúrbio se alastre a fim de evitar uma guerra, porque a guerra é inevitável, e postergá-la só traz vantagens ao adversário. E se outros alegassem a fé que o rei prestara ao papa, assumindo aquela empresa em troca da anulação do seu matrimônio e do cardinalato concedido a Ruão, replicarei com o que exponho a seguir acerca da fé dos príncipes e de como se deve observá-la.

O rei Luís perdeu a Lombardia por não ter respeitado nenhum dos preceitos seguidos por outros que conquistaram províncias e quiseram mantê-las; e não há milagre nisso, sendo algo bastante razoável e ordinário. Tratei deste assunto em Nantes com o cardeal de Ruão, enquanto Valentino — como era popularmente chamado César Bórgia, filho do papa Alexandre — ocupava a Romanha; pois, dizendo-me o cardeal que os italianos não entendiam de guerra, redargui que os franceses não entendiam as questões de Estado; porque, se entendessem, não teriam deixado a Igreja crescer tanto. E a experiência já mostrou que a grandeza desta e da Espanha na Itália foi causada pela França, assim como a ruína dos franceses foi causada pelos espanhóis e pelo papa. Donde se deduz uma regra geral, que nunca ou raramente falha: quem cria o poder de outrem se arruína, porque tal poder se origina da astúcia ou da força, e ambas são suspeitas a quem se tornou poderoso.

IV

Cur Darii regnum, quod Alexander occupaverat, a successoribus suis post Alexandri mortem non defecit.

Consideradas as dificuldades que um Estado recém-ocupado oferece ao conquistador, poderia causar espanto o fato de Alexandre Magno ter se tornado senhor da Ásia em poucos anos e, morrendo logo em seguida — caso em que pareceria razoável uma rebelião geral daquelas províncias —, seus sucessores tenham conseguido mantê-las sem outras dificuldades que não aquelas derivadas de suas próprias ambições. A isso respondo que todos os principados que deixaram memória de si foram governados de dois modos diversos: ou por um príncipe e seus súditos, os quais, por graça e concessão sua, o ajudam a governar o reino como delegados; ou por um príncipe e vários barões, os quais, não por graça do soberano, mas por antiguidade de sangue, mantêm aquele título. Esses barões têm seus próprios Estados e súditos, que os reconhecem como senhores e lhes devotam uma natural afeição. Os Estados que são governados por um único príncipe e seus súditos concentram maior autoridade na figura do príncipe, porque em seus territórios não há homem que seja considerado superior a ele; e, se acaso obedecem a algum outro, o fazem por este ser delegado ou oficial daquele, devotando uma especial veneração ao soberano.

Em nossos tempos, os exemplos relativos a esses dois tipos de governo são a Turquia e a França. Toda a monarquia turca é governada por um único senhor, e os demais são seus súditos; dividindo seu reino em sandjaks, ele envia para lá diversos administradores, substituindo-os e alternando-os a seu bel-prazer. Mas o rei da França está posto no centro de uma pletera de antigos nobres, reconhecidos por seus vassalos e amados por eles em seus domínios; tais nobres têm suas prerrogativas, contra as quais o rei não pode atentar sem correr grandes perigos. Portanto, considerando-se ambas as formas de governo, ver-se-á que é mais difícil conquistar o Estado turco; porém, uma vez vencido, será muito mais fácil mantê-lo. Ao contrário, o reino da França se apresenta, sob certos aspectos, bem mais fácil de ser conquistado, mas muito mais difícil de ser mantido.

As causas da dificuldade em ocupar o reino turco consistem em não poder o invasor ser chamado pelos príncipes daquele reino nem esperar que uma rebelião dos que cercam o soberano possa facilitar sua empresa; isso decorre das razões expostas acima, já que, estando todos sujeitos e submetidos ao rei, os súditos são mais difíceis de ser corrompidos e, ainda que o fossem, seriam de pouca utilidade, pois não seriam capazes de mobilizar a população pelos motivos indicados. Portanto, quem quiser atacar a Turquia deve saber de antemão que enfrentará um país todo unido, devendo contar mais com as próprias forças e menos com a desorganização alheia. Mas, caso o adversário fosse vencido em batalha campal sem que tivesse chance de recompor seus exércitos, só restaria a temer a dinastia do príncipe; a qual, uma vez extinta, não deixaria nenhum sucessor digno de ameaça, já que ninguém teria crédito entre aqueles povos; e, como antes da vitória o vencedor não pôde contar com eles, do mesmo modo não deve temê-

los depois.

O contrário acontece nos reinos governados como a França: porque facilmente se pode invadi-los com o apoio de algum barão local, já que sempre haverá descontentes e aqueles que desejam renovação. Estes, pelos motivos já mencionados, podem abrir-lhe o caminho para aquele Estado e facilitar-lhe a vitória; mas depois, para se manter ali, será preciso lidar com infinitas dificuldades, seja com os que o ajudaram a conquistar o poder, seja com aqueles que foram oprimidos. Tampouco basta extinguir o sangue do príncipe, porque permanece o dos nobres, os quais se fazem líderes de novas subversões; e, não os podendo contentar nem aniquilar, perde-se o controle do Estado na primeira ocasião que se apresente.

Ora, se examinarmos de que natureza era o governo de Dario, veremos que se assemelhava ao reino do grão-turco; por isso Alexandre teve primeiramente que derrotá-lo de todo, tomando-lhe o território. Depois dessa vitória, e estando Dario morto, Alexandre assegurou aquele Estado para si pelas razões acima explanadas; e, se seus sucessores tivessem permanecido unidos, poderiam ter governado em paz, pois naquele reino não surgiram outros conflitos senão os que eles mesmos suscitaram. Mas é impossível controlar tão facilmente Estados constituídos como a França. Assim nasceram as frequentes rebeliões contra os romanos por parte da Espanha, da França e da Grécia, que eram constituídas de muitos principados; e, enquanto perdurou a memória desses principados, Roma permaneceu incerta sobre suas possessões. Entretanto, apagada a memória daqueles, com a potência e a diuturnidade do império, os romanos se asseguraram de seus domínios; mais tarde, quando eclodiram disputas entre si, puderam valer-se do apoio daquelas províncias segundo a autoridade que exerciam sobre elas, as quais, extintas as dinastias de seus antigos soberanos, só reconheciam o poder dos romanos. Portanto, considerados todos estes aspectos, ninguém se espantará com a facilidade que Alexandre teve em manter seu domínio na Ásia, ou com as dificuldades que outros tiveram em conservar territórios conquistados, como Pirro e tantos outros — o que não decorreu da pouca ou muita virtude do vencedor, mas da diversidade dos casos.

Quomodo administrandae sunt civitates
vel principatus qui ante quam occuparentur
suis legibus vivebant[]

Quando, conquistados conforme se disse, tais Estados estão afeitos a viver sob suas próprias leis e em liberdade, há que se respeitar três regras caso se queira mantê-los: a primeira, arruiná-los; a segunda, ir habitá-los pessoalmente; a terceira, deixá-los viver sob suas leis, mas auferindo tributos e criando ali dentro um governo oligárquico, que os mantenha fiéis — pois, tendo sido criados por esse príncipe, tais governos sabem que não poderão prescindir de sua amizade e força e farão de tudo para preservá-lo; e mais facilmente se domina uma cidade acostumada a viver livre por meio de seus cidadãos que por qualquer outro meio, caso se queira preservá-la.

Há o exemplo dos espartanos e dos romanos. Os espartanos dominaram Atenas e Tebas instaurando ali um governo de poucos, embora as tenham perdido depois. E, para dominar Cápuia, Cartago e Numância, os romanos as arrasaram e não as perderam; também quiseram dominar a Grécia quase como os espartanos fizeram, deixando-a livre e com suas próprias leis, mas não tiveram sucesso, de modo que foram compelidos a arrasar muitas cidades daquela província a fim de mantê-la. Isto porque, na verdade, não há modo seguro de controlar tais cidades senão as destruindo; e aquele que se tornar senhor de uma cidade habituada a viver em liberdade e não a reduzir a ruína será mais cedo ou mais tarde arruinado por ela: pois sempre se abrigam nas rebeliões o nome da liberdade e suas antigas leis, coisas que nunca se esquecem, nem pela duração do tempo, nem por quaisquer benefícios. E, por mais que se faça e se cuide, caso seus habitantes não sejam dispersos ou debelados, não se esquecerão daquele nome nem daquelas leis, e ao primeiro incidente recorrerão a eles: como fez Pisa após cem anos de submissão aos florentinos.

No entanto, quando as cidades ou as províncias estão acostumadas a viver sob um príncipe e o sangue deste é extinto, estando, de um lado, afeitas à obediência e, de outro, desprovidas do antigo príncipe, são incapazes de fazer um soberano, e viver livres não o sabem; de modo que demoram mais a rebelar-se, e com mais facilidade um príncipe pode batê-las e apossar-se delas. Já nas repúblicas há mais vida, há mais ódio, há mais desejo de vingança; a memória da antiga liberdade não as abandona nem lhes dá descanso, de modo que a via mais segura é aniquilá-las ou habitá-las.

De principatibus novis qui armis propriis
et virtute acquiruntur[]

Que ninguém se espante se, ao discorrer acerca de principados inteiramente novos — seja quanto ao príncipe, seja quanto à organização do Estado —, eu aduzir exemplos soberbos. Porque, avançando os homens sempre por caminhos batidos por outros e procedendo em suas ações por imitação, mas, sem poder seguir à risca a trilha de outrem nem alcançar a virtude daquele que se imita, um homem prudente deve tomar sempre a via trilhada por homens ilustres, que foram exemplos excelentíssimos a serem imitados: e, não sendo possível ombrear-lhes a virtude, que ao menos se deixe algum vislumbre dela; e que se faça como os arqueiros sensatos, os quais, diante de um alvo demasiado distante, e conhecendo até onde vai a potência de seu arco, alçam a mira muito mais alta que o ponto de destino, não para alcançar com suas flechas tanta altura, mas para poder, com o auxílio de tão alta mira, atingir a sua meta.

Portanto afirmo que, nos principados inteiramente novos, onde há um novo príncipe, a dificuldade em mantê-los varia segundo a maior ou menor virtude de quem os conquista. E, posto que a passagem de homem privado a príncipe pressupõe virtude ou fortuna, parece que um ou outro destes atributos pode mitigar, em parte, muitas dificuldades; não obstante, aquele que menos se baseou na fortuna se manteve por mais tempo. De resto, mais facilidade encontrará o príncipe que, não tendo outros Estados, será forçado a habitar pessoalmente o novo domínio.

Porém, tratando dos que por virtude própria, e não por fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais excelentes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros que tais. E, embora não haja o que argumentar sobre Moisés, tendo sido um mero executor das coisas que lhe foram ordenadas por Deus, ainda assim ele deve ser admirado, quando mais não seja pela graça que o fez merecedor de falar com Deus. Mas, considerando Ciro e aqueles que conquistaram ou fundaram reinos, todos são dignos de admiração; ademais, caso se considerem suas ações e atitudes específicas, elas não parecerão discrepantes com as de Moisés, que teve preceptor tão excelso. Examinando suas ações e suas vidas, vê-se que eles não tiveram da fortuna outra coisa senão a ocasião, a qual lhes forneceu matéria para moldá-la segundo a forma que lhes pareceu melhor; e, sem essa ocasião, a virtude de seus espíritos se extinguiria, assim como, sem a virtude, a ocasião teria sido vã.

Era, pois, necessário que Moisés tivesse encontrado o povo de Israel escravizado e oprimido pelos egípcios para que eles, a fim de escapar à servidão, se dispusessem a segui-lo. Era preciso que Rômulo não permanecesse em Alba, de onde foi expulso ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria. Era mister que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medos, e os medos, amolecidos e efeminados por uma paz duradoura. Não teria podido Teseu demonstrar sua virtude se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. Sendo assim, as ocasiões fizeram a felicidade desses homens, e sua grande virtude permitiu que a ocasião fosse colhida, de modo que sua pátria saiu enaltecida e felicíssima.

Aqueles que, semelhantes a estes, se tornam príncipes por vias tortuosas, conquistam o principado com dificuldade, mas o conservam com facilidade; e as dificuldades que têm em conquistar o principado nascem, em parte, dos novos ordenamentos e usanças que são obrigados a estabelecer para fundar seu domínio e sua segurança. Ademais, deve-se considerar que não há coisa mais difícil de lidar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de manejar que chefiar o estabelecimento de uma nova ordem. Porque aquele que a introduz tem por inimigo todos os que se beneficiavam da antiga ordem e, por amigo, os fracos defensores que dela se beneficiariam; fraqueza que em parte deriva do medo dos adversários, que tinham as leis a seu lado, e em parte da incredulidade dos homens, que na verdade não creem nas coisas novas, a menos que se assentem numa experiência sólida. Disso resulta que, toda vez que os inimigos tiverem a ocasião de atacar, o farão em bloco, ao passo que os demais se defenderão tibiamente — e com estes nunca se terá estabilidade.

Portanto, se quisermos abordar corretamente este ponto, será necessário examinar se os que querem introduzir mudanças dispõem de autonomia ou dependem de outros; isto é, se precisam de favores para empreender suas ações ou se podem valer-se apenas de sua força. No primeiro caso, sempre acabam mal e não alcançam nada; porém, quando dependem exclusivamente de si e de sua força, é raro que fracassem — e é por isso que todos os profetas armados vencem, ao passo que os desarmados se arruínam. Pois, além do que já foi dito, a natureza dos povos é inconstante, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil mantê-los nessa persuasão; portanto convém estar preparado para convencê-los pela força, quando já não estiverem convencidos por si mesmos. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer que suas Constituições fossem respeitadas por tanto tempo se estivessem desarmados; foi o que em nossa época ocorreu com frei Jerônimo Savonarola, cuja nova ordem ruiu assim que a multidão deixou de segui-lo, sem que ele tivesse meios de mantê-los na crença, nem de convencer os descrentes. Para todos esses homens é muito difícil seguir adiante, pois todos os perigos aparecem no caminho, e é preciso grande virtude para superá-los. Mas, uma vez superados os obstáculos e derrotados os que invejavam suas qualidades, tais homens recuperam a admiração de que gozavam, continuando poderosos, seguros, honrados e felizes.

A tão grandes exemplos quero acrescentar outro, menor, mas que guarda certas analogias com aqueles e, creio, bastará para ilustrar casos semelhantes: trata-se de Hierão de Siracusa. De homem privado, passou a príncipe de Siracusa[?] valendo-se apenas da ocasião que a fortuna lhe propiciou; pois, estando os siracusanos oprimidos, o elegeram seu capitão, e ele se mostrou merecedor de ser seu príncipe. Mesmo quando ainda era um homem comum, sua virtude era tanta que quem escreve a seu respeito afirma quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum.[1] Hierão extinguiu a antiga milícia e organizou uma nova; abandonou as velhas amizades e fez outras; e, com essas amizades e soldados de sua confiança, pôde edificar sobre tais fundamentos qualquer edifício; de modo que muito lhe custou chegar ao poder, mas pouco mantê-lo.

VII

De principatibus novis qui alienis armis et fortuna acquiruntur

Aqueles que passam de homens privados a príncipes exclusivamente por obra da fortuna o conseguem com pouco esforço, mas a muito custo se mantêm; não encontram nenhum obstáculo no caminho, já que o sobrevoam: mas todas as dificuldades nascem depois que são empossados. Eles chegam ao poder quando lhes é concedido um Estado por algum interesse econômico ou graças ao favor de quem concede; como sucedeu na Grécia, nas cidades da Jônia e do Helesponto, onde muitos foram feitos príncipes por Dario, a fim de que controlassem aqueles domínios para sua segurança e glória; assim como foram feitos imperadores aqueles que, de homens comuns, chegaram ao império corrompendo a soldadesca.

Todos estes se assentam simplesmente na vontade e na fortuna de quem os favoreceu, duas coisas bastante volúveis e instáveis, e não sabem nem podem manter sua condição: não sabem porque, não sendo homens de grande engenho e virtude, não é razoável que, tendo vivido sempre no âmbito da privacidade, saibam comandar; e não podem porque não dispõem de forças que lhes sejam fiéis e amigas. Ademais, os Estados que surgem subitamente — como tudo o que nasce e cresce depressa na natureza — não são capazes de lançar raízes profundas e desenvolvidas, de modo que a primeira tormenta pode abatê-los; a menos que, como já foi dito, esses que se tornaram príncipes de repente tenham tanta virtude a ponto de saber preservar com presteza o que a fortuna lhes pôs no colo, construindo os alicerces que outros erigiram antes de se tornarem príncipes.

Quero agora aduzir dois exemplos, ainda recentes em nossa memória, relativos às duas maneiras de se tornar príncipe, isto é, por virtude ou por fortuna: refiro-me a Francesco Sforza e a César Bórgia. Francesco, pelos devidos meios e com o concurso de sua grande virtude, de homem comum tornou-se duque de Milão — e aquilo que, com mil aflições, conseguiu conquistar, com pouco esforço manteve. Por outro lado, César Bórgia, mais conhecido como duque Valentino, conquistou o poder graças à fortuna do pai e com ela mesma o perdeu, conquanto tenha agido e feito tudo aquilo que um homem prudente e virtuoso deveria ter empreendido a fim de lançar raízes nos territórios que as armas e a fortuna alheias lhe haviam concedido. Pois, como se disse acima, quem antes não constrói os alicerces pode, com grande virtude, fazê-los depois, ainda que se sobrecarregue o arquiteto e se ponha em risco o edifício. Se, pois, se considerarem todos os progressos do duque, ver-se-á que ele preparou bases sólidas para seu futuro poderio; atos sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, porque eu mesmo não saberia dar melhores ensinamentos a um príncipe novo que o exemplo de suas ações — e, se seus procedimentos não lhe renderam proveito, não foi por culpa sua, mas de uma malignidade extraordinária e extrema da fortuna.

Quando quis tornar poderoso seu filho, o duque, Alexandre VI enfrentou muitas adversidades, presentes e futuras. Primeiramente, ele não achou meios de fazê-lo senhor de nenhum território que não pertencesse ao Estado da Igreja; e sabia que o duque de

Milão¹ e os venezianos não lhe permitiriam tomar territórios da Igreja, porque Faenza e Rimini já estavam sob a proteção de Veneza. Além disso, via que as armas da Itália, especialmente aquelas das quais poderia servir-se, estavam nas mãos dos que deviam temer a grandeza do papa — e nelas não podia confiar, estando todas com os Orsini, os Colonna e seus aliados. Portanto era necessário perturbar a ordem e desestabilizar os Estados da Itália para poder apropriar-se de parte deles com segurança. Empresa fácil, porque naquele momento os venezianos, movidos por outras razões, se empenharam em fazer passar os franceses para dentro da Itália: ao que o papa não opôs nenhuma resistência, ao contrário, facilitou-a e ainda dissolveu o primeiro casamento do rei Luís.

Assim o rei entrou na Itália com a ajuda dos venezianos e o beneplácito de Alexandre: e, nem bem chegava a Milão, o papa já contava com tropas francesas para sua empreitada na Romanha, que lhe foi consentida pelo prestígio do rei. Tendo deste modo conquistado a Romanha² e derrotado os Colonna, duas coisas impediam o duque de manter o novo domínio e seguir adiante: a primeira eram seus exércitos, que não lhe pareciam fiéis; a segunda, os desígnios da França — ou seja, o duque temia que as tropas dos Orsini, das quais se valera, ao final lhe falhassem, não só o impedindo de conquistar outros territórios, mas também o privando dos já conquistados, e que o rei agisse igualmente. Dos Orsini já havia tido um primeiro sinal quando, após a expugnação de Faenza, atacou Bolonha e os viu marchar friamente para aquele assalto; quanto ao rei, percebeu seu espírito quando, após tomar o ducado de Urbino, investiu contra a Toscana — sendo demovido da empresa pelo rei.

Por isso o duque decidiu não mais depender das armas e da fortuna alheias; como primeira medida, enfraqueceu as facções dos Orsini e dos Colonna em Roma, de tal modo que os partidários destes, todos nobres, se bandearam para o duque, que os assumiu como seus protegidos e lhes deu muitas riquezas, honrando-os, segundo suas qualidades, com cargos de liderança e de governo; destarte, em poucos meses a antiga lealdade desses nobres se apagou, concentrando-se apenas no duque. Depois disso, aguardou a ocasião de aniquilar os chefes dos Orsini, após dispersar os da família Colonna — feitos que muito lhe valeram, e que ele soube aproveitar. Percebendo tarde demais que a potência do duque e da Igreja era sua ruína, os Orsini fizeram uma assembleia em Magione, na região de Perugia, da qual resultaram a revolta de Urbino, os tumultos na Romanha e infinitos perigos ao duque, que soube superá-los com a ajuda dos franceses. Assim, reconquistada sua reputação e não se fiando nem nos franceses nem em quaisquer forças externas, para não ter de depender delas, o duque recorreu a um arдил; e soube dissimular tão bem suas intenções que os próprios Orsini, por meio de Paulo, se reconciliaram com ele, após o duque envidar todos os esforços para tranquilizá-los, dando-lhes dinheiro, vestimentas e cavalos; tanto que, enganados, os Orsini foram conduzidos a Sinigaglia e caíram em suas mãos.

Eliminados os chefes dos Orsini e cativada a amizade de seus antigos partidários, o duque havia lançado excelentes bases para seu poderio, já que controlava toda a Romanha e o ducado de Urbino, mas sobretudo acreditava ter angariado a simpatia dos habitantes da Romanha, os quais começavam a usufruir os benefícios de seu governo. E, como esta passagem é digna de nota e merece ser imitada por outros, quero deter-me

nela. Assim, após conquistar a Romanha, antes comandada por senhores fracos, os quais preferiam espoliar seus súditos a corrigi-los, disseminando entre eles a desunião em vez da união — tanto que aquela província era repleta de latrocínios, brigas e todo tipo de insolência —, o duque achou por bem submetê-la a um governo firme, a fim de pacificá-la e torná-la obediente ao braço régio; para tanto ele nomeou Ramiro de Lorqua, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, seu preposto pacificou e uniu a província, conquistando enorme reputação. Então o duque julgou inconveniente tão grande autoridade e, temendo que ela se tornasse odiosa, instituiu um tribunal civil no centro da província, presidido por um ilustre magistrado,³ no qual cada cidade era representada por seu advogado. E, sabendo que alguns excessos do passado haviam gerado certo ódio contra ele, a fim de purgar o ânimo daqueles povos e reconquistá-los inteiramente, o duque quis mostrar que, se tinha havido alguma crueldade, ela não partira de si, mas da natureza acerba de seu ministro. E, na primeira ocasião, ordenou certa manhã que o cortassem em dois e abandonassem seus despojos na praça de Cesena, ao lado de um cepo e de um cutelo ensanguentado: a ferocidade do espetáculo deixou o povo a um só tempo assombrado e satisfeito.

Mas tornemos ao ponto de onde partimos. Observo que, achando-se o duque bastante poderoso e em parte protegido dos perigos imediatos, pois se armara por conta própria e neutralizara em boa medida as forças que, se próximas, poderiam prejudicá-lo, restava-lhe ter cuidado com o rei da França se quisesse prosseguir com as conquistas: porque sabia que o rei, apercebendo-se tardiamente de seu erro, não lhe daria mais nenhum apoio. Por isso, tratou de buscar novas amizades e de negacear com a França em relação à entrada dos franceses no reino de Nápoles contra os espanhóis, que assediavam Gaeta; seu propósito era assegurar-se contra eles, o que teria conseguido sem demora se Alexandre não tivesse morrido. Tais foram suas manobras diante daquela conjuntura.

Quanto às circunstâncias futuras, temia antes de tudo que o sucessor do papa não fosse seu aliado e tentasse tirar dele o que Alexandre lhe dera. Pensou então em proteger-se de quatro maneiras: primeiro, extinguindo a descendência dos senhores que ele havia espoliado, a fim de evitar que o papa se valesse da ocasião para restabelecê-los; segundo, conquistando a simpatia dos nobres de Roma para, com eles, pôr freios no papa; terceiro, influenciando tanto quanto possível o colégio cardinalício em seu favor; quarto, ampliando ao máximo seu império antes que o atual papa morresse, a fim de poder resistir por si mesmo a uma primeira investida. Dessas quatro medidas, três já haviam sido levadas a cabo quando Alexandre morreu, e a quarta estava quase concluída: dos senhores espoliados, eliminou todos quantos pôde, e pouquíssimos se salvaram; ganhou a simpatia dos nobres romanos; e exerceu enorme influência no colégio dos cardeais; quanto às novas conquistas, pretendia tornar-se senhor da Toscana, já controlava Perugia e Piombino e tinha Pisa sob sua proteção. E, como já não fosse preciso temer os franceses — nem o seria mais, posto que a França havia perdido o reino de Nápoles para os espanhóis, de modo que uns e outros agora necessitavam comprar sua amizade —, ele invadiu Pisa. Depois disso, Lucca e Siena cederam rapidamente, em parte por medo, em parte por inveja dos florentinos — e estes já não tinham a quem recorrer. Se ele tivesse alcançado esse êxito — e o alcançaria no mesmo ano em que

Alexandre morreu —, teria conquistado tal força e reputação que se sustentaria por si mesmo, não precisando mais depender da fortuna nem de forças alheias, mas apenas de seu poder e de sua virtude.

Mas Alexandre morreu cinco anos depois de ele ter começado a desembainhar sua espada: deixou-o apenas com o Estado da Romanha consolidado, enquanto os demais vacilavam no ar, entre dois poderosíssimos exércitos inimigos; e ele, doente de morte. Havia no duque tanta bravura e virtude, ele sabia tão bem como ganhar os homens ou fazê-los perder-se, eram tão sólidos os fundamentos que em tão pouco tempo assentara, que, se ele não tivesse tido aqueles exércitos contra si, ou se estivesse em boa saúde, teria suportado qualquer dificuldade.

A solidez de seus fundamentos foi demonstrada pelos seguintes fatos: a Romanha o esperou por mais de um mês; em Roma, o duque permaneceu em segurança, embora já estivesse meio morto e os Baglioni, os Vitelli e os Orsini tivessem ido para lá, mas sem lograr êxito contra ele; e pôde escolher um papa que, se não era propriamente quem ele queria, ao menos não era alguém que não quisesse. Contudo, se no momento da morte de Alexandre ele estivesse com saúde, poderia ter obtido qualquer coisa; e, no dia em que Júlio II se tornou papa — ele me disse que pensara em tudo o que poderia ocorrer após a morte do pai — e para cada coisa tinha um plano —, menos que ele mesmo, no instante em que o pai morria, também estivesse a ponto de morrer.

Portanto, ao recolher e examinar todas as ações do duque, eu não saberia em que censurá-lo; ao contrário, me parece justo — e já o fiz — apresentá-lo como comparável a todos aqueles que, por fortuna ou com armas alheias, ascenderam ao poder imperial; porque, tendo ele grande espírito e elevadas aspirações, não poderia ter governado de outro modo, e seus desígnios só foram frustrados pela brevidade da vida de Alexandre e por sua própria doença. Quem, pois, julgar necessário em seu principado novo assegurar-se contra os inimigos e fazer novas amizades, vencer pela força ou pela fraude, fazer-se amar ou temer pelo povo, ser seguido e reverenciado pelos soldados, aniquilar os que possam ou devam prejudicá-lo, inovar com novos modos as regras antigas, ser severo e benevolente, magnânimo e liberal, extirpar milícias infiéis e constituir novas, manter a amizade dos reis e dos príncipes de modo que o favoreçam com sua graça ou o ataquem com respeito não encontrará exemplo mais válido que o procedimento desse homem.

Pode-se apenas censurá-lo pela má escolha que fez ao eleger Júlio II ao pontificado. Pois, como se disse, embora não pudesse eleger o papa de sua preferência, podia evitar que um adversário chegasse ao papado; e jamais deveria ter consentido que chegasse ao pontificado um daqueles cardeais que ele havia ofendido ou que, tornando-se papa, pudesse temê-lo: porque os homens ofendem por medo ou por ódio. Aqueles que ele havia ofendido eram os cardeais San Pietro ad Vincula, Colonna, San Giorgio e Ascânio; todos os outros, caso se tornassem papa, teriam motivos para temê-lo, exceto o cardeal de Ruão e os espanhóis — estes, por alianças e compromissos assumidos, aquele, por poderio, tendo a seu favor o reino da França. Por isso o duque deveria ter feito de tudo para eleger um cardeal espanhol ao pontificado; e, se não fosse possível, deveria ter apoiado o cardeal de Ruão, e não San Pietro ad Vincula. Porque se

engana quem acredita que grandes personagens se esqueçam de injúrias antigas com benefícios novos. Portanto o duque errou nessa eleição, e tal erro foi causa de sua última ruína.

|
|
|

Porém, como ainda há dois modos de passar de homem privado a príncipe sem que se deva atribuir tudo à fortuna ou à virtude, não me parece oportuno deixá-los sem tratamento, ainda que de um deles se possa tratar mais amplamente em um estudo sobre as repúblicas. Refiro-me aos casos em que se ascende ao principado por meios nefandos e celerados ou nos quais um homem comum se torna príncipe de sua pátria pelo favor de outros concidadãos. O primeiro modo será ilustrado por dois exemplos, um antigo e outro moderno, sem que se entre no mérito de seus procedimentos — pois creio que bastam a quem precisar imitá-los.

Agátocles da Sicília, que era não só homem privado, mas também de ínfima e reles fortuna, tornou-se rei de Siracusa. Filho de um oleiro, levou sempre uma vida celerada; entretanto, aliou a seus desmandos tanta virtude de espírito e de corpo que, entrando no exército, chegou ao longo de sua carreira a pretor de Siracusa. Investido desse cargo e tendo decidido tornar-se príncipe, mantendo com violência e sem depender de outrem o que lhe fora concedido de modo legítimo, além de contar com o apoio de Amílcar cartaginês — que combatia na Sicília com seus exércitos —, reuniu certa manhã o povo e o senado de Siracusa como se tivesse que deliberar sobre assuntos relativos à república. A um sinal preestabelecido, fez que seus soldados massacrassem todos os senadores e os homens mais ricos do povo; e, eliminados estes, ele ocupou e manteve o principado daquela cidade sem nenhuma contestação civil. E, apesar de derrotado duas vezes pelos cartagineses e por fim assediado, ele não só conseguiu defender sua cidade, mas também, deixando parte de sua gente na defesa contra o cerco, com a outra parte atacou a África e em pouco tempo libertou Siracusa do assédio, levando os cartagineses a uma extrema dificuldade; tanto que eles precisaram entrar em acordo com Agátocles, contentar-se com a posse da África e deixar a Sicília ao siracusano.

Portanto, quem considerar suas ações e sua vida, encontrará pouquíssimas coisas que possam ser atribuídas à fortuna, já que, como se disse acima, não foi pelo favor de ninguém, mas pela carreira militar que, com mil dificuldades e perigos, ele galgou por si e chegou ao principado, mantendo-o depois com decisões audaciosas e arriscadíssimas. Todavia não se pode dizer que haja virtude em exterminar concidadãos, trair os amigos, não ter fé nem piedade nem religião; pois é possível conquistar o poder por esses meios, mas não a glória. Porque, se considerássemos a virtude de Agátocles somente por sua capacidade de entrar e sair de perigos, ou a grandeza de sua alma por suportar e superar as forças adversas, não se vê como ele poderia ser considerado inferior ao melhor dos capitães; não obstante, sua feroz crueldade e desumanidade, aliada a infindáveis atrocidades, não consentem que ele seja celebrado entre os homens mais ilustres. Não se pode, pois, atribuir à fortuna ou à virtude o que, sem uma e outra, foi obtido por ele.

Em nossos tempos, durante o papado de Alexandre VI, Oliverotto de Fermo, que muito cedo se viu sem pai, foi criado por um tio materno chamado Giovanni Fogliani e orientado nas primeiras fases de sua juventude à vida militar sob o comando de Paulo Vitelli,¹ a fim de que, imbuído de disciplina, alcançasse um excelente posto nas milícias. Com a morte

de Paulo, ele passou a combater sob as ordens do irmão, Vitellozzo, e em brevíssimo tempo, por ser engenhoso e de temperamento vivaz, tornou-se o primeiro homem daquela milícia. Entretanto, parecendo-lhe coisa servil estar sob as ordens de outrem, planejou, com o auxílio de alguns conterrâneos — os quais preferiam a servidão de sua cidade à liberdade — e o favor de Vitellozzo, ocupar Fermo. Então escreveu a Giovanni Fogliani dizendo que, como tinha estado muito tempo afastado de casa, gostaria de fazer-lhe uma visita, rever sua cidade e, de algum modo, passar em revista seu patrimônio; e, como sempre fizera de tudo para alcançar a glória, queria chegar ali com toda a pompa, acompanhado de cem cavaleiros entre amigos e servidores, para que seus concidadãos vissem que ele não gastara tempo inutilmente; por fim, pedia ao tio que lhe fizesse o favor de ordenar uma acolhida cheia de honrarias pelos moradores da cidade, o que prestigiaria não só a ele mesmo, mas também ao tio, que o havia criado.

Giovanni não poupou esforços e fez que o sobrinho fosse recebido pelos habitantes de Fermo com muitas homenagens, hospedando-o em sua casa; e, passados alguns dias, após ter planejado em segredo todo o necessário às suas torpes intenções, Oliverotto convidou o tio e os homens mais importantes de Fermo para um banquete solene. Consumidas as iguarias e encerrados os divertimentos que costumam animar semelhantes encontros, Oliverotto passou a tratar arditamente de assuntos sérios, discorrendo sobre a grandeza do papa Alexandre e de seu filho César Bórgia, bem como de seus feitos; assim que Giovanni e outros convidados responderam a seus comentários, ele se ergueu de súbito, dizendo que tais questões deveriam ser tratadas em lugar mais reservado; e se retirou para um aposento, sendo seguido pelo tio e pelos demais convidados. Nem bem todos se sentaram, soldados saíram de locais secretos e mataram Giovanni e os outros. Depois do massacre, Oliverotto montou a cavalo, varreu com suas tropas a cidade e assediou o supremo magistrado em seu palácio; por meio do terror, impôs a obediência de todos e a formação de um novo governo, do qual ele se fez príncipe; e, assassinados todos os que, descontentes, poderiam prejudicá-lo mais tarde, fortaleceu-se com novas normas civis e militares, de tal modo que, após um ano de principado, ele não só estava seguro na cidade de Fermo, mas também se tornara temível a todos os seus vizinhos. E teria sido difícil destituí-lo do poder — como a Agátocles —, se não se houvesse deixado enganar por César Bórgia quando, como já foi dito, este capturou em Sinigaglia os Orsini e os Vitelli; preso também naquela ocasião, um ano após ter cometido o parricídio, foi estrangulado junto com Vitellozzo, que fora seu mestre em virtude e crueldades.

Alguém poderia perguntar-se como foi possível que Agátocles e outros personagens semelhantes, após infinitas traições e atrocidades, tenham podido viver tão longamente em segurança em sua pátria, defendendo-se dos inimigos externos e não sofrendo conspirações por parte dos compatriotas; sobretudo quando se considera que muitos outros não conseguiram manter-se no poder com a crueldade, nem nos períodos de paz, nem nos incertos tempos de guerra. Creio que isso decorra do bom ou do mau uso da crueldade. A crueldade bem empregada — se é lícito falar bem do mal — é aquela que se faz de uma só vez, por necessidade de segurança; depois não se deve perseverar nela, mas convertê-la no máximo de benefícios para os súditos. Mal usadas são aquelas

maldades que, embora a princípio sejam poucas, com o tempo aumentam em vez de se extinguirem. Os que seguem o primeiro método podem remediar seus governos perante Deus e os homens, como no caso de Agátocles; quanto aos outros, é impossível que se mantenham no poder.

Donde se nota que, ao tomar um Estado, o usurpador deve ponderar que violências precisam ser infligidas e praticá-las todas de uma vez, para não ter de renová-las a cada dia e assim poder, não as renovando, tranquilizar os homens e seduzi-los com benefícios. Quem agir de outro modo, seja por tibieza, seja por maus conselhos, será sempre obrigado a empunhar a espada; nem poderá valer-se de seus súditos, já que estes, pelas contínuas e renovadas injúrias, não poderão confiar nele. Por isso as injúrias devem ser cometidas de uma vez só, de modo que, por sua brevidade, ofendam menos ao paladar; ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam mais bem saboreados. Por fim, um príncipe deve acima de tudo conviver com seus súditos de tal modo que nenhum imprevisto, bom ou ruim, o faça mudar de atitude; isso porque, quando tempos adversos trouxerem as necessidades, não haverá tempo de fazer o mal, e o bem que fizer não lhe renderá frutos, pois será julgado forçado, não merecendo nenhuma gratidão.

IX De principatu civili

Entretanto, tomando em consideração o outro caso, aquele em que um cidadão comum se torna príncipe de sua pátria não por crueldade ou qualquer violência intolerável, mas pelo favor de seus concidadãos — o que se pode chamar de principado civil (e para chegar a ele não é preciso nem toda a virtude, nem toda a fortuna, mas especialmente uma astúcia afortunada) —, digo que se ascende a tal principado ou com o apoio popular, ou com o dos poderosos.¹ Porque em toda cidade se encontram essas duas tendências opostas: de uma parte, o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos poderosos, de outra, os poderosos querem comandar e oprimir o povo; desses dois desejos antagônicos advém nas cidades uma das três consequências: principado, liberdade ou desordem. O principado é instituído pelo povo ou pelos poderosos, segundo a ocasião aproveitada por uma dessas forças: quando os poderosos veem que não podem resistir ao povo, começam a favorecer um deles até torná-lo príncipe, a fim de poder saciar o próprio apetite à sua sombra; por seu turno, quando o povo percebe que não pode resistir aos poderosos, favorece um deles e o torna príncipe a fim de ser protegido por sua autoridade.

Aquele que chega ao principado com a ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldade do que quem se torna príncipe com o apoio popular, porque está cercado de homens que se creem seus iguais e por isso não pode comandá-los nem governá-los como quiser. Mas quem chega ao principado pelo favor do povo se encontra só, tendo à sua volta ninguém ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecer. Além disso, não é possível satisfazer aos poderosos com honestidade e sem prejudicar os outros, mas, ao povo, sim: porque as metas do povo são mais honestas que as dos poderosos, pois estes querem oprimir, e aquele, não ser oprimido. De resto, um príncipe nunca poderá estar seguro se tiver contra si a inimizade dos homens do povo, que são muitos; mas pode estar seguro se tiver contra si os poderosos, por serem poucos. O pior que um príncipe pode esperar de um povo inimigo é ser abandonado por ele; por outro lado, deve não só temer o abandono por parte dos poderosos hostis, mas também ser atacado por eles — os quais, sendo mais previdentes e astuciosos, sempre agem a tempo de salvar-se e buscam agradar a quem esperam que vença. Por fim, um príncipe está obrigado a viver sempre com o mesmo povo, mas pode muito bem prescindir dos poderosos, podendo fazê-los e desfazê-los de um dia para o outro e conferir-lhes reputação a seu bel-prazer.

Para melhor esclarecer esta questão, digo que os poderosos devem ser considerados principalmente de duas maneiras: ou se comportam de modo a sujeitar-se inteiramente à fortuna do príncipe, ou agem por conta própria. Os que se sujeitam e não são rapaces devem ser respeitados e estimados; os que não se sujeitam devem ser examinados de duas maneiras: há os que o fazem por pusilanimidade ou por falta natural de coragem — e nesses casos o príncipe deve tirar proveito, sobretudo dos que são bons conselheiros, pois eles o honrarão na prosperidade e não serão um perigo na adversidade; e há os que não se sujeitam por astúcia e ambição, sinal de que pensam mais em si que no soberano

— e desses se deve precaver o príncipe, temendo-os como se fossem francos inimigos, porque nas adversidades eles sempre concorrerão para arruiná-lo.

Portanto alguém que se torne príncipe pelo favor do povo deve preservar sua amizade — o que será fácil, bastando para isso não o oprimir. Mas aquele que, com o apoio dos poderosos, se torne príncipe contra o povo deve antes de tudo tentar obter a simpatia popular — o que será fácil, bastando para isso protegê-lo. E, assim como os homens que recebem o bem de quem esperavam o mal se tornam ainda mais agradecidos a seu benfeitor, também o povo logo se torna mais agradecido a tal príncipe do que se ele tivesse sido entronizado por seus favores. O príncipe pode obter a simpatia do povo por vários meios; no entanto, como estes variam conforme as circunstâncias, não se pode indicar uma regra precisa, razão pela qual passaremos adiante. Apenas para concluir, direi que um príncipe precisa ter o povo a seu lado, do contrário não terá apoio nas adversidades. Nábis, príncipe dos espartanos, resistiu ao assédio de toda a Grécia e de um exército romano cheio de vitórias, defendendo contra todos a sua pátria e o seu trono;² quando sobreveio o perigo, bastou-lhe o apoio de poucos — mas, se seu povo lhe fosse hostil, isso não teria bastado.

E que ninguém conteste minha opinião alegando o velho provérbio que diz: “quem constrói sobre o povo constrói sobre o lodo” — adágio que só se aplica ao homem comum que se baseia no povo e acredita que ele o salvará quando for ameaçado pelos inimigos ou por magistrados. Neste caso, o resultado é muitas vezes a desilusão, como ocorreu aos Graco em Roma e a Giorgio Scali em Florença.

Mas, se ele for um príncipe que se baseie no povo e que possa comandar e que seja um homem de coração — e não se amedronte nas adversidades nem seja despreparado e mantenha todos animados sob suas ordens e seu ânimo —, ele nunca será traído pelos seus e verá que seus fundamentos são bons.

Esses principados costumam periclitarse quando estão prestes a passar da ordem civil ao poder absoluto. Isso porque tais príncipes comandam ou por si mesmos, ou por meio de magistrados; neste último caso, seus governos são mais débeis e correm maiores riscos, pois dependem inteiramente da vontade daqueles cidadãos que foram nomeados magistrados, os quais, sobretudo em tempos adversos, podem tomar-lhe com grande facilidade o Estado, seja abandonando o soberano, seja o atacando. Em meio aos perigos, o príncipe não terá tempo de assumir uma autoridade absoluta, porque os cidadãos e súditos acostumados a receber ordens dos magistrados não obedecerão a ele nessas circunstâncias. Portanto, em tempos incertos, ele sempre terá dificuldade de encontrar gente de confiança; de modo que o príncipe não pode basear-se naquilo que vê em tempos de paz, quando os cidadãos têm necessidade do Estado, pois nessa época todos acorrem, todos prometem, e cada um se dispõe a morrer por ele, já que a morte está longe; porém, nos períodos adversos, quando o Estado necessita dos cidadãos, então poucos se apresentam. Essa experiência é ainda mais perigosa porque só pode ser realizada uma única vez; é por isso que um príncipe sábio deve cogitar um meio de fazer com que seus cidadãos, não importa o tempo que faça, precisem sempre dele e do Estado — e daí em diante lhe serão sempre fiéis.

Quomodo omnium principatum vires
perpendi debeant

Ao examinar as modalidades desses principados, convém fazer mais uma distinção, qual seja: se o príncipe de um Estado muito poderoso seria capaz, caso necessário, de sustentar-se por si mesmo ou se sempre precisará da proteção de outrem. Para esclarecer melhor este ponto, digo que, a meu juízo, os primeiros conseguem reger-se autonomamente porque, com abundância de armas ou de riquezas, podem reunir um bom exército e dar combate a qualquer um que venha a atacá-los. Do mesmo modo, julgo que os segundos sempre necessitarão de outrem por não poderem comparecer diante do inimigo num campo de batalha, devendo refugiar-se dentro de suas muralhas e defendê-las. Sobre o primeiro caso já discorremos e, mais adiante, acrescentaremos o que for necessário. Quanto ao segundo, nada se pode dizer senão incentivar tais príncipes a fortificar e municiar a própria cidade, sem se preocupar com o resto do território. E, quem quer que fortifique bem sua cidade e saiba governar e manejar seus súditos como já dissemos antes e diremos em seguida, será sempre atacado com grande cautela; porque os homens abominam as empresas que pareçam cheias de dificuldades, e não pode haver facilidade em atacar alguém que domine uma cidade vigorosa e não seja odiado por seu povo.

As cidades da Alemanha gozam de enorme liberdade, têm pequenos territórios e só obedecem ao imperador quando lhes apraz, pois não temem nem a ele, nem a qualquer outro potentado das vizinhanças. São tão bem fortificadas que seus adversários antes ponderam quanto deve ser difícil e exaustivo expugná-las: todas dispõem de fossos e de muralhas apropriados, possuem artilharia suficiente e sempre têm em seus depósitos públicos provisões de bebida, de alimentos e de combustível para um ano; além disso, para manter a plebe nutrida sem desfaltar o erário público, a comunidade sempre tem como lhe dar trabalho, por um ano, em atividades que são o nervo e a vida da cidade, e de cujos produtos a plebe se abastece; por fim, todos têm grande apreço pelos exercícios militares e, nesse ponto, contam com muitos dispositivos para mantê-los.

Assim sendo, um príncipe que tenha uma cidade ordenada de tal modo e que não se faça odiar não será atacado; e aquele que ousasse atacá-lo seria forçado a uma retirada vergonhosa: porque as coisas do mundo são tão mutáveis que seria impossível ao ofensor manter seus exércitos ociosos durante um ano de assédio. E a quem objetasse dizendo que, se o povo visse seus bens ardendo no campo, perderia a paciência — e que um longo assédio, bem como seus interesses particulares, o faria esquecer o amor pelo príncipe —, respondo que um príncipe prudente e corajoso sempre será capaz de superar todas essas dificuldades, ora dando aos súditos a esperança de que o mal não seja duradouro, ora incutindo-lhes o medo da crueldade do inimigo, ora precavendo-se com destreza contra aqueles que lhe parecessem ousados demais. Além disso, é mais razoável que o inimigo queime e destrua os campos assim que chegar ali, ou seja, quando os ânimos dos homens ainda estão acesos e devotados à defesa; por isso o príncipe não precisa temer, uma vez que, passados poucos dias, quando os ânimos

estiverem arrefecidos, os danos já terão sido feitos, os males já terão sido assimilados e não haverá mais remédio. É então que todos se unem a seu príncipe, sentindo que sua obrigação para com eles é ainda maior, já que suas casas foram queimadas e seus terrenos foram arruinados em sua defesa — pois é da natureza dos homens obrigarem-se tanto pelos benefícios feitos quanto pelos recebidos. Portanto, considerando-se todo o conjunto, não será difícil a um príncipe prudente manter firmes, do início ao fim, o ânimo de seus cidadãos durante o cerco, desde que não lhes falte o necessário para viver e se defender.

Resta-nos agora apenas discorrer acerca dos principados eclesiásticos, cujas dificuldades se situam todas no período anterior à sua posse, uma vez que são conquistados por virtude ou por fortuna e se mantêm a despeito de uma e de outra; isto porque são sustentados por antigas leis radicadas na religião, sendo tão poderosos e de tal qualidade que conseguem conservar seus príncipes no poder não importa como estes se comportem ou vivam. Somente estes têm Estados sem os defender e súditos sem os governar. Os Estados, por serem indefesos, não lhes são retirados; e os súditos, por não serem governados, não se importam com eles, não pensam neles, nem podem livrar-se deles. Portanto somente esses principados são seguros e felizes; porém, sendo regidos por razões superiores — que a mente humana não alcança —, deixarei de tratar deles, pois, uma vez exaltados e mantidos por Deus, discorrer a seu respeito seria coisa de homem presunçoso e temerário. Não obstante, se alguém me indagasse por que a Igreja chegou a tamanho poder temporal, haja vista que antes de Alexandre VI os potentados italianos — e não só estes, mas também qualquer barão ou senhor irrelevante — pouco lhe davam importância nesse campo, sendo que agora o rei da França treme diante dela, que foi capaz de expulsá-lo da Itália e de aniquilar os venezianos, eu diria que, apesar de tudo isso ser bastante conhecido, não me parece supérfluo repassar seus pontos cardeais.

Antes que Carlos, rei da França, entrasse na Itália, esta província estava sob o império do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos. Tais potentados deviam ter duas principais preocupações: a primeira, que nenhum estrangeiro entrasse na Itália com suas tropas; a segunda, que nenhum deles expandisse seus domínios. Aqueles que demandavam maior apreensão eram o papa e os venezianos; tanto é que, para deter os venezianos, era necessária a união de todos os outros — como ocorreu na defesa de Ferrara — e, para reduzir a força do papa, era preciso contar com os nobres de Roma, os quais, estando divididos em duas facções — os Orsini e os Colonna —, sempre eram motivo de desordens e, possuindo muitas armas nas vizinhanças do pontífice, mantinham o pontificado enfraquecido e enfermo. E, embora de vez em quando surgissem papas destemidos, como Sisto, nem a sorte nem a habilidade pôde livrá-los de tais incômodos. A brevidade de suas vidas era a razão disso; porque nos dez anos que, em média, um papa vivia, dificilmente poderia neutralizar uma das facções rivais; e se, por exemplo, um deles quase conseguia aniquilar os Colonna, logo surgia outro que, inimigo dos Orsini, os fazia ressurgir, sem que tivesse tempo de aniquilar os Orsini. Isso fazia com que o poder temporal do papa fosse pouco estimado na Itália.

Então surgiu Alexandre VI, que dentre todos os pontífices que já houve soube mostrar quanto um papa podia impor-se com o dinheiro e com as armas; e o fez por meio do duque Valentino e aproveitando a ocasião da passagem dos franceses, como já discorri mais acima, quando tratei das ações do duque. E, conquanto sua intenção fosse fortalecer não a Igreja, mas o duque, o resultado é que suas ações tornaram a Igreja poderosa — a qual, depois de sua morte, e morto o duque, herdou todos os seus

esforços.

Depois veio o papa Júlio II, que recebeu uma Igreja forte, senhora de toda a Romanha, com os nobres de Roma abatidos e suas facções aniquiladas pelos golpes de Alexandre; encontrou ainda a via livre para acumular riquezas, como nunca foi feito antes de Alexandre. Júlio não só se valeu de tudo isso, mas foi além, planejando conquistar Bolonha, liquidar os venezianos e expulsar os franceses da Itália; e em todas estas empresas ele foi bem-sucedido, merecendo maior louvor ainda, já que cada ação sua visou fortalecer a Igreja, e não alguém em particular. De resto, manteve os partidários dos Orsini e dos Colonna na mesma situação em que os encontrou. E, embora entre eles houvesse alguns líderes capazes de criar tumulto, duas coisas os impediram de agir: a primeira, o poder da Igreja, que os intimidava; a segunda, não terem nenhum cardeal, os quais estão na origem das disputas entre eles, pois essas facções jamais estarão em paz se tiverem cardeais, porque estes alimentam, em Roma e fora dela, os partidarismos que os barões locais são obrigados a defender — e assim, da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões.

A santidade do papa Leão X herdou, assim, um pontificado poderosíssimo; e se espera que, se aqueles o fizeram grande com as armas, este o fará poderosíssimo e venerando com sua bondade e outras infinitas virtudes.

Quot sunt genera militiae
et de mercenariis militibus]

Tendo já discorrido pormenorizadamente sobre todas as modalidades de principado de que a princípio me propus a tratar, considerado em parte as causas que os tornam bons ou ruins e indicado os modos pelos quais muitos tentaram conquistá-los e mantê-los, resta-me agora examinar, de modo geral, os métodos ofensivos e defensivos adotados por cada um deles.

Já dissemos acima como um príncipe deve ter sólidos fundamentos, do contrário estes necessariamente ruirão. Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos quanto dos antigos ou mistos, são as boas leis e as boas armas; e, como não pode haver boas leis onde não houver boas armas — e onde há boas armas convém que haja boas leis —, deixarei de parte o tratamento das leis e falarei das armas.

Digo, pois, que as armas com as quais um príncipe defende seu Estado ou são próprias, ou são armas mercenárias e auxiliares, ou uma mistura de ambas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas; e, se alguém basear seu Estado em armas mercenárias, nunca estará seguro nem terá estabilidade, porque tais tropas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, valentes entre os amigos e vis diante dos inimigos, sem temor a Deus nem fé nos homens; e, com elas, quanto mais se adia o combate, mais se adia a derrota; na paz se é espoliado por elas, na guerra, pelos inimigos. A causa disso é que não há outro vínculo ou motivo que as mantenha em campo senão o soldo, o qual nunca será suficiente para que se disponham a morrer por você. Querem ser seus soldados enquanto não se fizer a guerra; contudo, quando a guerra sobrevém, eles dispersam ou batem em retirada. Não necessitaria de muito esforço para ser persuasivo sobre este ponto, visto que a atual ruína da Itália se deve exclusivamente ao fato de, por muitos anos, ter se assentado inteira sobre forças mercenárias. Decerto essas forças já foram úteis a alguns, e pareciam corajosas enquanto combatiam entre si; porém, com a invasão do estrangeiro, mostraram o que eram; por isso Carlos, rei da França, pôde apossar-se da Itália num piscar de olhos e quem dizia que a causa disso eram nossos pecados falava a verdade — entretanto os pecados não eram aqueles apontados, mas estes que descrevi; e, como os príncipes eram os pecadores, coube também a eles sofrer as penas.

Quero demonstrar melhor a inépcia dessas armas. Os capitães mercenários podem ser homens excelentes ou não; caso sejam, não merecerão confiança, pois sempre aspirarão à própria grandeza, seja intimidando você, que é o senhor deles, seja oprimindo outros sem o seu consentimento; porém, se o capitão não for virtuoso, por isso mesmo será sua ruína. E, caso se redarguisse que qualquer um na posse de armas faria o mesmo, fosse mercenário ou não, eu replicaria que as armas estão a serviço de um príncipe ou de uma república: o príncipe deve assumir pessoalmente o posto de capitão, ao passo que a república se valerá de seus cidadãos; e, caso escolha alguém que não se mostre um homem valoroso, deverá substituí-lo; porém, se ele demonstrar bravura, é preciso contê-lo com as leis, para que não ultrapasse os limites. Por experiência, vê-se que somente os

príncipes e as repúblicas que dispõem de exércitos fazem enormes progressos; já as forças mercenárias só trazem danos; de resto, uma república que tenha armas próprias se submeterá com mais dificuldade a um de seus cidadãos que outra, dependente de armas estrangeiras.

Esparta e Roma foram por muitos séculos armadas e livres. Os suíços são muito bem armados e gozam de grande liberdade. Entre os antigos, por exemplo, os cartagineses recorreram a armas mercenárias e foram oprimidos por elas tão logo se encerrou sua primeira guerra contra os romanos, embora os cartagineses tivessem como capitães seus próprios cidadãos. Depois da morte de Epaminondas, Filipe da Macedônia foi nomeado capitão de seu povo pelos tebanos e, após a vitória, tirou-lhes a liberdade.

Morto o duque Felipe, os milaneses contrataram Francesco Sforza para combater os venezianos; e ele, após derrotar os inimigos em Caravaggio, uniu-se aos venezianos para oprimir os milaneses. Já o pai de Francesco, capitão da rainha Giovanna de Nápoles, a deixou de repente desarmada, de modo que ela, para não perder o reino, foi constrangida a lançar-se aos braços do rei de Aragão. E, se outrora venezianos e florentinos ampliaram seus domínios por meio dessas armas sem que seus capitães lhes tenham usurpado o poder, mantendo-se fiéis em sua defesa, respondo que nesse caso os florentinos foram favorecidos pela sorte, pois, dentre os virtuosos capitães que podiam ameaçá-los, uns não venceram, outros encontraram resistências e os demais ambicionaram outras metas. Um dos que não venceram foi Giovanni Aucut, e, por não ter vencido, não se pode saber o que teria feito em caso de vitória; mas todos reconhecem que, se tivesse vencido, os florentinos ficariam à sua mercê. Sforza sempre teve os partidários de Braccio contra si, e os dois assim se mantiveram em equilíbrio. Francesco voltou suas ambições para a Lombardia; Braccio, contra a Igreja e o reino de Nápoles.

Mas vejamos o que ocorreu pouco tempo atrás. Os florentinos escolheram para seu capitão Paulo Vitelli, homem prudentíssimo que, por meio da própria fortuna, alcançou enorme reputação; se ele tivesse tomado Pisa, ninguém negaria quanto seria conveniente aos florentinos continuar a seu lado, pois, se ele se tornasse soldado de seus inimigos, Florença não teria saída, e, se os florentinos o mantivessem no cargo, teriam de obedecer a ele. Quanto aos venezianos, caso se considerem seus avanços, ver-se-á que eles agiram com firmeza e foram vitoriosos enquanto fizeram a guerra por conta própria, valendo-se de seus nobres e da plebe armada com grande virtude, antes de partirem para campanhas em terra firme; porém, quando começaram os combates em terra firme, eles abandonaram qualquer virtude e passaram a seguir os costumes das guerras na Itália. No início de seu avanço por terra, por ainda não terem amplos domínios e por gozarem de grande reputação, não precisaram temer demasiadamente seus capitães. No entanto, assim que ampliaram seus territórios sob o comando de Carmagnola, tiveram uma primeira prova de seu erro, uma vez que, considerando Carmagnola virtuosíssimo e tendo conseguido derrotar o duque de Milão sob sua liderança, mas, por outro lado, sabendo quanto ele arrefecera na guerra, os venezianos avaliaram que não poderiam vencer mais nada com sua ajuda, pois ele mesmo já não o queria; tampouco podiam dispensá-lo, para não perderem o que já haviam conquistado; de modo que, para se

defenderem dele, viram-se constrangidos a matá-lo. Depois tiveram por capitães Bartolommeo da Bergamo, Ruberto da San Severino, o conde de Pitigliano e outros semelhantes, com os quais deviam antes temer a perda que esperar algum ganho, como depois se verificou em Vailà, onde perderam num único dia o que a tanto custo haviam conquistado⁴ em oitocentos anos: pois de tais armas derivam apenas conquistas lentas, tardas e frágeis, acompanhadas de súbitas e espantosas perdas.

Já que citei exemplos recentes ocorridos na Itália, governada durante tantos anos por armas mercenárias, quero agora discorrer de uma perspectiva mais abrangente, a fim de que, observados sua origem e seus desdobramentos, se possa melhor corrigir sua atuação. Todos devem saber que, nos últimos tempos, tão logo o Império começou a ser expulso da Itália e o papa a expandir seu prestígio no plano temporal, a Itália se dividiu em vários Estados; isso porque muitas das maiores cidades pegaram em armas contra os nobres que, antes protegidos pelo imperador, as mantinham oprimidas, ao passo que a Igreja as favorecia a fim de obter maior poder temporal; e, em muitas outras cidades, um de seus cidadãos se tornou príncipe. Daí que, restando a Itália praticamente nas mãos da Igreja e de umas poucas repúblicas, e não estando os padres e os cidadãos habituados ao uso das armas, todos começaram a contratar forasteiros. O primeiro a conferir reputação a essas milícias foi Alberico de Cunio, da Romanha; de sua escola descenderam, entre outros, Braccio e Sforza, que em seu tempo foram árbitros da Itália. Em seguida, vieram todos os que, até os dias de hoje, comandaram essas milícias; e o resultado de tanta virtude é que a Itália foi varrida por Carlos, depredada por Luís, forçada por Fernando e vituperada pelos suíços.

A primeira regra que seguiram foi diminuir a reputação da infantaria a fim de aumentar a própria, e assim agiram porque, não possuindo um Estado e sustentando-se apenas no soldo, poucos infantaria não lhes trariam prestígio e, muitos, não seriam capazes de manter; por isso se limitaram à cavalaria, que era abastecida e honrada em número tolerável, a tal ponto que, num exército de 20 mil soldados, não havia sequer 2 mil infantaria. Ademais, usaram de todos os meios para poupar a si e a seus soldados de perigos e cansaços, evitando morrer nas refregas e deixando-se aprisionar uns aos outros sem pagamento de resgate; à noite, os que estavam nos acampamentos não atacavam as cidades fortificadas, nem os das cidades fortificadas investiam contra as milícias acampadas; não erguiam paliçadas nem abriam fossos em torno dos acampamentos; e não faziam campanha nos invernos. Tudo isso fazia parte de seu código militar e era adotado por eles para, como se disse, furtar-se a riscos e esforços; e assim conduziram a Itália à escravidão e à desonra.

As armas auxiliares, igualmente inúteis, são aquelas solicitadas a um poderoso para que o defendam com suas tropas, como em tempos recentes fez o papa Júlio, que, tendo visto o infame desempenho de suas milícias mercenárias em Ferrara, recorreu a armas auxiliares e entrou em acordo com Fernando, rei da Espanha, para que este o ajudasse com sua gente e seus exércitos. Tais armas podem ser boas e úteis per se, mas quase sempre são prejudiciais a quem as solicita: se perdem, sua derrota será certa; se ganham, se tornará refém delas. E, não obstante a história antiga esteja repleta de casos semelhantes, não quero afastar-me do exemplo ainda fresco de Júlio II: o partido que ele tomou não podia ser mais disparatado, pois, querendo Ferrara para si, pôs-se inteiramente nas mãos de um estrangeiro. Mas sua boa fortuna fez surgir algo inesperado, que o poupou de colher os frutos da má escolha: tendo seus auxiliares sido derrotados em Ravena, logo em seguida, e para a surpresa de todos, os suíços fizeram os vencedores recuar; desse modo ele escapou de ser preso pelos inimigos, que fugiram, e de cair refém dos auxiliares, pois vencera com outras armas que não as deles. Por sua vez, estando inteiramente desarmados, os florentinos conduziram 10 mil franceses a Pisa a fim de expugná-la e, com isso, correram mais perigo que em qualquer época de sua história. Para opor-se a seus vizinhos, o imperador de Constantinopla enviou à Grécia 10 mil turcos, os quais, terminada a guerra, não quiseram partir — e este foi o início da servidão da Grécia entre os infiéis

Portanto, quem não quiser vencer que se valha de tais armas, pois elas são bem mais perigosas que as mercenárias. Nelas a conjura está feita de antemão, haja vista que são unidas e dedicadas à obediência de outrem; quanto às forças mercenárias, uma vez vitoriosas, precisam de mais tempo e de uma boa ocasião para atacar, já que não constituem um corpo unitário e são recrutadas e pagas por quem as contrata; entre elas, alguém que seja erigido em chefe não será capaz de conquistar autoridade tão rapidamente a ponto de constituir uma ameaça. Em suma: nas forças mercenárias, o mais perigoso é a ignávia; nas auxiliares, a virtude. Por isso todo príncipe sábio sempre evitou armas desse tipo e se valeu das próprias; e preferiu perder com os seus a vencer com os outros, julgando falsa vitória a que se obtém por meio de armas alheias.

Eu não hesitaria em citar aqui o exemplo de César Bórgia e de suas ações. O duque entrou na Romanha com armas auxiliares, toda composta de franceses, e com elas tomou Ímola e Forlì; todavia, não lhe parecendo confiáveis tais armas, recorreu às mercenárias por julgá-las menos perigosas e contratou os Orsini e os Vitelli; mais tarde, percebendo que estas também eram ambíguas, infiéis e perigosas, aniquilou-as e concentrou-se em suas próprias armas. E assim ele pôde constatar a diferença que existe entre cada uma delas, haja vista a mudança de sua reputação entre a época em que estava apenas com os franceses, depois com os Orsini e os Vitelli, e finalmente quando ficou apenas com seus soldados e senhor de si mesmo: seu prestígio aumentou continuamente e só atingiu o ápice quando todos viram que ele era o comandante exclusivo de suas milícias.

Não quero distanciar-me dos exemplos italianos e atuais; contudo, não posso deixar de mencionar Hierão de Siracusa, de quem já tratei anteriormente. Como eu havia dito, ao ser proclamado chefe dos exércitos pelos siracusanos, ele logo viu que a milícia mercenária não era útil, já que seus comandantes eram como os nossos italianos; e, percebendo que não poderia mantê-los nem dispensá-los, mandou fazê-los em pedacinhos e depois moveu uma guerra com suas próprias armas, sem recorrer às alheias. A propósito, quero ainda trazer à memória uma figura do Antigo Testamento. Quando Davi comunicou a Saul que combateria com Golias, agitador filisteu, Saul, para incentivá-lo, deu-lhe suas próprias armas; mas Davi as recusou assim que sentiu o peso delas, dizendo que assim não poderia valer-se de suas forças: queria encontrar o inimigo com sua funda e sua faca. Enfim, as armas de outros ou caem das mãos ou pesam demasiado ou tolhem o movimento.

Tendo libertado a França dos ingleses por sua fortuna e virtude, Carlos VII, pai do rei Luís XI, compreendeu a necessidade de armar-se de armas próprias e, durante seu reinado, ordenou a formação de cavalarias e infantarias. Depois o rei Luís, seu filho, extinguiu a infantaria e começou a assoldar suíços; erro que, seguido por outros, foi, como de fato se vê agora, o motivo das dificuldades daquele reino. Isso porque, tendo dado prestígio aos suíços, o rei desonrou suas próprias armas, abolindo inteiramente a infantaria e submetendo à virtude alheia sua cavalaria, que, habituada a militar com os suíços, não lhe parecia mais possível vencer sem eles. Disso resultou que os franceses já não podem contra os suíços e, sem eles, não se arriscam a combater outros. Portanto os exércitos da França se tornaram mistos, em parte mercenários, em parte próprios — armas que, todas somadas, são muito superiores às apenas auxiliares ou apenas mercenárias, e muito inferiores às próprias. E baste o exemplo citado: pois o reino da França seria imbatível se as ordenanças de Carlos tivessem sido ampliadas ou preservadas; mas a escassa prudência dos homens começa algo que, por ter um sabor agradável de início, não os faz perceber o veneno sub-reptício, como antes falei acerca da tísica.

Por isso, quem está à frente de um principado e não se dá conta dos males quando eles surgem não é realmente sábio — o que só é dado a poucos. E, caso se considere a razão maior da queda do Império Romano, ver-se-á que a ruína começou quando se assoldaram os primeiros godos; pois, a partir daquele momento, as forças do Império passaram a perder a fibra, e toda sua virtude foi transferida a eles.

Concluo, pois, que sem dispor de armas próprias nenhum principado estará seguro, ao contrário, estará inteiramente à mercê da fortuna, não tendo virtude que o defenda com fé nas adversidades; ademais, os homens sábios sempre opinaram e sentenciaram quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa. [1] As armas próprias são aquelas compostas de súditos, de cidadãos ou de vassalos; todas as demais são mercenárias ou auxiliares; e é fácil encontrar o melhor meio de ordenar as armas próprias quando se observa o procedimento dos quatro comandantes citados por mim; e se verá como Filipe, pai de Alexandre Magno, assim como tantas repúblicas e principados se armaram e organizaram — e a tais ordenanças me reporto inteiramente.

Portanto um príncipe não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer atitude arbitrária, que não a guerra, com suas disposições e disciplina; pois ela é a única arte que se espera de quem comanda, e é por virtude dela que não só se mantêm os que já nasceram príncipes, mas também, frequentemente, chegam ao poder homens de fortuna pessoal. Ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensaram mais em delicadezas que nas armas, perderam seus Estados; e a primeira causa dessas perdas está em negligenciar essa arte, assim como a razão que leva às conquistas está em ser um mestre nessa arte. Por estar bem armado, Francesco Sforza passou de homem comum a duque de Milão; já seus descendentes, por se esquivarem às dificuldades das armas, passaram de duques a homens comuns. Pois, entre outros motivos que podem levar à derrota, estar desarmado torna o príncipe desprezível, e esta é uma das infâmias que um soberano precisa evitar a todo custo, como se verá em seguida. De fato, entre o armado e o desarmado não há nenhuma proporção, e não é razoável que quem esteja armado obedeça de bom grado ao desarmado, ou que alguém desarmado esteja seguro entre servidores armados, uma vez que, havendo desdém em uns e suspeita em outros, não é possível que juntos trabalhem bem. Assim, um príncipe que não entenda de milícias, além de padecer de outras infelicidades — como já se disse —, não pode ser estimado por seus soldados nem confiar neles.

Por isso, jamais se deve desviar o pensamento dos exercícios da guerra; e na paz o exercício deve ser mais intenso que na guerra, o que pode ser feito de duas maneiras: primeiramente, com ações; depois, com a mente. Quanto às ações, além de manter bem ordenadas e exercitadas suas tropas, deve-se continuamente praticar a caça a fim de acostumar o corpo a desconfortos e em parte conhecer a natureza dos territórios, entender como surgem os montes, como desembocam os vales, como jazem as planícies, qual a natureza dos rios e dos paludes, prestando muita atenção a tudo isso. Tal compreensão é útil em dois sentidos: primeiro, quando se aprende a conhecer o próprio território fica mais fácil saber como defendê-lo; segundo, com o conhecimento e a prática desses lugares compreende-se facilmente qualquer outro local que precise ser explorado, pois colinas, vales, planícies, rios e paludes que existem, verbi gratia, na Toscana têm certas semelhanças com os de outras províncias, de sorte que o conhecimento da área de uma província pode facilmente servir à compreensão de outras. O príncipe que carece dessa competência carece da primeira qualidade que cabe a um capitão: saber localizar o inimigo, montar acampamentos, conduzir os exércitos, organizar as expedições e assediar as cidades em situação vantajosa.

Filopêmenes, príncipe dos aqueus, recebeu muitas loas dos que escreveram sobre ele, entre as quais a de sempre ter pensado em como fazer a guerra em tempos de paz; e, quando estava no campo com amigos, muitas vezes parava e ponderava com eles: "Se os inimigos estivessem naquela colina, e nós estivéssemos aqui, com o nosso exército, quem de nós estaria em vantagem? Como, mantendo a organização, poderíamos ir ao encontro deles? Se quiséssemos bater em retirada, como faríamos? Se eles se

retirassem, como os perseguiríamos?”. E, enquanto caminhava, propunha-lhes todos os casos que podem ocorrer a um exército: escutava as opiniões, expunha a sua, corroborava-a com argumentos, de tal modo que, devido a essas constantes cogitações, jamais surgiria nenhum acidente para o qual ele não tivesse um remédio ao guiar seus exércitos.

No que diz respeito ao exercício da mente, o príncipe deve ler obras de história e nelas atentar para as ações dos homens ilustres, ver como eles se conduziram nas guerras e examinar as causas de suas vitórias e derrotas, a fim de evitar estas e imitar aquelas; mas sobretudo fazer como no passado fizeram alguns homens excelentes, que se puseram a imitar aqueles que, antes deles, foram louvados e glorificados, conservando perto de si seus gestos e ações, como se diz que Alexandre Magno imitava Aquiles; César, Alexandre; Cipião, Ciro. E quem quer que leia a vida de Ciro escrita por Xenofonte reconhecerá mais tarde, na vida de Cipião, quanto o exemplo imitado lhe trouxe glória e quanto, na castidade, na afabilidade, na humanidade e na liberalidade, Cipião se adequou às características que Xenofonte ressaltou em Ciro.

Um príncipe sábio deve observar tais exemplos e nunca manter-se ocioso nos tempos de paz, mas aproveitar-se deles com engenho para poder agir melhor na adversidade; de modo que, quando a fortuna mudar, ele esteja preparado para resistir a ela.

Resta agora examinar quais devem ser os procedimentos e as ações de governo de um príncipe em relação aos seus súditos e aos seus amigos. Como sei que muitos já escreveram sobre o assunto, receio ser tomado por presunçoso ao tratar mais uma vez do tema, sobretudo por apartar-me dos argumentos da maioria. Porém, sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela. E não foram poucos os que imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram nem se verificaram na realidade. Todavia a distância entre o como se vive e o como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação: porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons. Por isso é preciso que o príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e a valer-se disso segundo a necessidade.

Deixando de lado, pois, as coisas imaginosas sobre um príncipe e discorrendo acerca das verdadeiras, digo que todos os homens dignos de atenção — mas principalmente os soberanos, por ocuparem um posto mais elevado — são julgados por certas qualidades que lhes podem render reprovações ou elogios. Isso porque uns são tidos por liberais, outros, por miseráveis (para usar um termo toscano, porque avaro em nossa língua é também aquele que deseja possuir por rapina: chamamos de miserável aquele que se abstém em demasia de gastar o que é seu); uns são considerados generosos, outros, rapaces; uns cruéis, outros, piedosos; uns desleais, outros, fiéis; uns efeminados e pusilânimes, outros, ferozes e animosos; uns humanos, outros, soberbos; uns lascivos, outros, castos; uns íntegros, outros, astutos; uns inflexíveis, outros maleáveis; uns graves, outros, leves; uns religiosos, outros, incrédulos, e assim por diante. Sei que todos dirão que seria louvabilíssimo um príncipe ter as melhores qualidades dentre as enumeradas acima. Contudo, como a condição humana não consente que se tenham todas elas, nem que possam ser inteiramente observadas, é necessário ser prudente a fim de escapar à infâmia daqueles vícios que põem em risco o governo; e, se possível, devem-se evitar também aqueles que não comprometem o governo; mas, se forem inevitáveis, que passem sem grandes preocupações. Tampouco se preocupe com incorrer na infâmia de tais vícios, sem os quais dificilmente se pode salvar o governo; pois, se bem observado, caso o príncipe siga o que lhe parecer uma virtude, causará a própria ruína, mas, se seguir o que lhe parecer um vício, terá maior segurança e bem-estar.

Partindo, pois, das primeiras qualidades mencionadas acima, digo que seria vantajoso ser considerado liberal. Entretanto, se usada de modo a trazer-lhe reputação, a liberalidade causará transtornos ao príncipe; isso porque, se empregada de maneira virtuosa e na medida certa, ela não será reconhecida como tal e não o poupará da pecha de avarento; contudo, para manter a fama de liberal entre os homens, é preciso lançar mão de todo fausto possível, de modo que, nessas circunstâncias, um príncipe sempre consumirá todos os seus recursos e, por fim, se quiser manter a fama de liberal, terá de sobrecarregar extraordinariamente a população de tributos e fazer tudo o que é de praxe para arrecadar dinheiro; e essas medidas, por sua vez, o farão cada vez mais odiado entre os súditos e pouco estimado por todos, que se tornarão mais pobres. Portanto, ao descontentar a maioria e favorecer uns poucos com sua liberalidade, o soberano sentirá o golpe na primeira adversidade e vacilará ao primeiro perigo; e, caso se aperceba da situação e queira recuar, incorrerá imediatamente na infâmia do miserável. Assim, não podendo usar a virtude da liberalidade sem seu próprio dano tão logo ela fosse reconhecida, o príncipe, se for prudente, não deverá importar-se com a pecha de miserável; pois com o tempo ele será considerado cada vez mais liberal, à medida que todos virem que, graças à parcimônia, aquilo que arrecada lhe basta, que ele pode defender-se de quem quiser atacá-lo e mover campanhas sem onerar seu povo. De sorte que parecerá liberal aos que não serão escorchados — que são inumeráveis — e miserável àqueles a quem não dará nada — que são poucos.

Em nossos tempos, só vimos realizar grandes feitos aqueles que são tidos por miseráveis; os outros desapareceram. Papa Júlio II, que se serviu da nomeada de liberal para alcançar o papado, depois não fez questão de mantê-lo e se aplicou em mover guerras. O atual rei da França fez muitas guerras sem impor tributos extraordinários a seus súditos, porque substituiu as despesas supérfluas por uma prolongada parcimônia. Se fosse considerado liberal, o presente rei da Espanha¹ não teria feito nem vencido tantas campanhas. Por conseguinte, um príncipe não deve preocupar-se — para não ter de roubar seus súditos, para poder defender-se, para não se tornar pobre e desprezado, para não ser forçado à rapinagem — com incorrer na fama de miserável, pois este é um daqueles vícios que o permitem reinar. E, se alguém me disser que César ascendeu ao império valendo-se da liberalidade e que muitos outros, por terem sido ou serem considerados liberais, chegaram a postos elevadíssimos, respondo que príncipe se nasce ou se busca ser. No primeiro caso, a liberalidade é prejudicial. No segundo, é de fato necessário ser e ser tido por liberal, e César era um dos que queriam ascender ao principado de Roma; porém, se depois de tê-lo alcançado e mantido ele não houvesse reduzido seus gastos, teria destruído seu império.

E se alguém replicar que muitos foram os príncipes que, famosos pela prodigalidade, fizeram grandes coisas com seus exércitos, respondo que ou o príncipe gasta o que é dele e de seus súditos, ou consome os bens de outrem. No primeiro caso, ele deve ser parco; no segundo, não deve poupar-se de nenhuma liberalidade. Ademais, o príncipe

que conduz exércitos, que se nutre de butins, de saques e de recompensas, que lida com o bem alheio, precisa ser liberal: do contrário, não seria seguido pelos soldados. Com aquilo que não é dele nem de seus súditos o príncipe pode ser mais pródigo, como foram Ciro, César e Alexandre, pois despender o que é de outrem não diminui, mas aumenta sua reputação: somente o dispêndio do que é próprio o prejudica. Mas não há nada que mais se gaste quanto a liberalidade, pois o príncipe pródigo perde a faculdade de usá-la e se torna pobre e desprezado ou, para escapar à pobreza, rapace e odiado. Dentre todas as coisas, um príncipe deve acima de tudo evitar ser desprezado ou odiado — e a liberalidade o conduz a ambas. Portanto é mais prudente conservar o nome de miserável, do qual nasce uma infâmia sem ódio, que, por perseguir a fama de liberal, precisar incorrer na pecha de rapace, que produz uma infâmia com ódio.

Passando às outras qualidades citadas acima, digo que todo príncipe deve desejar ser tido por piedoso, e não por cruel; contudo, ele deve estar atento para não usar mal a piedade. César Bórgia era considerado cruel; no entanto, sua crueldade recuperou, uniu e pacificou a Romanha. Assim, a um exame mais detido, ver-se-á que ele foi bem mais piedoso que o povo florentino, que, a fim de evitar a fama de cruel, deixou que Pistoia fosse destruída.¹ Portanto um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis, pois com pouquíssimos atos exemplares ele se mostrará mais piedoso que aqueles que, por excesso de piedade, permitem uma série de desordens seguidas de assassinios e de roubos: estes costumam prejudicar a todos, ao passo que aqueles, ordenados pelo príncipe, só atingem pessoas isoladas. Dentre todos os soberanos, o príncipe novo é o menos capaz de escapar à fama de cruel, já que os Estados recentes são cheios de perigos. Virgílio afirma pela boca de Dido: "Res dura et regni novitas me talia cogunt/ moliri et late fines custode tueri".^[] Todavia convém ser comedido nas convicções e na ação, sem se deixar tomar pelo medo, procedendo com temperança e humanidade, de modo que a excessiva confiança não o torne incauto nem a desconfiança em excesso o torne intolerável.

Daí nasce uma controvérsia, qual seja: se é melhor ser amado ou temido. Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas; porém, como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha a faltar uma das duas. Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança, como se disse mais acima; entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses. Pois as amizades que se conquistam a pagamento, e não por grandeza e nobreza de espírito, são merecidas, mas não se podem possuir nem gastar em tempos adversos; de resto, os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer: porque o amor é mantido por um vínculo de reconhecimento, mas, como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca.

Todavia o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado. Isso só será viável se ele não cobiçar os bens de seus cidadãos e de seus súditos, bem como as mulheres destes. E, quando for imprescindível agir contra o sangue de alguém, que o faça por uma justificativa sólida e um motivo evidente. Mas o mais importante é abster-se dos bens alheios, pois os homens se esquecem com maior rapidez da morte de um pai que da perda do patrimônio; ademais, nunca faltam motivos para atentar contra o bem de outrem, e aquele que começa a viver de rapina sempre encontra razões para

apropriar-se do que é alheio, ao passo que, para atentar contra a vida, as razões são mais raras e fugazes.

Porém, quando o príncipe está com seus exércitos e tem sob seu comando multidões de soldados, não deve importar-se absolutamente com a fama de cruel, pois sem ela não se mantém um exército unido nem disposto ao combate. Entre as notáveis ações de Aníbal, costuma-se ressaltar que ele, comandando um exército imenso, constituído de soldados originários de várias nações e levados a guerrear em terras estrangeiras, nunca deixou que emergissem dissensos, nem entre eles nem contra o príncipe, tanto na má quanto na boa fortuna. E isso só foi possível graças à sua crueldade inumana — a qual, acrescida de suas infinitas virtudes, o fez sempre venerável e temível diante de seus soldados. Sem ela, e sem seus efeitos, toda sua virtude não teria bastado; e os historiadores, pouco ponderados neste ponto, em parte admiram suas ações, em parte condenam seus motivos fundamentais.

O fato de que suas virtudes não teriam bastado pode ser aferido em um confronto com Cipião, homem excepcional não só em sua época, mas também na memória de todos os tempos, cujos exércitos se rebelaram na Espanha; mas tal revés só ocorreu por sua excessiva piedade, já que ele deu a seus exércitos mais liberdade do que seria conveniente à disciplina militar. Por isso ele foi criticado por Fábio Máximo no senado e acusado de corromper as milícias romanas. Cipião não punira a insolência do legado que havia aniquilado os locrenses, em vingara a morte destes, devido à sua natureza complacente; tanto que alguém, tentando defendê-lo no senado, alegou que havia homens mais capazes de não errar que corrigir os erros alheios. Com o tempo, tal natureza teria conspurcado a fama e a glória de Cipião, caso ele persistisse nela estando no poder; porém, vivendo sob o governo do senado, essa sua danosa qualidade não somente se ocultou, mas foi a principal causa de sua glória.

Portanto, voltando à questão de ser temido e amado, concluo que, se os homens amam de acordo com sua vontade e temem segundo a vontade do príncipe, um príncipe sábio deve assentar-se naquilo que é seu, e não no que é de outrem, precisando apenas, como foi dito, encontrar meios de escapar ao ódio.

Todos concordam quanto é louvável que um príncipe mantenha sua palavra e viva com integridade, não com astúcia; todavia, em nossa época vê-se por experiência que os príncipes que realizaram grandes feitos deram pouca importância à palavra empenhada e souberam envolver com astúcia as mentes dos homens, superando por fim aqueles que se alicerçaram na sinceridade.

Também deve ser do conhecimento geral que existem duas matrizes de combate: uma, por meio das leis; outra, pelo uso da força. A primeira é própria dos homens; a segunda, dos animais. Contudo, como frequentemente a primeira não basta, convém recorrer à segunda: por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem. Este ponto foi ensinado veladamente aos príncipes pelos escritores da Antiguidade, os quais escreveram como Aquiles e tantos outros príncipes antigos foram deixados aos cuidados do centauro Quíron, que os manteve sob sua disciplina. Isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros.

E, posto que é necessário a um príncipe saber usar do animal com destreza, dentre todos ele deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não pode defender-se de armadilhas, e a raposa é indefesa diante dos lobos; é preciso, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos — aqueles que simplesmente adotam o leão não entendem do assunto. Portanto um soberano prudente não pode nem deve manter a palavra quando tal observância se reverta contra ele e já não existam os motivos que o levaram a empenhá-la. Se todos os homens fossem bons, este preceito não seria bom; mas, como eles são maus e não mantêm a palavra dada ao príncipe, este também não deve mantê-la perante eles; ademais, nunca faltaram a um príncipe razões legítimas para incorrer na inobservância. A esse respeito poderiam ser aduzidos infinitos exemplos modernos, a fim de mostrar quanta paz e quantas promessas foram invalidadas pela infidelidade dos príncipes: e aquele que mais soube valer-se da raposa se saiu melhor. Mas é necessário saber camuflar bem essa natureza, ser um grande fingidor e dissimulador; e os homens são tão simplórios e obedientes às necessidades imediatas que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar.

Não quero omitir um dos exemplos recentes. Alexandre VI nunca fez, nunca pensou em outra coisa senão em enganar os homens, encontrando sempre os meios de poder fazê-lo; e jamais houve homem com maior talento para asseverar algo, reforçando-o com infundáveis juramentos, e em seguida descumpri-lo; entretanto seus enganos sempre se seguiram ad votum, pois ele bem conhecia esse aspecto do mundo.

A um príncipe, pois, não é indispensável ter de fato todas as qualidades acima descritas, mas é imprescindível que pareça possuí-las; aliás, ousarei dizer o seguinte: tendo-as e observando-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentando tê-las, são úteis — como, por exemplo, parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo; mas é necessário estar com o espírito de tal modo predisposto que, ser for preciso não o ser, o príncipe possa e saiba torna-se o contrário. E há que se compreender que um

príncipe, sobretudo o príncipe novo, não pode observar todas as coisas pelas quais os homens são chamados de bons, precisando muitas vezes, para preservar o Estado, operar contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém é necessário que ele tenha um espírito disposto a voltar-se para onde os ventos da fortuna e a variação das coisas lhe ordenarem; e, como se disse acima, não se afastar do bem, se possível, mas saber entrar no mal, se necessário.

Sendo assim, um príncipe deve ter o extremo cuidado de nunca deixar que saia de sua boca nada que não esteja repleto das cinco qualidades supracitadas; e que ele pareça, ao ser visto e ouvido, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião — de resto, parecer possuir esta última qualidade é o que há de mais necessário. Os homens em geral julgam mais com os olhos que com as mãos; porque todos são capazes de ver, mas poucos, de sentir; todos veem aquilo que você parece, poucos tocam aquilo que você é; e estes poucos não ousam opor-se à opinião de muitos, que contam com a majestade do Estado para defendê-los; enfim, nas ações de todos os homens, especialmente nas dos príncipes, quando não há juiz a quem apelar, o que vale é o resultado final.

Então que o príncipe faça por conquistar e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e merecerão o elogio de todos, pois o vulgo é capturado por aquilo que parece e pelo evento da coisa, e no mundo não há senão o vulgo — os poucos não têm vez quando a maioria tem onde se apoiar. Certo príncipe dos dias de hoje, cujo nome não é bom citar,¹ prega exclusivamente a paz e a fé, sendo inimicíssimo de ambas; mas, caso ele observasse uma e outra, perderia sucessivamente a reputação e o Estado.

Como já tratei das qualidades mais importantes dentre as enumeradas acima, quero agora discorrer brevemente e em termos gerais sobre outras, quais sejam: que o príncipe, como em parte já se disse, cuide de escapar a tudo aquilo que o torne odiado ou desprezado, pois, sempre que ele o tiver evitado, terá cumprido sua parte e não será ameaçado por outras infâmias. O que o torna mais odioso, como eu disse, é ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres de seus súditos, devendo abster-se deles. E, uma vez que não se atente nem contra a honra nem contra os bens dos homens, a maioria deles viverá satisfeita; há somente que combater a ambição de uns poucos, o que de muitos modos e facilmente se refreia. O que o faz desprezível é ser reputado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, coisas das quais um príncipe deve afastar-se como de um escolho, engenhando-se para que, em suas ações, se reconheçam grandeza, animosidade, gravidade, força; e, quanto aos assuntos civis, exigir que sua sentença seja irrevogável entre os súditos, mantendo-se em tal posição de modo que ninguém pense em enganá-lo ou traí-lo.

O príncipe que dá de si tal impressão é bastante estimado, e dificilmente se conjura contra quem é estimado, ou com esforço se ataca, uma vez que ele é reverenciado e tido por excelente pelos seus. Pois um príncipe precisa temer dois perigos: um que advém de dentro, por conta de seus súditos; outro que vem de fora, por conta dos potentados estrangeiros. Deste último ele se defende com exércitos capazes e bons amigos — e, sempre que tiver bons exércitos, terá bons amigos. Assim, estando os assuntos externos estabilizados, os internos ficariam sob controle, a menos que já estivessem perturbados por conjuras; contudo, ainda que os de fora se movessem a atacá-lo, se ele estiver bem defendido e for experiente como eu mencionei — e desde que não esmoreça —, sempre fará frente a qualquer assalto, como eu disse que fez Nábis, o espartano.

Quanto aos súditos, se as forças estrangeiras não se moverem, é preciso temer que eles conpirem secretamente; e nesse ponto o príncipe só se assegura evitando ser odiado ou desprezado e mantendo o povo satisfeito com ele — o que é imprescindível, como já se disse exhaustivamente. Um dos mais poderosos remédios que um príncipe dispõe contra as conjuras é não ser odiado pela maioria; isso porque quem conspira sempre acredita que satisfará o povo com a morte do príncipe, mas, se os conjurados acharem que tal ação ofenderá o povo, não se animarão a tomar tal partido. As dificuldades enfrentadas pelos conjurados são infinitas, e a experiência tem demonstrado que, das muitas conspirações, poucas chegaram a bom termo. Pois aquele que conspira não pode agir sozinho e terá por aliados apenas quem julgar que esteja descontente; porém, tão logo o conspirador revele suas intenções a um suposto descontente, dará a ele muitos motivos de contentamento, já que, se o denunciar, poderá contar com muitos benefícios; de modo que, avaliando o proveito certo de uma parte e, de outra, uma empresa arriscada e cheia de perigos, o aliado só será fiel se for um amigo excepcional do conspirador ou um inimigo ferrenho do príncipe. Em breves termos, digo que da parte do conspirador há somente medo, inveja e o assombroso temor da punição; já da parte

do príncipe há a majestade do principado, as leis, a defesa dos amigos e do Estado que o protege. Assim, se somarmos a benevolência popular a tudo isso, é impossível que alguém seja temerário a ponto de levar adiante uma conjura; porque, se comumente um conspirador há de temer antes da execução do mal, nesse caso ele também deverá temer depois do ato consumado, já que, após o assassinio, terá o povo contra si, não podendo esperar nenhuma guarida.

Sobre esta matéria se poderiam aduzir incontáveis exemplos, mas me dou por satisfeito citando um caso ocorrido nos tempos de nossos pais. Messer Annibale Bentivogli, príncipe de Bolonha e antepassado do atual messer Annibale, foi vítima de uma conspiração por parte dos Canneschi e assassinado; como seu único herdeiro era messer Giovanni, ainda uma criança, logo em seguida ao homicídio o povo se rebelou e assassinou todos os Canneschi. Isso só foi possível por causa do apoio popular que a casa dos Bentivogli desfrutava naquela época; o apreço pelos Bentivogli era tanto que, não restando ninguém daquela família em Bolonha capaz de conduzir o Estado após a morte de Annibale, e havendo indícios de que em Florença vivia um Bentivogli, até então considerado filho de um trabalhador manual, os bolonheses se dirigiram a Florença e lhe deram o governo de sua cidade, que foi regida por ele até que messer Giovanni atingisse idade suficiente para assumir o governo.

Concluo, pois, que um príncipe não deve temer as conjuras quando tiver o povo a seu favor; porém, caso a população o odeie e seja sua inimiga, haverá motivos para temer tudo e todos. Por isso os Estados bem administrados e os príncipes sábios sempre dedicaram a máxima diligência em não descontentar os poderosos, satisfazer o povo e mantê-lo contente — porque esta é uma das ocupações mais importantes de um príncipe.

Entre os reinos mais bem administrados e governados de nossos dias está o da França, onde se encontram inúmeras instituições das quais dependem a liberdade e a segurança do rei, e a primeira delas é o Parlamento e sua autoridade. Pois aquele que pôs ordem naquele reino, conhecendo a ambição e a insolência dos poderosos e julgando necessário controlá-los com rédeas — e, por outro lado, sabendo do ódio do povo pelos poderosos, fundado no medo, e desejando assegurá-lo —, não quis que toda a responsabilidade recaísse sobre o rei, eximindo-o do incômodo de contrariar os poderosos ao favorecer o povo e de irritar o povo ao beneficiar os poderosos. Por isso constituiu um árbitro externo que, assumindo para si a carga do rei, pudesse combater os grandes e favorecer os pequenos; e não poderia haver dispositivo melhor nem mais prudente, alicerce principal da segurança do rei e do reino. Donde se pode extrair outro princípio notável: os príncipes devem transferir as decisões importunas para outrem, deixando as agradáveis para si. E mais uma vez concluo que um príncipe deve estimar os poderosos, mas sem se fazer odiar pelo povo.

Levando em consideração a vida e a morte de certos imperadores romanos, talvez muitos achem que há exemplos contrários à minha opinião, já que alguns deles sempre viveram egregiamente e mostraram grande virtude de espírito, apesar de terem perdido o império ou sido assassinados pelos seus, que conjuraram contra eles. Para responder a essas objeções, discorrerei sobre as qualidades de alguns imperadores e apontarei as causas de sua ruína, que não destoam do que aduzi mais acima; e, simultaneamente,

considerarei os fatos notáveis e conhecidos de quem lê as ações daqueles tempos. Creio que me baste tomar como exemplo todos os imperadores que se sucederam desde o filósofo Marco Aurélio até Maximino, isto é: Marco Aurélio, seu filho Cômodo, Pertinax, Juliano, Severo, seu filho Antonino Caracala, Macrino, Heliogábalos, Alexandre e Maximino. A primeira coisa a notar é que, se em outros principados basta combater a ambição dos poderosos e a insolência do povo, os imperadores romanos enfrentavam uma terceira dificuldade, que era suportar a crueldade e a cobiça dos soldados. Isso era tão complicado que foi motivo da ruína de muitos, já que era difícil satisfazer os soldados e o povo, pois estes gostavam da tranquilidade e preferiam príncipes mais modestos, ao passo que aqueles preferiam um príncipe de espírito guerreiro, cruel, insolente e rapace, de modo que eles pudessem duplicar o soldo e desafogar sua cobiça e crueldade contra o povo. Isso fez com que aqueles imperadores que, por natureza ou artifícios, não dispunham de suficiente autoridade para controlar uns e outros sempre caíssem em desgraça. E a maioria deles, sobretudo os que chegavam ao poder sem ter pertencido à vida pública, experimentando a dificuldade de lidar com essas duas forças opostas, preferiam satisfazer a soldadesca, importando-se pouco com os sofrimentos infligidos ao povo. Mas era preciso tomar tal partido, uma vez que, não podendo evitar o ódio de alguns, os príncipes devem antes de tudo esforçar-se para não serem odiados pela maioria; e, se isso não for possível, devem com todo engenho tentar escapar ao ódio dos grupos mais poderosos. Por isso os imperadores que, por falta de experiência, necessitavam de favores extraordinários dependiam mais dos soldados que do povo — o que poderia ser bom ou não para eles, a depender da capacidade de o príncipe manter sua reputação entre eles.

Das razões expostas se entende por que Marco Aurélio, Pertinax e Alexandre, todos de índole pacata, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanos e benévolos, tiveram todos um triste fim, com a exceção de Marco Aurélio, que viveu e morreu coberto de honras, posto que chegou ao império por iure hereditario, sem precisar depender dos soldados ou do povo; além disso, devido às muitas virtudes que o tornavam venerável, enquanto viveu ele sempre controlou ambas as forças como quis, sem jamais ser odiado ou desprezado. Já Pertinax, feito imperador contra a vontade dos soldados — que, acostumados a viver licenciosamente sob o governo de Cômodo, não suportaram a vida honesta que Pertinax lhes queria impor —, atraiu para si o ódio e também, por ser velho, o desprezo, arruinando-se logo no início de sua administração. E aqui se deve notar que o ódio pode derivar tanto das boas ações quanto das ruins; porém, como eu disse acima, se um príncipe quiser manter o poder, muitas vezes será forçado a não ser bom. Pois, quando uma das forças — povo ou soldados ou poderosos que sejam — de cujo apoio o príncipe acredita depender para manter-se é corrupta, convém que ele siga o humor dela a fim de contentá-la, e nesse caso as boas ações lhe serão prejudiciais.

Mas passemos a Alexandre, homem de tanta bondade que, entre os muitos elogios que lhe são feitos, diz-se que, durante os catorze anos em que foi imperador, nunca mandou executar ninguém sem julgamento prévio; não obstante, por ter fama de efeminado e de ser governado pela mãe, foi vítima do desprezo, sofreu uma conspiração por parte do exército e foi assassinado.

Em contrapartida, se tomarmos em consideração as qualidades de Cômodo, de Severo, de Antonino Caracala e de Maximino, veremos que todos foram extremamente cruéis e rapaces, sempre buscando satisfazer os soldados e não deixando passar nenhuma oportunidade de oprimir o povo. E todos, salvo Severo, tiveram um fim terrível; isso porque em Severo havia tanta virtude que, mantendo o apoio dos soldados, ainda que o povo fosse penalizado, sempre pôde reinar com tranquilidade, porque sua virtude o fazia tão admirado pelos soldados e pelo povo que estes permaneciam embevecidos e atônitos, e aqueles, reverentes e satisfeitos. E, como suas ações foram vultosas e notáveis para um príncipe novo, quero mostrar brevemente de que modo ele soube valer-se das figuras do leão e da raposa, cujas naturezas, como expus anteriormente, devem ser imitadas por um príncipe.

Conhecendo a indolência do imperador Juliano, Severo convenceu seu exército — do qual era capitão na Eslavônia — a partir para Roma a fim de vingar a morte de Pertinax, que havia sido assassinado por soldados pretorianos. Com esse pretexto, sem demonstrar que aspirava ao império, Severo moveu o exército em direção a Roma, chegando à Itália antes que se soubesse de sua partida. Em Roma, o Senado, temeroso, o elegeu imperador e condenou Juliano à morte. Após esse início, restavam dois entraves para que Severo se assenhoreasse de todo o Estado: um estava na Ásia, onde Nigro, chefe dos exércitos orientais, se fizera proclamar imperador; o outro, no Ocidente, onde Albino também aspirava ao império. Julgando arriscado declarar inimizade a ambos, Severo decidiu atacar Nigro e enganar Albino, a quem escreveu dizendo que, tendo sido eleito imperador pelo Senado, queria compartilhar com o colega aquela honraria, enviando-lhe por isso o título de César, ratificado pelo próprio Senado — e Albino tomou todas essas coisas por verdadeiras. Contudo, assim que conseguiu vencer e matar Nigro e aplacar a situação no Oriente, ao voltar para Roma Severo se queixou no Senado de que Albino, pouco reconhecedor do bem que recebera dele, tentara matá-lo com torpeza, e por isso precisava punir sua ingratidão; em seguida, foi encontrá-lo na França e tirou-lhe o Estado e a vida. Assim, quem observar detidamente suas ações, perceberá que ele foi um leão feroz e uma raposa astuta, mantendo-se temido e reverenciado por todos e não odiado pelos soldados; tampouco se surpreenderá se ele, homem que não veio da vida pública, conseguiu concentrar tanto poder, pois sua enorme reputação sempre o defendeu do ódio que o povo poderia ter nutrido por suas rapinagens.

Já Antonino Caracala, seu filho, também foi homem de grandes méritos, os quais o faziam adorado pelo povo e benquisto pelos soldados, pois era um militar capaz dos maiores esforços, desprezador de alimentos delicados e de qualquer frouxidão, o que o tornava amado por todos os exércitos. Não obstante, sua truculência e crueldade eram tantas e tão inauditas que, tendo em diversas ocasiões assassinado grande parte do povo romano e todos os de Alexandria, se tornou extremamente odiado por todo mundo e passou a ser temido até pelos mais próximos, de modo que foi morto por um de seus centuriões durante uma campanha do exército. É de notar que tais mortes, provocadas pela obstinação de homens resolutos, não podem ser evitadas pelos príncipes, pois qualquer um que não tema aprópria morte poderá atingi-lo; mas não é o caso de preocupar-se demasiado, já que casos assim são raríssimos. O príncipe deve apenas

evitar infligir grave injúria a um dos que lhe sirvam mais de perto e prestem serviços diretos ao principado, coisa que Caracala não fez, tendo assassinado de modo infame um irmão daquele militar, a quem ele ameaçava todos os dias, embora o mantivesse em sua guarda pessoal; tal comportamento temerário poderia causar-lhe a ruína, como de fato aconteceu.

Entretanto passemos a Cômodo, que teria grande facilidade em manter o império por tê-lo herdado legitimamente, sendo filho de Marco Aurélio: bastava-lhe apenas seguir as pegadas do pai, e com isso teria contentado os soldados e o povo. Todavia, por ser de índole feroz e cruel, a fim de exercer sua rapacidade sobre o povo passou a afagar os exércitos e a conceder-lhes liberdades; por outro lado, sem cuidar de sua dignidade, descia frequentemente às arenas dos teatros para combater com gladiadores, praticando outros atos vis e indignos da majestade imperial, até tornar-se desprezível perante os soldados. E, sendo odiado por uma parte e desdenhado pela outra, foi vítima de conspiração e terminou assassinado.

Resta-nos discorrer sobre as qualidades de Maximino, que foi homem extremamente belicoso. Descontentes com as fraquezas de Alexandre, de quem já falamos acima, os exércitos o mataram e elegeram Maximino seu novo imperador; mas ele não durou muito no poder, porque duas coisas o tornaram odioso e desprezível. A primeira, o fato de ser de origem muito humilde, guardador de rebanhos na Trácia, como todos sabiam, o que o tornava bastante diminuído diante de qualquer um. A segunda, por ter postergado demais, no início de seu governo, sua transferência para Roma e a posse do trono imperial, angariando, nesse meio-tempo, a fama de cruelíssimo, por meio dos atos de seus prepostos em Roma e em toda parte do império. Tanto que, estando todos já revoltados com a baixeza de seu sangue e tomados de ódio pelo temor de sua ferocidade, primeiramente a África se rebelou e, em seguida, o Senado, com toda a população de Roma e toda a Itália, conspirou contra ele; por fim insurgiu-se o próprio exército, que, assediando Aquileia e encontrando dificuldade na expugnação, cansado de suas crueldades e vendo-o cercado de tantos inimigos, por temê-lo menos o assassinou.

Não pretendo tratar de Heliogábalo nem de Macrino nem de Juliano, os quais, por terem sido de todo desprezíveis, logo se arruinaram, e por isso passo à conclusão de meus argumentos; e digo que os príncipes de nossa época já não necessitam satisfazer a qualquer custo os soldados sob seu governo, uma vez que, não obstante se lhes deva alguma consideração, tal dificuldade logo se resolve, já que nenhum dos príncipes de hoje dispõe de exércitos que estejam há longo tempo associados a governos e administrações de províncias, como estavam os exércitos do Império Romano. Todavia, se antes era mais urgente satisfazer aos soldados que ao povo, por serem os soldados mais poderosos que o povo, agora todos os príncipes — salvo o imperador otomano² e o sultão do Egito — precisam contentar mais o povo que os soldados, porque aquele se tornou mais poderoso que estes. Excetuo o imperador otomano porque, mantendo continuamente em torno de si 12 mil janízaros e 15 mil soldados de cavalaria, dos quais depende a segurança e a solidez de seu reino, é necessário que ele os tenha por amigos acima de qualquer outro interesse. Do mesmo modo, estando o reino do sultão inteiramente sob o controle dos soldados, convém que aquele soberano se preocupe

menos com o povo e mais com a amizade de seus exércitos. Deve-se ainda notar que o Estado do sultão é diferente de todos os demais principados, assemelhando-se ao pontificado cristão, o qual não se configura nem como principado hereditário, nem como principado novo, porque não são os filhos do príncipe que herdam o principado e se tornam senhores, mas alguém que é eleito por aqueles que têm autoridade para tanto; e, sendo tal ordenamento antigo, não se pode chamá-lo de principado novo, pois nele não há nenhuma daquelas dificuldades que são próprias dos novos; isso porque, conquanto o príncipe seja novo, os ordenamentos do Estado são antigos e estão preparados para acolhê-lo como se ele fosse um senhor hereditário.

Mas voltemos à nossa matéria. Digo que todos os que considerem o exposto acima verão que o ódio e o desprezo foram a causa da ruína dos imperadores supracitados; e ainda entenderá por que, parte deles procedendo de uma maneira, e parte agindo ao contrário, de qualquer modo alguns foram bem-sucedidos ao final, e outros, não. Pertinax e Alexandre, que eram príncipes novos, quiseram imitar sem sucesso e a seu próprio dano Marco Aurélio, que recebera o principado iure hereditario; da mesma forma, Caracala, Cômodo e Maximino se prejudicaram ao tentar imitar Severo, pois não tiveram virtude suficiente para seguir-lhe os passos. Por isso um príncipe novo, em um novo principado, não deve imitar as ações de Marco Aurélio, assim como não precisa seguir as de Severo: cabe-lhe tomar de Severo aquilo que for necessário para fundar seu domínio e, de Marco Aurélio, aquelas atitudes convenientes e honrosas a fim de conservar um Estado que já esteja estabelecido e firme.

An arces et multa alia, quae quotidie a principibus fiunt, utilia an inutilia sint[]

Alguns príncipes, para preservar com segurança seus Estados, desarmaram os súditos; outros mantiveram divididas as terras subjugadas. Alguns alimentaram inimizades contra si; outros buscaram conquistar aqueles que se mostraram suspeitosos ao início de seu governo. Alguns edificaram fortalezas; outros as arruinaram e destruíram. E, embora não se possa emitir um veredicto único acerca dessas coisas sem que antes se analisem os pormenores dos Estados onde se deveriam tomar semelhantes decisões, ainda assim discorrerei nos termos gerais que a matéria por si mesma consente.

Nunca houve, pois, um príncipe novo que desarmasse seus súditos; ao contrário, quando os encontrou desarmados, sempre os armou; isso porque, ao armá-los, tais armas se tornam suas, tornam-se fiéis os que antes eram suspeitosos, os que já eram fiéis se mantêm assim e, de súditos, se tornam seus partidários. Ademais, como não se podem armar todos os súditos, quando se beneficiam alguns deles com armas, pode-se ter mais confiança nos demais; tal diferença de procedimento, reconhecida por aqueles, os deixam em dívida com o príncipe; quanto aos outros, eles o compreenderão, julgando necessário que os que correm maiores perigos e acumulam mais obrigações mereçam certos privilégios. Contudo, se forem desarmados, começarão a se sentir ofendidos, pois parecerá que você desconfia deles, por considerá-los vis ou indignos de fé, e ambas as alternativas produzem ódio contra você; e, como um príncipe não pode ficar desarmado, convém que recorra a milícias mercenárias, as quais possuem aquelas qualidades que mencionei anteriormente e, ainda que fossem boas, não o seriam o bastante para defendê-lo de inimigos poderosos e de súditos suspeitos. Contudo, como eu disse antes, um príncipe novo em um principado novo sempre demandou armas: disso a história está repleta de exemplos. Porém, quando um príncipe conquista um novo Estado, acrescentando-o àquele que já possuía, então é necessário desarmá-lo, com a exceção daqueles que foram seus partidários durante a conquista; e mesmo estes, com o passar do tempo e das ocasiões, será preciso torná-los dóceis e mansos, organizando-se de modo que as únicas armas de todo o Estado estejam nas mãos dos soldados que já viviam com o príncipe em seus antigos domínios.

Nossos antepassados, sobretudo os que eram tidos por sábios, costumavam dizer que era preciso conservar Pistoia por meio de disputas entre facções e Pisa por meio de fortalezas; por isso alimentavam dissensões permanentes nas cidades sob seu comando, a fim de controlá-las com mais facilidade. Nos tempos em que a Itália vivia em certo equilíbrio, isso devia funcionar, mas já não acredito que hoje se possa seguir a mesma regra, pois não creio que as facções fossem úteis a alguém; ao contrário, é de regra que, quando o inimigo se aproxima, as cidades divididas sejam logo batidas, porque a parte mais fraca sempre se aliará às forças externas, e a outra não será capaz de sustentar-se sozinha.

Os venezianos, movidos — suponho — pelas razões expostas acima, fomentavam as seitas guelfas e gibelinas¹ nas cidades sob seu controle; e, embora nunca permitissem

confrontos sangrentos, ainda assim nutriam divergências entre as facções, de modo que, ocupando os cidadãos com suas diferenças, eles não se unissem contra Veneza. Como se viu, tal estratégia não lhes trouxe nenhum proveito, uma vez que, tendo sido derrotados em Vailà, imediatamente uma das facções se sublevou e assumiu o poder. Esses métodos indicam, pois, a fraqueza do príncipe, já que um principado vigoroso jamais permitiria semelhantes divisões, as quais só são úteis em tempos de paz, possibilitando que os súditos sejam manejados com maior facilidade; contudo, quando a guerra vem, tal procedimento revela toda sua falácia.

Sem dúvida, os príncipes se tornam grandes quando superam as dificuldades e as oposições que lhe são feitas; no entanto a fortuna, máxime quando quer enaltecer um príncipe novo — o qual tem maior necessidade de conquistar reputação que um soberano hereditário —, faz surgirem inimigos à sua frente a fim de que sejam enfrentados, de modo que ele tenha a ocasião de superá-los e, vencendo os degraus que os adversários lhe impuseram, suba mais alto. Por isso muitos julgam que um príncipe sábio deva nutrir astuciosamente algumas inimizades, sempre que se apresente a ocasião; assim, oprimidas estas, sua glória será maior.

Os príncipes, sobretudo se são novos, costumam encontrar mais fidelidade e serventia nos homens que lhe inspiraram suspeição ao início de seu governo que em outros, que a princípio se mostraram confiáveis. Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, manteve seu Estado mais com o apoio dos que lhe pareceram suspeitos que com o auxílio dos demais. Mas não se pode tratar desse tema em termos gerais, pois tudo varia segundo as circunstâncias; direi apenas que os homens que ao início de um principado se mostraram hostis, mas que, por sua condição, precisam de apoio para se manter, poderão ser conquistados com grande facilidade pelo príncipe; aliás, serão ainda mais compelidos a servi-lo com fidelidade, pois sabem muito bem que será preciso apagar com seus atos aquela impressão negativa que se tinha deles. E assim o príncipe sempre poderá servir-se deles com maior proveito que daqueles que, servindo-o com demasiada confiança, descuidam de seus interesses.

De resto, como a matéria demanda, não quero deixar de recordar aos príncipes que há pouco se apossaram de um Estado mediante favores dos que ali viviam que avaliem ponderadamente quais motivos moveram aqueles que o favoreceram a conquistá-lo. Se não se tratar de uma afeição natural por ele, mas apenas de um descontentamento quanto ao governo anterior, com muito esforço e dificuldade o novo príncipe conseguirá manter sua amizade — pois será impossível contentá-los. E, se ele avaliar bem as causas de tal atitude recorrendo aos exemplos fornecidos pelas coisas antigas e modernas, verá que é muito mais fácil ganhar a amizade dos homens que estavam satisfeitos com o governo anterior, mas que eram seus inimigos, que a daqueles que, por estarem descontentes, devotaram-lhe amizade e favoreceram a tomada do Estado.

A fim de manter com mais segurança seus Estados, os príncipes têm tido o hábito de construir fortalezas que sirvam de rédea e freio aos que tentem atacá-los, valendo ainda de abrigo seguro contra um assalto inesperado. Louvo tal método porque ele foi usado ab antiquo; não obstante, em nossa época vimos messer Niccolò Vitelli abater duas fortalezas em Città di Castello e conquistar aquele Estado; Guido Ubaldo, duque de

Urbino, recuperados os domínios dos quais fora expulso por César Bórgia, arruinou até os fundamentos todas as fortalezas de sua província, por considerar que sem elas seria mais difícil tornar a perder seu Estado; voltando a Bolonha, Bentivogli recorreu aos mesmos expedientes.

Portanto as fortalezas podem ser úteis ou não, a depender das épocas; e, se por um lado podem servir ao soberano, por outro podem ser perniciosas. Pode-se resumir o que foi dito nos seguintes termos: o príncipe que tem mais medo de seu povo que dos estrangeiros deve construir fortalezas; mas aquele que tem mais medo dos estrangeiros que de seu povo deve dispensá-las. Contra a casa dos Sforza, o castelo de Milão, edificado por Francesco, suscitou e suscitará mais guerras que qualquer outra revolta naquele Estado. Entretanto a melhor fortaleza que há é não ser odiado pelo povo; pois, por mais fortalezas que você tenha, se o povo o odiar, elas não o salvarão; e jamais faltará ao povo que se rebele contra você o socorro de estrangeiros. Em nossos tempos não se vê que elas tenham sido proveitosas a nenhum príncipe, com a exceção da condessa de Forlì quando da morte do conde Girolamo, seu marido; porque, graças à fortaleza, ela pôde escapar ao ímpeto popular, aguardar o socorro de Milão e reaver o Estado — mas eram tempos em que os estrangeiros ainda não podiam socorrer o povo. Depois disso, de pouco lhe valeram tais edificações, uma vez que César Bórgia a atacou e o povo, seu inimigo, se aliou ao forasteiro. Portanto, naquela oportunidade e mesmo antes teria sido mais seguro a ela não ser odiada pelo povo, em vez de possuir fortalezas. Consideradas, pois, todas estas questões, louvarei tanto os que fazem fortalezas quanto os que não as edificarão; e lamentarei por todos aqueles que, fiados nas fortalezas, considerem de somenos importância ser odiado pelo povo.

Não há nada que faça um príncipe mais estimado que empreender grandes campanhas e dar de si memoráveis exemplos. Em nossa época temos Fernando de Aragão, atual rei da Espanha, que quase pode ser considerado um príncipe novo, pois de rei fraco se tornou por fama e glória o primeiro rei dos cristãos; e, se considerarmos suas ações, veremos que todas foram notáveis e algumas até extraordinárias. Já no início de seu reinado ele expugnou Granada, e tal empresa constituiu as bases de seu Estado. Inicialmente agiu com tranquilidade e sem impedimentos; manteve ocupados na campanha os ânimos dos barões de Castela, os quais, concentrando-se naquela guerra, não cogitavam mudanças de rumo, enquanto ele angariava reputação e ampliava seu domínio sobre eles, sem que percebessem; com dinheiro da Igreja e do povo, pôde manter os exércitos e sustentar seus soldados durante aquela longa guerra, cuja vitória lhe trouxe mais prestígio. Além disso, para poder lançar-se a maiores empresas, servindo-se sempre da religião, dedicou-se a uma caridosa crueldade, espoliando e expulsando os marranos de seu reino:¹ tal exemplo não poderia ser mais torpe nem mais memorável. Sob esse mesmo manto, invadiu a África, fez a campanha da Itália e, mais recentemente, atacou a França. E assim ele sempre fez e urdiu grandes coisas, as quais mantiveram os ânimos de seus súditos continuamente suspensos, admirados e concentrados em seu êxito. Suas ações se sucederam encadeadas de tal modo que, entre uma e outra, nunca houve espaço para que os homens pudessem agir calmamente contra ele.

Ademais é de grande ajuda ao príncipe dar de si exemplos notáveis ao governo interno — semelhantes aos que se narram acerca de messer Bernabò de Milão —, quando se apresente a ocasião de alguém fazer algo extraordinário na vida da cidade, para o bem ou para o mal; em tais casos, o soberano poderá premiar ou punir o cidadão de modo a que se fale bastante do assunto. Enfim, um príncipe deve acima de tudo auferir de todas as suas ações a fama de grande homem e engenho excepcional.

Um príncipe também é estimado quando se mostra um verdadeiro amigo e um verdadeiro inimigo, isto é, quando sem nenhum escrúpulo se revela a favor de alguém e contra outro. Tal partido é sempre mais útil que a neutralidade, uma vez que, se dois potentados vizinhos entram em guerra, ou se dá o caso de que, vencendo um deles, você tenha de temer o vencedor, ou ocorre o contrário. Em ambas as hipóteses, será sempre mais vantajoso revelar-se abertamente e combater uma boa batalha; porque, no primeiro caso, se você não tomar partido, estará sempre na mira de quem venceu, para deleite e satisfação daquele que foi derrotado; e não há razão nem coisa nenhuma que o defenda, nem ninguém que o acolha: porque quem vence não quer amigos suspeitos e que não o ajudem nas adversidades; e quem perde não o acolhe, já que você não quis pegar em armas para reverter sua fortuna.

Chamado à Grécia pelos etólios a fim de expulsar os romanos dali, Antíoco enviou oradores aos aqueus, que eram aliados dos romanos, a fim de convencê-los a permanecer neutros; por seu turno, os romanos buscavam persuadi-los a pegar em armas para defendê-los. Tal matéria foi deliberada no conselho dos aqueus, onde o

embaixador de Antíoco tentava persuadi-los à neutralidade; ao que o embaixador romano respondeu: "Quod autem isti dicunt, non interponendi vos bello, nihil magis alienum rebus vestris est: sine gratia, sine dignitate praemium victoris eritis" [***]. De todo modo, sempre ocorrerá que aquele que não é amigo o procure buscando a imparcialidade, e o que é amigo lhe peça que tome partido e o ajude com as armas. Assim os príncipes irresolutos, para fugir de iminentes perigos, seguem o mais das vezes a via da neutralidade — e o mais das vezes se arruínam.

Porém, quando o príncipe se manifesta com coragem em favor de uma das partes, se aquele a quem se aliou sai vitorioso, ainda que ele seja mais poderoso e você permaneça à sua mercê, ter-se-á estabelecido uma sorte de obrigação e um afeto recíproco; de resto, os homens não são tão desonestos e ingratos a ponto de oprimir-lo depois de tudo, e as vitórias nunca são tão decisivas a ponto de o vencedor poder negligenciar qualquer compromisso, sobretudo com a justiça. No entanto, se aquele a quem você se aliou saiu derrotado, ele o acolherá e ajudará tanto quanto possível, e você se tornará companheiro de uma fortuna que pode ter seu revés.

No segundo caso, quando os que combatem entre si são de tal jaez que nada há a temer do vencedor, mais prudente ainda é aliar-se a um deles, pois assim você contribuirá à ruína de um com a ajuda de quem deveria socorrê-lo, se fosse sábio; e, em caso de vitória, o aliado ficará à sua mercê — sendo impossível que ele não vença com a sua ajuda. Aqui se deve notar que um príncipe deve precaver-se de jamais aliar-se a alguém mais poderoso que ele para oprimir outros, a menos que a necessidade o constrinja a isso, como foi dito acima; isso porque, se vencer, permanecerá prisioneiro daquele — e os príncipes devem evitar acima de tudo ficar à mercê de outrem. Os venezianos se mancomunaram com a França contra o duque de Milão quando podiam ter evitado tal companhia, e isso lhes custou sua ruína. Entretanto, se tais alianças forem inevitáveis — como ocorreu aos florentinos quando o papa e a Espanha marcharam com seus exércitos sobre a Lombardia —, então o príncipe deverá aliar-se pelas razões expostas acima. Mas que nenhum Estado ache que possa sempre tomar um partido seguro, ao contrário, melhor pensar que todos eles são incertos; porque isso está na ordem das coisas, de modo que nunca se escapa a um inconveniente sem que se incorra em outro: a prudência consiste em saber sopesar as qualidades dos inconvenientes e tomar o menos nefasto por bom.

O príncipe deve ainda mostrar-se um amante das virtudes, dando hospitalidade aos homens virtuosos e honrando os que sejam excelentes em alguma arte. Além disso, deve encorajar seus cidadãos a exercer sossegadamente seus ofícios, seja no comércio, seja na agricultura, seja em qualquer atividade humana; e que este não tema beneficiar suas terras por medo de que lhe sejam usurpadas, e aquele não tema abrir novos negócios por medo dos impostos. Para isso ele deve recompensar os que quiserem empreender tais coisas, bem como qualquer um que pense em ampliar de algum modo sua cidade ou seu Estado. Deve ainda, em períodos convenientes do ano, manter o povo ocupado com festas e espetáculos; e, como cada cidade é dividida em corporações e bairros, há que se levar em conta a comunidade, reunir-se com eles de vez em quando, dar exemplo de humanidade e de munificência, mas sempre mantendo firme a majestade de seu posto.

Não é de pouca importância para um príncipe a eleição de seus ministros, os quais são bons ou ruins segundo a sensatez do soberano. E a primeira ilação que se pode fazer acerca da mente de um senhor é observar os homens que o circundam: quando estes são capazes e fiéis, pode-se considerá-lo um homem sábio, porque soube reconhecer suas capacidades e sabe mantê-los fiéis; porém, se seus homens não tiverem tais qualidades, pode-se fazer um mau juízo do príncipe, pois o primeiro erro cometido consiste nessa má eleição.

Não havia ninguém que, sabendo messer Antonio da Venafro¹ ministro de Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, não julgasse Pandolfo um homem de extrema coragem, por ter aquele entre seus ministros. E, como existem três gradações de inteligência — o primeiro entende por si, o segundo discerne o que outro entendeu, o terceiro não entende nem a si nem a outrem; sendo o primeiro excelente, o segundo ótimo e o terceiro inútil —, era necessário que Pandolfo estivesse, se não no primeiro grau, ao menos no segundo. Porque toda vez que alguém consegue discernir o bem e o mal que o outro faz ou diz, ainda que não possua inventiva própria, saberá reconhecer as boas e as más ações do ministro, exaltando aquelas e corrigindo estas, e o ministro, por sua vez, não pode pretender enganá-lo e se manterá na linha.

Entretanto, para que um príncipe possa conhecer seu ministro, há um método que nunca falha: quando você vir que o ministro pensa mais em si que no soberano, e que em todas as suas ações ele só visa ao próprio interesse, tal sujeito jamais será bom ministro, e você nunca poderá confiar nele. Pois aquele que tem o Estado de alguém nas mãos jamais deve pensar em si, mas sempre no príncipe, sem o importunar com assuntos que não lhe dizem respeito; por outro lado, a fim de mantê-lo na linha, o príncipe deve pensar no ministro, honrá-lo, enriquecê-lo, torná-lo devedor compartilhando com ele as honrarias e os encargos, de tal modo que se lhe torne indispensável estar com o príncipe; e que as muitas honrarias não o façam desejoso de mais honrarias, as muitas riquezas não o façam cobiçoso de mais riquezas, os muitos encargos o façam temer as mudanças. Portanto, quando os ministros e seus príncipes estão assim predispostos, podem confiar um no outro: do contrário, o fim será sempre danoso para um ou para outro.

Não quero deixar para trás um ponto importante, um erro do qual os príncipes dificilmente sabem defender-se, a menos que sejam muito prudentes e façam boas escolhas. Refiro-me aos adultores, dos quais as cortes estão repletas: pois os homens se comprazem tanto com suas coisas, e de tal modo se enganam com elas, que com dificuldade se defendem dessa peste. E, caso queiram defender-se, correrão o risco de tornar-se desprezados; porque um príncipe não tem outro modo de esquivar-se das adulações senão fazendo os homens entenderem que eles não o ofendem dizendo-lhe a verdade; porém, se todos lhe disserem a verdade, lhe faltará a reverência devida. Por isso o príncipe prudente deve seguir uma terceira via, elegendo em seu Estado homens sábios, e somente a esses eleitos deve dar livre acesso a que lhe digam a verdade, e apenas sobre as questões que lhe forem dirigidas, não mais; porém ele deve indagá-los sobre tudo, ouvir suas opiniões e depois deliberar sozinho e ao seu modo; diante de tais opiniões, e perante cada um deles, deve ainda comportar-se de modo que todos percebam que, quanto mais se falar abertamente, mais ele o apreciará; afora esses, não queira ouvir mais ninguém, persiga aquilo que foi decidido e seja obstinado em suas resoluções. Quem não agir assim, ou cairá por causa dos adultores, ou mudará frequentemente de rumo segundo a opinião alheia, tornando-se pouco estimado.

A propósito, quero aduzir um exemplo moderno. O bispo Luca Rinaldi, homem de Maximiliano, atual imperador, ao falar de Sua Majestade, disse que ele não se aconselhava com ninguém e nunca fazia aquilo que havia deliberado por conta própria. Isso porque o imperador agia contrariamente ao que discorremos acima, sendo homem reservado, que jamais comunica seus desígnios nem segue opiniões; mas, como suas intenções vinham à tona assim que ele começava a colocá-las em prática, os que estavam à sua volta logo o contestavam, e ele, como era fácil, se desfazia delas; disso resulta que as coisas que ele faz num dia, no outro as destrói, e que nunca se entenda o que se quer ou se deseja fazer, tornando-se impossível basear-se em suas deliberações.

Portanto um príncipe deve aconselhar-se sempre, mas apenas quando ele quiser, e não segundo a vontade de outros; aliás, ele deve demover qualquer um que pretenda aconselhá-lo sem ter sido consultado; e há de ser largo nas perguntas e, acerca do que foi indagado, ouvir pacientemente as verdades; aliás, caso note que alguém por algum motivo as omite, deve mostrar-se irritado. E certamente se enganam aqueles que julgam que determinados príncipes são reputados prudentes não por sua natureza, mas apenas pelos bons conselhos que recebem de quem está à sua volta. Porque aí está uma regra geral que nunca falha: um príncipe que não seja por si mesmo sensato não pode ser bem aconselhado, a menos que tivesse a sorte de depender de um único homem, prudentíssimo, que o governasse em tudo. Nesse caso, é até possível que fosse bem aconselhado; mas duraria pouco, porque seu governador em breve tempo lhe tiraria o Estado. Todavia, aconselhando-se com mais de um, o príncipe que não for sensato nunca chegará a um consenso das opiniões, não saberá articulá-las por sua própria conta; quanto aos conselheiros, cada qual pensará em seu interesse particular, e o príncipe não

saberá corrigi-los nem entendê-los: e não pode ser de outro jeito, porque os homens sempre lhe parecerão maus se por alguma necessidade não se tornarem bons. Disso se conclui que os bons conselhos, de onde quer que venham, precisam surgir da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe, dos bons conselhos.

Observadas prudentemente, as coisas expostas acima fazem um príncipe novo parecer antigo, tornando-o de imediato mais seguro e mais firme à frente do Estado que se estivesse há muito tempo em seu comando. Porque um príncipe novo é muito mais observado em suas ações que um hereditário; e, quando tais ações são consideradas virtuosas, conquistam muito mais os homens e os tornam mais obedientes que o sangue herdado. É que os homens são mais atraídos pelas coisas presentes que pelas passadas; e, quando no presente encontram o bem, regozijam-se com ele e não buscam outra coisa; aliás, fariam de tudo para defendê-lo, contanto que nos outros assuntos o príncipe não prejudicasse a si mesmo. E assim verá duplicada sua glória por ter dado início a um principado, ornando-o e fortalecendo-o com boas leis, com boas armas e com bons exemplos — assim como é redobrada a vergonha de quem, nascido príncipe, por pouca prudência perdeu seu Estado.

Quando se consideram os senhores que na Itália perderam seus domínios em nossos tempos — como o rei de Nápoles, o duque de Milão e outros —, percebe-se que todos eles têm um defeito em comum, relativo aos exércitos, pelos motivos já discutidos longamente; ademais, vê-se que alguns deles tinham a inimizade do povo ou, se contavam com a amizade popular, não souberam assegurar-se contra os poderosos. Sem esses defeitos não se perdem Estados de tanta fibra que são capazes de manter um exército em campanha. Filipe da Macedônia, não o pai de Alexandre, mas aquele que foi derrotado por Tito Quinto, tinha poucos domínios se comparados à grandeza dos romanos e da Grécia, que o atacou; não obstante, por ser um militar que sabia envolver o povo e assegurar-se contra os poderosos, durante anos deu combate a seus adversários; e, se ao final ele perdeu o controle de algumas cidades, no entanto preservou seu reino.

Sendo assim, que esses nossos príncipes que perderam seus principados, à frente dos quais estiveram tantos anos, não acusem a fortuna por isso, mas sua própria ignávia, uma vez que, não tendo jamais pensado em fazer mudanças nos tempos de paz — o que é um defeito comum entre os homens, não prever a tempestade na bonança —, quando depois vieram tempos adversos, pensaram apenas em fugir, e não em se defender, esperando que o povo, cansado da insolência dos vencedores, os chamasse de volta. Na falta de alternativas, tal procedimento é bom, mas é muito ruim abandonar os outros remédios por esse, pois nunca se deve cair acreditando que haverá quem o levante mais tarde. Isso geralmente não ocorre, mas, caso aconteça, não será seguro para o príncipe, já que esse tipo de defesa é vil e não depende do soberano: apenas são boas e certas e duradouras as defesas que dependem exclusivamente de você e de sua virtude.

Quantum fortuna in rebus humanis possit
et quomodo illi sit occurrendum

Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, sem que os homens possam corrigi-las com sua sensatez, ou melhor, não disponham de nenhum remédio; e por isso poderiam julgar que não vale a pena suar tanto sobre as coisas, deixando-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais acreditada em nosso tempo pelas grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias, fora de qualquer entendimento humano. Às vezes, pensando nisso, eu mesmo em parte me inclinei a essa opinião. Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente. E, como eles são feitos assim, só resta aos homens providenciar barreiras e diques em tempos de calmaria, de modo que, quando vierem as cheias, eles escoem por um canal ou provoquem menos estragos e destruições com seu ímpeto. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos; e para aí ela volta seus ímpetos, onde sabe que não se construíram barreiras nem diques para detê-la. E, se considerarem a Itália, que é a sede dessas variações e quem lhes deu movimento, verão que ela é um campo sem barreiras e sem nenhum anteparo; porém, se estivesse protegida por adequadas virtudes, como estão a Alemanha, a Espanha e a França, ou esta cheia não teria feito as grandes mudanças que fez, ou ela não teria nem mesmo ocorrido. E creio que, de modo geral, isto baste quanto a fazer frente à fortuna.

Porém, restringindo-me a termos mais específicos, digo como hoje se vê esse príncipe rejubilar e amanhã desmoronar, sem que o vejamos mudar minimamente de natureza ou qualidade; o que nasce antes de tudo — suponho — dos motivos que já foram longamente expostos, ou seja: o príncipe que se apoia inteiro na fortuna se arruína tão logo ela varia. Creio ainda que é feliz quem emparelha seu modo de proceder com a qualidade dos tempos e, analogamente, que seja infeliz quem age em desacordo com os tempos. Porque se vê que os homens procedem diversamente nas coisas que os conduzem ao fim que cada um almeja, isto é, glória e riquezas: um com prudência, outro, com ímpeto; um com violência, outro, com astúcia; um com paciência, outro, com o seu contrário — e cada um pode ter êxito por diversos meios. Vê-se ainda que, entre dois homens prudentes, um alcança seu objetivo, e o outro, não; da mesma forma, sucede que dois homens com atitudes diferentes obtenham o mesmo sucesso, sendo um deles prudente, e o outro, impetuoso — e isso resulta precisamente da qualidade dos tempos, que se conforma ou não aos procedimentos humanos. Daí surge o que eu disse: dois que operam diversamente atingem o mesmo efeito, e, de dois que operam do mesmo modo, um alcança seu fim, e outro, não. Disso ainda depende a variação do bem; pois, se um

príncipe se conduz com prudência e paciência, e os tempos e as coisas giram de modo que seu governo seja bom, ele terá sucesso, mas, se os tempos e as coisas mudam, ele se arruína, porque não muda seu modo de proceder. Não se encontra homem tão prudente que saiba acomodar-se a isso: seja porque não pode desviar-se daquilo a que a natureza o impele, seja ainda porque, tendo sempre prosperado seguindo o mesmo caminho, não pode convencer-se de que seja bom apartar-se dele. Por isso, quando chega o tempo de tornar-se impetuoso, o homem prudente não o sabe fazer e cai em desgraça; mas, se mudasse sua natureza de acordo com os tempos e as coisas, não mudaria de fortuna.

O papa Júlio II agiu invariavelmente com ímpeto em cada uma de suas ações, e os tempos e as coisas eram tão propícios a seu modo de agir que, ao final, ele sempre saiu vitorioso. Considerem a primeira campanha que ele fez em Bolonha, quando ainda vivia messer Giovanni Bentivoglio. Os venezianos não estavam contentes com aquilo; o rei da Espanha, tampouco; e com a França ele mantinha tratativas sobre sua campanha. Apesar das dificuldades, com sua ferocidade e ímpeto ele marchou pessoalmente naquela expedição. Tal movimento deixou a Espanha e os venezianos paralisados, estes por medo e aquela pelo desejo de recuperar todo o reino de Nápoles; por outro lado, conseguiu arrastar consigo o rei da França, que, vendo aquele rei decidido e desejando aliar-se com ele para dobrar os venezianos, julgou que não poderia negar-lhe seus exércitos sem o ofender abertamente. Então Júlio II empreendeu com sua ação impetuosa o que jamais outro pontífice, com toda a humana prudência, teria empreendido. Porque, se ele esperasse a conclusão do acordo e a organização das coisas para partir de Roma, como qualquer outro pontífice teria feito, nunca teria sucesso, já que o rei da França encontraria mil desculpas, e os demais lhe incutiriam mil temores. Não tratarei de suas outras ações, todas semelhantes e todas bem-sucedidas; a brevidade da vida não lhe consentiu experimentar o contrário; porque, se houvessem sobrevivendo tempos que demandassem um procedimento cauteloso, sua ruína seria certa, pois jamais se teria desviado do comportamento a que a natureza o inclinava.

Assim concluo que, variando a fortuna e os tempos, enquanto os homens permanecem obstinados em seus modos, eles só são felizes uma vez que concordam reciprocamente e, assim que entram em desacordo, infelizes. Tenho para mim que é melhor ser impetuoso que prudente: porque a fortuna é mulher, e é preciso, caso se queira mantê-la submissa, dobrá-la e forçá-la. De resto, vê-se que ela se deixa vencer mais por estes que por aqueles que procedem friamente; no entanto, na condição de mulher, ela é sempre amiga dos jovens, os quais são menos respeitosos, mais ferozes e, com maior audácia, a comandam.

Exhortatio ad capessendam Italiam
in libertatemque a barbaris vindicandam

Considerando, pois, tudo o que foi exposto até aqui e pensando comigo mesmo se atualmente, na Itália, corriam tempos favoráveis a um novo príncipe, e se havia matéria que desse ocasião a um homem prudente e virtuoso de introduzir nela uma forma que trouxesse honra para ele e bem à maioria dos que nela vivem, parece-me que tantas coisas concorrem em benefício de um príncipe novo que não sei de outro tempo mais propício a isso. E se, como eu disse, para provar a virtude de Moisés era necessário que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito; e, para conhecer a grandeza do espírito de Ciro, que os persas fossem oprimidos pelos medos; e, para a excelência de Teseu, que os atenienses estivessem dispersos; assim, no presente, para se conhecer a virtude de um espírito italiano, era necessário que a Itália se reduzisse aos termos atuais, e que ela fosse mais escrava que os judeus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses: sem líder, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, varrida, tendo suportado toda sorte de ruína.

E, apesar de já ter reluzido um brilho em alguém, a ponto de fazer crer que fosse um enviado de Deus para sua redenção, viu-se que depois, no ápice de sua trajetória, ele foi abatido pela fortuna. De modo que, quase sem vida, a Itália agora espera quem poderia ser aquele que sane suas feridas e ponha fim aos saqueios da Lombardia, às depredações do reino de Nápoles e da Toscana, e a cure de suas chagas há muito tempo necrosadas. Vê-se como ela reza a Deus para que lhe mande alguém que a redima destas crueldades e insolências bárbaras. Vê-se ainda que está toda pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que haja alguém que a empunhe. Mas no presente não se vê em quem ela mais possa esperar que em vossa ilustre Casa, que, com sua fortuna e virtude, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual agora é príncipe, pode fazer-se chefe dessa redenção. O que não seria muito difícil, se levardes em consideração os atos e a vida daqueles que acabo de mencionar; e, conquanto aqueles homens tenham sido raros e maravilhosos, ainda assim foram homens, e cada um deles teve menor ocasião que a atual, porque a empresa deles não foi mais justa que esta, nem mais fácil, nem Deus lhes foi mais amigo que de vós. Aqui há grande injustiça: *iustum enim est bellum quibus necessarium et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est.* ¶ Aqui há enorme disposição; e, onde há grande disposição, não há de haver grande dificuldade, contanto que se sigam as orientações daqueles que propus como exemplo. Além disso, aqui se veem feitos extraordinários e sem precedentes, conduzidos por Deus: o mar se abriu; uma nuvem os escoltou pelo caminho; a pedra derramou água; aqui choveu o maná. Tudo tem concorrido para vossa grandeza. O que resta deve ser feito por vós: Deus não quer fazer todas as coisas, para não nos tolher o livre-arbítrio e parte daquela glória que nos cabe.

E não é de espantar se nenhum dos italianos aqui citados foi capaz de fazer o que se pode esperar que vossa ilustre Casa faça, e se, após tantas revoluções na Itália e tantas operações de guerra, pareça cada vez mais que na Itália a virtude militar se apagou; isso procede de que suas antigas instituições não eram boas, e não surgiu ninguém que tenha

sabido encontrar novas. E nada traz tanta honra a um homem que quer afirmar-se quanto fazer novas leis e novas instituições inventadas por ele: tais coisas, quando são bem fundadas e têm grandeza própria, o tornam reverenciado e fonte de admiração. E na Itália não falta matéria à qual se dê forma: aqui há grande virtude nos membros, contanto que não lhe falte nas cabeças. Espelhai-vos nos duelos e nos confrontos entre poucos, em que os italianos são tão superiores na força, na destreza, no engenho — mas, quando se trata de exércitos, desaparecem. E tudo deriva da fraqueza dos chefes, porque aqueles que sabem não são obedecidos, e cada qual acha que sabe mais, não tendo surgido até aqui alguém que haja sobressaído tanto, por sua virtude e fortuna, a ponto que os outros cedam. Daí sucede que em tanto tempo, em tantas guerras combatidas nos últimos vinte anos, quando houve um exército inteiramente italiano, o resultado sempre foi ruim: disso são testemunhas primeiramente no Taro, depois em Alessandria, Cápua, Gênova, Vailà, Bolonha, Mestre.

Querendo, pois, vossa ilustre Casa seguir o exemplo daqueles homens notáveis, que redimiram suas províncias, antes de qualquer outra coisa é necessário, como verdadeiro fundamento de toda empresa, munir-se de armas próprias, porque não se podem ter soldados melhores, mais fiéis, mais francos; e, embora cada um deles seja bom, todos juntos se tornarão ainda melhores quando se virem comandados por seu príncipe, e por ele honrados e acolhidos. Portanto é preciso preparar esses exércitos a fim de poder, com a virtude itálica, defender-se dos estrangeiros. E, conquanto as infantarias suíça e espanhola sejam consideradas temíveis, não obstante ambas têm defeitos, de modo que um terceiro método de combate poderia não só fazer frente a elas, mas também ter a confiança de superá-las. Porque os espanhóis não podem defender-se de cavalarias, e os suíços hão de ter medo dos infantas quando se mostrarem, no campo de batalha, tão obstinados quanto eles — pois já se viu, por experiência, os espanhóis tombarem diante da cavalaria francesa, e os suíços serem devastados por uma infantaria espanhola. E, se bem que este último não se tenha verificado de forma cabal pela experiência, ainda assim já se teve uma amostra na jornada de Ravena, quando as infantarias espanholas se confrontaram com as forças alemãs, que seguem o mesmo método dos suíços; nessa refrega os espanhóis, com a agilidade de corpo e o auxílio de seus broquéis, entraram sob as lanças dos adversários e estavam certos de derrotar irremediavelmente os alemães; não fosse a cavalaria, que os deteve, teriam arrasado todos. Que se possa, então, conhecidos os defeitos dessas duas infantarias, organizar uma nova força, que resista às cavalarias e não tema as infantarias; isso será feito com a qualidade das armas e a mudança nas fileiras — inovações que fazem a reputação e a grandeza de um príncipe novo.

Que não se deixe, pois, passar esta ocasião, a fim de que a Itália veja surgir depois de tanto tempo seu redentor. Não posso exprimir com quanto amor ele seria recebido em todas aquelas províncias que sofreram por estes aluviões externos, com quanta sede de vingança, com quanta fé obstinada, com quanta piedade, com quantas lágrimas. Que portas se fechariam diante dele? Que povos lhe negariam obediência? Que inveja se lhe oporia? Que italiano lhe negaria o obséquio? A todos cheira mal este bárbaro domínio. Que vossa ilustre Casa assumo, pois, este empenho com o mesmo ânimo e a mesma

esperança com que se assumem as campanhas justas, de modo que, sob sua insígnia, esta pátria seja nobilitada e, sob seus auspícios, se realizem aqueles versos de Petrarca, quando ele disse:

Virtú contro a furore
prenderà l'armi, e fia el combatter corto,
che l'antico valore
nelli italici cor non è ancor morto.